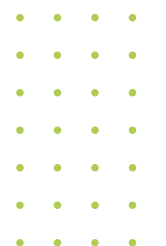




RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2020



PARPÚBLICA
PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A.



ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
2. BASE PARA A PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE.....	8
3. GRUPO PARPÚBLICA	12
3.1 PERFIL DO GRUPO	12
3.2 PARPÚBLICA (holding)	13
3.3 Gestão do ciclo urbano da água.....	14
3.4. Produção de moedas e publicações	15
3.5. MERCADOS ABASTECEDORES.....	15
3.6 Exploração agrícola, pecuária e florestal.....	16
3.7 GESTÃO E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA.....	17
3.8 OUTROS SEGMENTOS DE NEGÓCIO.....	19
4. MODELO DE GOVERNO.....	21
4.1 ÓRGÃOS SOCIAIS.....	22
4.2. ESTRUTURA ORGÂNICA DA HOLDING	24
5. INSTRUMENTOS DE BOM GOVERNO	30
5.1 Código de conduta e ética	31
5.2 PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	32
5.3 POLÍTICA DE PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO.....	34
5.4 GESTÃO DO RISCO.....	35
5.5. Plano de contingência COVID-19	36

6. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO PARPÚBLICA	37
6.1. ANÁLISE DE MATERIALIDADE.....	40
6.2. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	45
6.3. VALORIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS	50
6.4. VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES E COLABORADORAS.....	61
6.4.1. Caracterização do Grupo.....	62
6.4.2. Igualdade e diversidade	71
6.4.3. Formação e avaliação	85
6.5. Valorização da sociedade.....	92
6.5.1. Serviço público e de interesse geral	94
6.5.2. Ações concretas	96
6.6. Valorização ambiental.....	109
7. NOTA FINAL	135
8. TABELA GRI	137



1. Mensagem do Presidente

Mais do que dar cumprimento de uma obrigação legal, este Relatório de Sustentabilidade cumpre, isso sim, uma responsabilidade institucional, e a nossa convicção coletiva, de ser importante divulgar informação não financeira e informação específica relativa aos impactos económicos, sociais e ambientais das várias atividades das empresas que compõem o Grupo PARPÚBLICA.

Neste âmbito, e na assunção daquela responsabilidade coletiva, relevo desde já o contexto menos favorável em que o mesmo foi elaborado, não só em termos da natural complexidade associada à diversidade de empresas e à variedade de atividades envolvidas do Grupo, mas também num regime de teletrabalho e num ambiente restritivo ditado pelas condicionantes impostas, a bem da segurança e da criação de condições necessárias para a recuperação económica, pelo Estado de Emergência que tem vigorado no nosso país.

Ao relevar aqui aquele contexto, quero sublinhar o trabalho de todos, o funcionamento cooperativo notável, a extraordinária dedicação e o efetivo desempenho de todos.

De todo o modo, o regime de teletrabalho não foi nem é fator de desculpa de qualquer dificuldade no cumprimento da missão, dos objetivos, e da atividade de cada e de todas as empresas do Grupo PARPÚBLICA.

Na verdade, mais do que concentrados na situação atual – que tivemos e soubemos gerir sem perda de eficácia e eficiência –, estamos mais focados no futuro, no desafios e nas oportunidades desse futuro, ainda que eivado de incertezas e riscos, designadamente no âmbito da sustentabilidade do Grupo, e que naturalmente trará novas configurações e novas formas de organizar, relacionar, gerir e avaliar num contexto de uma Sociedade de Informação, ou diria Digital, de uma acelerada transformação digital da Economia e de uma cada vez maior preocupação de valores sociais associados à saúde e segurança de cidadãos e trabalhadores, da Economia Verde e da Economia Azul e da racionalização energética, bem como da inclusão social e da defesa das igualdades, e da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.

Se houve vantagens deste período pandémico, foi certamente a antecipação e aceleração daquela transformação.

O papel da holding no âmbito do Grupo, é o de centralizar e canalizar as melhores práticas nas diversas áreas da sustentabilidade.

A pandemia COVID19 expôs uma série de desafios às empresas do Grupo PARPÚBLICA, obrigando uma filosofia proativa dos órgãos de gestão na avaliação dos riscos de desempenho aos vários níveis da sustentabilidade, levando a holding a assumir em 2020 um acompanhamento cada vez mais próximo das participadas, designadamente no controlo dos principais impactos da pandemia, das preocupações sociais e ambientais, bem como das sinergias intra Grupo, em particular nas áreas de atuação da atividade core de cada empresa, seguindo as orientações plasmadas na ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), “parcerias em prol das metas”, inscritas na Agenda 2030, procurando-se sensibilizar as suas participadas para a adoção das melhores práticas que permitam melhor gerir os impactos em termos económicos, sociais e ambientais.

O Grupo PARPÚBLICA adota todos os esforços no sentido de apresentar um modelo de governo baseado em princípios de Bom Governo, definidos para as empresas do Sector Empresarial do Estado, tendo vindo a promover uma prática partilhada de implementação de iniciativas de natureza transversal a todas as empresas do Grupo de forma a potenciar sinergias entre si.

Num esforço de integração em redes de boas práticas, gostaria de relevar a adesão a duas plataformas coletivas, ao iGen – Fórum Organizações para a Igualdade, uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), e à Plataforma Colaborativa do Setor Público, tendo participado no Terceiro Plano de Trabalho Colaborativo da Administração Pública, especificamente no Grupo de Trabalho que apresentou um Plano de Comunicação Interna para a conciliação do trabalho Remoto como serviço ao cliente.

Para aprofundamento dos três pilares de Sustentabilidade usualmente considerados – Negócio, Sociedade e Ambiente –, a que me atreveria de acrescentar outro associado às colaboradoras e colaboradores, é aqui reportado, em síntese, a materialização dos princípios e das iniciativas que para eles concorrem em cada participada. A consulta dos seus próprios relatórios de sustentabilidade é aconselhável.



Este Relatório de Sustentabilidade apresenta as iniciativas e os resultados para que possa ser escrutinado, criticado e beneficiário de sugestões e recomendações de melhoria e de aprofundamento de práticas de sinergia aos diversos níveis da eficiência e eficácia coletiva, sem pôr em causa as necessárias eficiências e eficácias individuais. Relevei oportunamente as condições em que se elaborou este Relatório. Cabe-me, ao mesmo tempo, agradecer a todos os que estiveram envolvidos na produção, na *holding* e em todas as participadas, bem como a todos os que foram protagonistas das iniciativas aqui relatadas.

Sabemos que estas matérias obedecem a um processo evolutivo contínuo que todos prosseguimos!

Jaime Andrez





2. Base para a Preparação do Relatório de Sustentabilidade

A PARPÚBLICA, Participações Públicas (SGPS), S.A. (PARPÚBLICA) pretende com este documento dar cumprimento, de forma integral e sistematizada, às obrigações decorrentes do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2014/95/UE, de 22 de outubro, no que se refere à divulgação de informação não financeira e de informação específica, nomeadamente sobre os impactos económicos, sociais e ambientais das várias atividades das empresas que compõem o Grupo PARPÚBLICA.

Este documento pretende constituir, para além de um elemento relevante para o cumprimento de obrigações legais, uma evidência do compromisso da PARPÚBLICA, como *holding*, com a promoção de Boas Práticas e disseminação dessas práticas nas suas participadas e também como estímulo, junto dos seus *stakeholders* internos e externos, em todas as matérias relacionadas com a sustentabilidade.

Este é o quarto ano consecutivo em que a PARPÚBLICA apresenta o seu relatório de sustentabilidade, focando-se cada vez mais no seu papel de centralizar e canalizar as melhores práticas do Grupo nas diversas áreas da sustentabilidade, procurando também sistematizar e reportar as principais ações e indicadores, suas e das suas participadas, que retratam as suas preocupações relativamente a estas matérias, e reportando o desempenho no âmbito da sustentabilidade no período entre janeiro e dezembro de 2020.

Por outro lado, salienta-se também que parte das empresas participadas da PARPÚBLICA apresentam um relatório de sustentabilidade próprio, para onde se remete uma análise mais detalhada relativamente aos impactos nos seus respetivos setores de atividade, como são os casos da Águas de Portugal (AdP), da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), da Baía do Tejo (BdT), da Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores (SIMAB) e pela primeira vez este ano, a Companhia das Lezírias (CL), existindo já intenção da participada Florestgal – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal (FLORESTGAL) de apresentar no próximo exercício um relatório de sustentabilidade como documento autónomo.

A PARPÚBLICA e as suas participadas apresentam-se localizadas no território nacional, nele desenvolvendo a maior parte da sua atividade.

Para a PARPÚBLICA é essencial a promoção e manutenção da sustentabilidade económica e financeira do Grupo, sendo esta a única forma de salvaguardar o valor dos seus ativos, tendo a atividade da *holding* e do Grupo sido conduzida ao longo dos anos com o objetivo primordial da preservação dos equilíbrios que assegurem a sua sustentabilidade económica e financeira.

A preocupação central da PARPÚBLICA tem sido sempre a de garantir que o valor intrínseco da carteira de participações e dos restantes ativos, e a sua respetiva rentabilidade, são essenciais para assegurar a satisfação atempada dos compromissos assumidos com todos os *stakeholders*.

No atual cenário económico e no futuro próximo, a situação de pandemia do novo coronavírus SARS CoV-2(COVID19) apresentou e continua a apresentar uma série de desafios às diversas empresas do Grupo PARPÚBLICA, assumindo-se assim como indispensável uma adequada análise dos riscos inerentes à atividade da *holding* e demais empresas do Grupo e do enquadramento em que se desenvolvem os negócios dos diversos segmentos de negócio, e exigindo uma atuação proativa dos órgãos de gestão na defesa dos legítimos interesses das empresas e dos diversos *stakeholders*, bem como do interesse público inerente à natureza pública do capital do Grupo.

Nesse sentido, a *holding* assumiu em 2020 um acompanhamento muito próximo da evolução da situação financeira das participadas reforçando os seus mecanismos de acompanhamento e análise da informação financeira das suas participadas, quer através de solicitação de informação financeira com periodicidade mensal, quer através da apresentação mensal de notas da gestão das participadas sobre os principais impactos da pandemia na sua atividade e sobre as medidas adotadas ou a adotar para fazer face às dificuldades deste período.

Paralelamente, a PARPÚBLICA tem vindo a desenvolver e a incentivar junto das suas participadas, um aprofundamento das suas preocupações sociais e ambientais, bem como a busca de proximidade e sinergias entre estas, em particular nas áreas de atuação da atividade *core* de cada empresa, seguindo as orientações plasmadas na ODS 17 – Parcerias em prol das metas.

Neste âmbito, no início de 2020, a PARPÚBLICA desafiou a AdP e a INCM para, em conjunto, organizar um evento de *networking* sobre sustentabilidade com as participadas do Grupo. Este evento foi cancelado por força das medidas de confinamento decretadas para combate à Pandemia. O objetivo da *Holding* para este evento – que ainda se mantém inalterado – era sensibilizar as participadas com menos trabalho desenvolvido nas matérias da sustentabilidade para a sua importância crucial e, ao mesmo tempo, potenciar a partilha de informação no Grupo PARPÚBLICA, principalmente, nos aspetos relevantes do processo de pensamento estratégico neste tema, nos principais desafios, dificuldades e na própria evolução e ajustamentos ao longo do tempo neste processo. Infelizmente, devido à situação da Pandemia não foi possível organizar o evento no ano de 2020, prevendo-se que o tema possa ser retomado no decorrer de 2021.

A atuação da PARPÚBLICA e dos seus gestores, colaboradores e colaboradoras está enquadrada por um sistema regulamentar e normativo definido com o objetivo de preservar o valor dos ativos confiados à gestão da PARPÚBLICA e a qualidade dos serviços prestados, num contexto particular decorrente da sua integração no setor empresarial do Estado. Inclui-se neste conjunto de documentos o Código de Ética, bem como a Política de Gestão do Risco de Fraude e Infrações Conexas (atualizada em fevereiro de 2020), incluindo o Plano de Prevenção de Riscos de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas, traduzindo-se na produção do Relatório Anual de Ocorrências e Riscos de Ocorrências disponível no *site* da PARPÚBLICA. Para além destes há ainda a ter em



conta os regulamentos de natureza operacional relacionados com a sua interação a nível interno e externo, nomeadamente o Plano para a Igualdade e a Política de Segurança Informática e Privacidade, o Regulamento para a Aquisição de Bens e Serviços, Locação de Bens e Contratação de Empreitadas, o Regulamento de utilização de veículos, bem como a Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, Regulamento de teletrabalho que visa assegurar a continuidade da atividade da empresa perante qualquer contingência e assegurar o bem-estar de todos os colaboradores da empresa.

Refira-se também que o ano de 2020 trouxe alguns desafios no que refere ao funcionamento da Sociedade, nomeadamente a necessidade de implementação do regime de teletrabalho (iniciou-se a 13 de março de 2020), que, embora tenha exigido esforço de adaptação por parte de todos os colaboradores e colaboradoras, rapidamente se revelou eficaz e permitiu o cumprimento dos prazos, não obstante as circunstâncias muito particulares que se viviam.

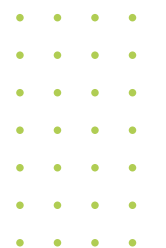
Assim sendo, este documento enquadra-se no âmbito das alterações efetuadas nos artigos 65.º, 451º e 528º do Código das Sociedades Comerciais, decorrentes do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2014/95/UE, de 22 de outubro, e do aditamento ao mesmo Código aprovado pelo Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de setembro, relativo aos artigos 66.º - B, 508.º - G e 546.º, contendo, no âmbito das demonstrações não financeiras consolidadas, informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das atividades do Grupo, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos colaboradores e colaboradoras, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:

- Uma breve descrição do modelo empresarial do Grupo;
- Uma descrição das políticas e áreas materiais definidas pelo Grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência aplicados;
- Os resultados dessas políticas e a divulgação dos indicadores relativos aos tópicos materialmente relevantes;
- Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impacto negativo nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pelo Grupo;
- Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.

A demonstração não financeira consolidada deve incluir também, se adequado, uma referência aos montantes inscritos nas contas consolidadas e explicações adicionais relativas a esses montantes e a empresa pode recorrer a sistemas nacionais, da União Europeia ou internacionais, devendo, nesse caso, ser especificado o sistema utilizado.

Assim, no que concerne à estrutura e apresentação do presente relatório, este foi elaborado tendo como referência as normas GRI - *Global Reporting Initiative* e não foi sujeito a verificação externa.

A responsabilidade da elaboração do relatório está a cargo da PARPÚBLICA, podendo o mesmo ser consultado no seu sítio na internet, www.parpública.pt e, se for o caso, serem pedidas informações adicionais ao representante para as relações com o mercado através do e-mail jose.teles@parpublica.pt, ou ainda para a morada Rua de Santa Marta nº 55, 5 ° Piso. 1150-294 Lisboa.



3. Grupo PARPÚBLICA

A **visão** do Grupo PARPÚBLICA consiste na defesa dos ativos públicos que estão na sua esfera, promovendo a sua gestão eficiente e a sua adequada rentabilização, de acordo com as políticas e opções definidas pelo Estado, seu acionista único, e de acordo com os **valores** do rigor, da segurança e da transparência inerentes à situação da Sociedade, enquanto empresa de capitais 100% públicos, e em estrita observância do regime jurídico do sector empresarial do Estado.

A PARPÚBLICA tem como **missão** a maximização do encaixe financeiro para o Estado com a venda de ativos, a preservação, incremento e manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos em carteira, de modo a garantir a sua sustentabilidade, e a criação de valor das várias empresas que integram o universo PARPÚBLICA.

Neste âmbito, as participações integrais e maioritárias da PARPÚBLICA, e que integram o seu perímetro de consolidação, estão organizadas em diferentes áreas de negócio, que se procurarão detalhar de seguida.

3.1 PERFIL DO GRUPO

A PARPÚBLICA, enquanto *holding* do Grupo PARPÚBLICA, detém as seguintes participações maioritárias por segmentos de negócio:

PARPÚBLICA					
Gestão do Ciclo Urbano da Água	Produção de Moedas e Publicações	Mercados Abastecedores	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Gestão e Promoção Imobiliária	Outros Segmentos de Negócio
Águas de Portugal SGPS, SA (81%)* (Consolidado)	INCM, SA (100%)	SIMAB, SA (100%) (Consolidado)	- Companhia das Lezírias, SA (100%) - Florestgal, SA (100%)	- Fundistamo, SA (100%) - Estamo, SA (100%) - Consest, SA (100%) - Baía do Tejo, SA (100%)	- CE - Circuito Estoril, SA (100%) - SAGESECUR, SA (100%)

* Em 2020, o Estado Português autorizou a venda à PARPÚBLICA dos restantes 19% da participação que a Caixa Geral de Depósitos detém na AdP SGPS, operação que à data ainda não se realizou.

Os ativos e passivos afetos à atividade da PARPÚBLICA, ao segmento da Gestão e Promoção imobiliária e às atividades prosseguidas pelas empresas do Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP), representam a quase totalidade dos valores destes agregados consolidados.

Para além dos segmentos de negócio descritos anteriormente, e já fora do seu perímetro de consolidação, o Grupo PARPÚBLICA detém participações financeiras nas seguintes empresas:

TAP, SGPS, SA* (50%)	EFACEC** (71,73%)	CVP - Soc. Gestão Hospitalar (45%)	INAPA, SA (44,89%)
GALP Eergia, SA (7,48%)	MGICapital (5%)	IHRU, IP (4,77%)	
LISNAVE - Estal. Navais (2,97%)	LISNAVE -Infraestrut. Navais (2,08%)	UNITENIS, SA (0,02%)	

* Em junho de 2020, o Estado Português (DGTF) adquiriu 22,5% da participação social na TAP SGPS, S.A.

**O Decreto-Lei n.º 33-A/2020, de 2 de julho, procedeu à apropriação pública, por via da nacionalização por parte do Estado Português, da participação social detida pela Winterfell 2 Limited correspondente a 71,73 % do capital social da EFACEC POWER SOLUTIONS, SGPS.

Refira-se ainda que, em 2020, após obtida autorização para alienação, a PARPÚBLICA procedeu à venda da totalidade da participação social (31,06%) na sociedade Isotal – Imobiliária do Sotavento do Algarve, S.A.

3.2 PARPÚBLICA (holding)

A PARPÚBLICA é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- Gestão de participações em empresas que se encontrem em processo de privatização ou sejam privatizáveis a prazo;
- Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo Governo;
- Reestruturação ou liquidação de empresas da sua carteira ou da carteira do Estado se para tal for solicitada pelo Ministério das Finanças;
- Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- Apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças na tutela acionista financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral;
- Desenvolvimento de funções especiais de apoio técnico ao Ministério das Finanças;



- A prestação de serviços de consultoria de natureza intelectual, a empresas públicas do setor empresarial do Estado, bem como a aquisição destes serviços em nome, por conta ou em benefício de tais empresas;
- A instituição e gestão de plataformas de cooperação e de partilha de conhecimento em rede entre as empresas públicas do setor empresarial do Estado.

3.3 GESTÃO DO CICLO URBANO DA ÁGUA



A AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP) é uma sociedade gestora de participações sociais que, através das suas participadas, tem por missão conceber, construir, explorar e gerir sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

O Grupo AdP constitui-se, assim, como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e proteção dos valores ambientais.

A sua principal atividade é a gestão integrada do ciclo urbano da água, compreendendo todas as suas fases, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.



A Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A. (INCM) tem a seu cargo a produção de bens e serviços fundamentais ao funcionamento do Estado português, como a cunhagem de moeda metálica, a produção de documentos de segurança, o ensaio e marcação de peças de metais preciosos, a edição de obras fundamentais da cultura portuguesa e universal e de publicações oficiais, com destaque para o Diário da República. Ao longo do tempo, e com a alteração do contexto de mercado de vários destes serviços, a INCM tem vindo a apostar nos sistemas de segurança e na diversificação das áreas de negócio, apostando na inovação.

3.5. MERCADOS ABASTECEDORES

A SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A. (SIMAB) tem como objeto a promoção, construção, instalação, exploração e gestão, direta ou indiretamente, de mercados destinados ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e atividades complementares.

Neste âmbito, atua diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, em mercados abastecedores e mercados municipais.

A SIMAB detém participações maioritárias nos seguintes mercados abastecedores, sendo que a restante participação é detida pelas Autarquias locais das respetivas áreas de influência e, no caso do MARL, adicionalmente, pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:





3.6 EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA E FLORESTAL

Neste segmento de negócio a *holding* detém participações nas Sociedades Companhia das Lezírias, S.A. (CL) e Florestgal – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. (FLORESTGAL).

A Companhia das Lezírias desenvolve a sua atividade essencialmente no setor primário, promovendo diversas culturas agrícolas (com destaque para o arroz, o milho, o azeite e o vinho), assegurando a exploração florestal (exploração de cortiça) e ainda a criação de animais (equinos e bovinos).

Nos últimos anos a empresa intensificou o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com a exploração dos seus ativos, como a concessão de áreas de terrenos para exploração privada, a atividade cinegética e o turismo rural.

A FLORESTGAL, primeira empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal a ser criada em Portugal, presente em 26 conselhos, de norte a sul do país, com 86 propriedades, num total de 14 mil hectares resultou da reestruturação da empresa Lazer e Floresta, S.A., levada a cabo no desenvolvimento das orientações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 116 de 2018, tendo a sua sede social sido estabelecida em Figueiró dos Vinhos.

Esta reestruturação consistiu não só na alteração da denominação e sede social como também na reconfiguração do balanço e na atribuição de uma nova missão, decorrente do seu novo objeto social, passando de uma atividade essencialmente imobiliária para uma atividade centrada no desenvolvimento das políticas públicas de promoção do desenvolvimento florestal e, nesse contexto, de valorização do interior do País.

3.7 GESTÃO E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA

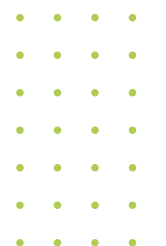
Os negócios imobiliários do Grupo PARPÚBLICA são desenvolvidos através das sociedades Estamo – Participações Imobiliárias, S.A. (ESTAMO), CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A. (CONSEST), Baía do Tejo, S.A. (BdT) e Fundiestamo – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (FUNDIESTAMO), todas integralmente detidas pela PARPÚBLICA.



“Cidade da Água” - Almada



Em 2020, tanto a ESTAMO como a CONSEST, devido aos efeitos Decreto-Lei n.º 82/2020, de 2 outubro, tiveram alguns dos seus ativos integrados na bolsa de habitação do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), que prevê a transferência de gestão desses ativos para o IHRU, desconhecendo-se neste momento os termos e condições de tal transferência de gestão.



ESTAMO	FUNDIESTAMO	CONSEST	BAÍA DO TEJO
Gestão de ativos imobiliários não estratégicos adquiridos ao Estado ou a outras entidades públicas, arrendando-os ou alienando-os em condições concorrenciais de mercado, em regra na sequência de processos de reconversão e de potenciação do respetivo valor.	Gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento imobiliário abertos, fechados ou mistos, tendo sob sua gestão três fundos de investimentos: o Fundo Fundiestamo I, o Fundo Imopoupança eo Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE).	Promoção do desenvolvimento urbanístico do terreno com 59 hectares na Falagueira (Amadora).	Gestão de Parques Empresariais e requalificação ambiental e urbanística de territórios localizados nos concelhos do Barreiro, do Seixal, de Almada e de Estarreja. Promoção do projeto para alienação dos activos da Margueira.*

* Em 2019, procedeu-se à transmissão definitiva da propriedade dos imóveis da Margueira do Estado Português para a BdT, tendo esta última desenvolvido, com o apoio de consultores jurídicos e financeiros, todo o trabalho conducente ao lançamento do concurso para a venda dos ativos da Margueira. Face à situação atual de pandemia não se consegue antever o seu impacto quer na valorização, quer nos planos existentes para alienação dos ativos da Margueira cuja alienação estaria prevista para 2020.

Detalha-se no quadro seguinte o Ativo Total Líquido das Sociedades Imobiliárias, bem como, o valor dos ativos imobiliários da carteira sob gestão:

ESTAMO	FUNDIESTAMO	CONSEST	BAÍA DO TEJO
Ativo Total Líquido 967 M €	Ativos imobiliários sob Gestão 219,5 M €	Ativo Total Líquido 938 M €	Ativo Total Líquido 273 M €
Ativos sob Gestão 854 M €	Fundistamo I: 156 M € Imopoupança: 37,5 M € FNRE*: 18,8 M €	Ativos imobiliários sob Gestão 26,7 M €	Ativos sob Gestão 267 M €

* O FNRE apresenta 3 subfundos em atividade (ImoAveiro, ImoMadalena e ImoResidências). Os subfundos Imocasapia e Imocoimbra estão autorizados pela CMVM e encontram-se atualmente em fase de subcrição.

3.8 OUTROS SEGMENTOS DE NEGÓCIO

CIRCUITO ESTORIL



A atividade do CE – Circuito Estoril, S.A. (CE) consiste na gestão e exploração da infraestrutura do autódromo do Estoril, nomeadamente através da realização de provas de competição nacionais e internacionais (automóveis e motociclismo), sendo igualmente palco de apresentações internacionais de grande dimensão de novos modelos e de realização de testes de competição, de veículos e de pneus.

Neste contexto, a gestão da CE tem como objetivo a manutenção da sua forte atividade comercial, a consolidação da sua situação económico-financeira, e o desenvolvimento de projetos complementares de desenvolvimento da infraestrutura, bem como de relacionamento com os principais *stakeholders* locais e regionais. Esta atividade é desenvolvida em articulação com os principais *players* do setor, procurando aplicar as melhores práticas de natureza ambiental, e desenvolvendo uma forte componente de política pública no desenvolvimento do setor, da região e em matéria formativa.



SAGESECUR

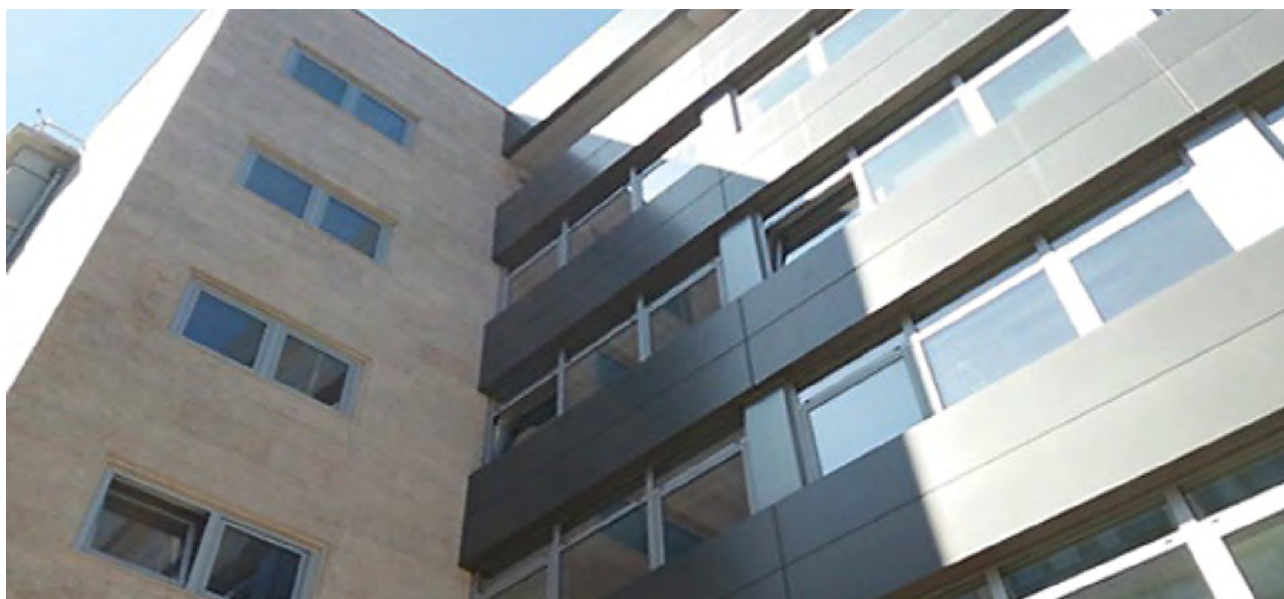
A SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em projetos, S.A. é uma empresa instrumental que desenvolve a sua atividade, determinada a mesma por questões de interesse público, relativamente aos quais o seu acionista considere oportuna e adequada a sua intervenção.

Neste contexto, importa destacar a atividade de gestão do contrato de concessão de transportes públicos de passageiros no eixo ferroviário norte\sul, de que é titular a FERTAGUS, cuja operação utiliza o material circulante propriedade da SAGESECUR.



Se a atividade ferroviária tem implicações imediatas e óbvias em matéria ambiental e de mobilidade, importa, ainda, destacar a relevância da atividade da sociedade em matéria de manutenção do material circulante do ponto de vista de eficiência, nomeadamente energética.

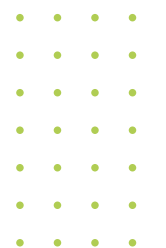
4. Modelo de Governo



O Grupo PARPÚBLICA adota todos os esforços no sentido de apresentar um modelo de governo baseado em princípios de Bom Governo, definidos para as empresas dos Sector Empresarial do Estado com o objetivo de atingir a sustentabilidade das operações em todas as empresas do Grupo e assegurar a criação de valor para as mesmas e para todos os *stakeholders*.

Neste contexto, a PARPÚBLICA tem vindo a desenvolver um esforço significativo e partilhado, de implementação de ações que tenham uma natureza transversal, envolvendo todas as empresas do Grupo e potenciando o aproveitamento de sinergias.

Assim sendo, o governo do Grupo é efetuado através de uma base de competências e práticas de gestão profissionais, de qualidade e de cultura organizacional cujo objetivo final é a otimização de recursos em conjunto com práticas empresariais de referência em todos as vertentes, nomeadamente, a económica, a ambiental, a social e ética, para todos os intervenientes do Grupo.



O Grupo PARPÚBLICA, devido à diversidade dos setores de atividade em que as suas participadas atuam, bem como, à variabilidade das suas dimensões e, também de acordo com a legislação e regulamentação aplicável, assegurando sempre o disposto na secção II do Decreto – Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, adota os seguintes modelos de Governo Societário:

MODELO DE GOVERNO SOCIETÁRIO	EMPRESAS GRUPO
• Assembleia Geral • Conselho de Administração • Comissão Executiva • Comissão de Auditoria • Revisor Oficial de Contas	• PARPÚBLICA *
• Assembleia Geral • Conselho de Administração • Comissão Executiva • Conselho Fiscal • Revisor Oficial de Contas	• AdP SGPS *
• Assembleia Geral • Conselho de Administração • Conselho Fiscal • Revisor Oficial de Contas	• INCM • FUNDIESTAMO * • ESTAMO *
• Assembleia Geral • Conselho de Administração • Fiscal Único (sociedade ROC)	• BAÍA DO TEJO ** • CIRCUITO ESTORIL • COMPANHIA DAS LEZÍRIAS • CONSEST • SAGESECUR • SIMAB • FLORESTGAL

* O Conselho de Administração inclui Administradores não Executivos.

** A Sociedade apresenta também um auditor externo além do Fiscal Único, de acordo com o n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

4.1 ÓRGÃOS SOCIAIS

No caso da *holding*, os Estatutos definem um modelo de governo de inspiração anglo-saxónica, isto é, o órgão de administração é o Conselho de Administração, que integra uma Comissão de Auditoria, a qual, juntamente com o Revisor Oficial de Contas assegura a fiscalização da atividade da sociedade.

De referir que, em julho de 2020 o acionista procedeu à eleição dos órgãos sociais da PARPÚBLICA para o mandato 2020-2022 de todos os titulares dos cargos de administração executiva e não executiva, sendo que, os cargos não executivos, nos termos estatutários e de acordo com a deliberação acionista, integram a Comissão de Auditoria.

Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, com um limite máximo de três renovações sucessivas, contando-se como completo o ano civil da eleição.

Constituição da Mesa da Assembleia Geral (mandato 2020-2022):

Presidente – Dr. João Manuel de Castro Plácido Pires

Vice-Presidente – Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

Secretariado – Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes

Constituição do Conselho de Administração (mandato 2020-2022):

Presidente – Dr. Jaime Serrão Andrez

Vogal executiva – Dra. Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão

Vogal executivo – Dr. João Carlos da Silva Sacadura Pinhão¹

Vogal não executivo e Presidente da Comissão de Auditoria – Prof. Dr. Fernando Rocha Andrade

Vogal não executiva e Vogal da Comissão de Auditoria – Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo²

Vogal não executivo e Vogal da Comissão de Auditoria – Dr. José Miguel Moraes de Azevedo Rodrigues

ROC (mandato 2020-2022):

CRC – Colaço, Rosa, Coelho & Associados, SROC, Lda., representada pela Dra. Maria Fernanda Colaço.

Suplente – Baker Tilly, PG & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Paulo Galvão André

¹ atribuídas as competências previstas no n.º 4 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

² eleita nos termos e para os efeitos previsto no n.º 3 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

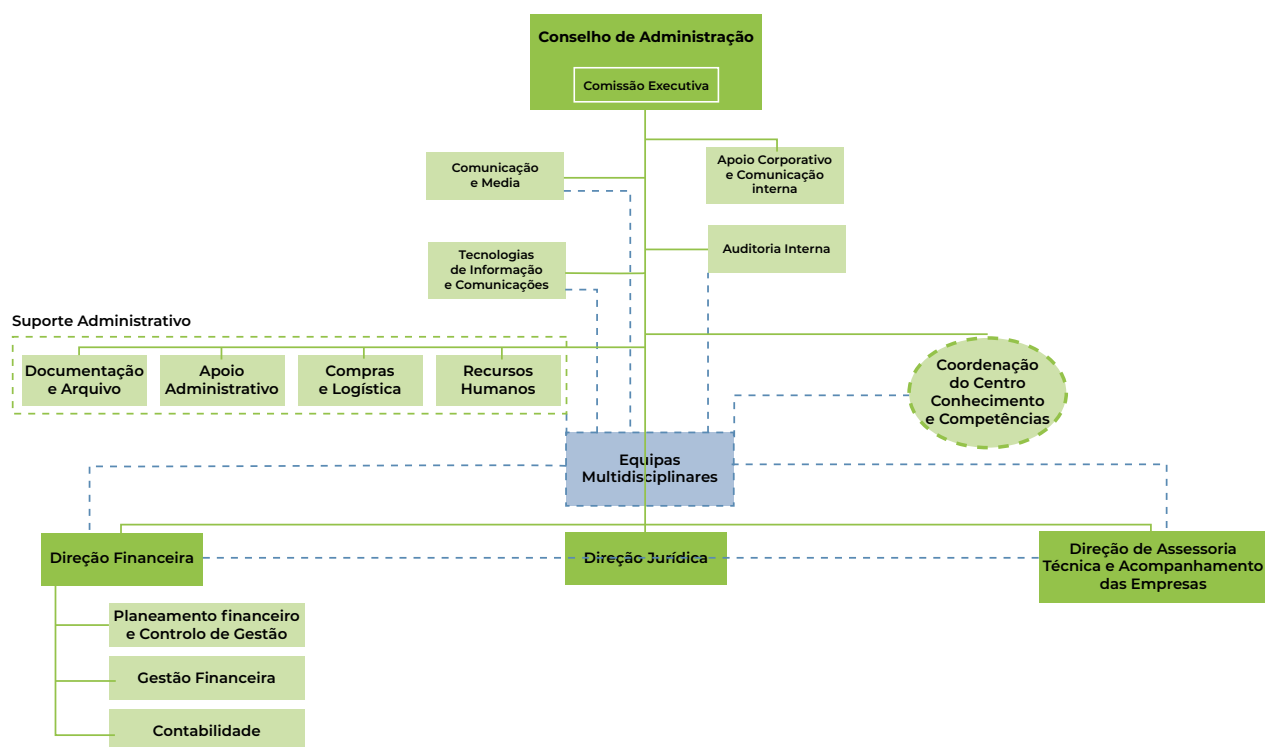


4.2. ESTRUTURA ORGÂNICA DA HOLDING

O presente modelo de organização foi concebido com o objetivo de dar resposta à atividade principal da PARPÚBLICA, o acompanhamento das suas participadas, e a prestação de apoio ao Ministério das Finanças no acompanhamento do Setor Público Empresarial, sempre com o objetivo de, na defesa do interesse público, assegurar uma gestão proativa e eficiente dos recursos que lhe estão afetos.

Este modelo, promove dinâmicas colaborativas transversais e abordagens pluridisciplinares, nomeadamente tendo em vista assegurar uma resposta adequada no âmbito das novas responsabilidades atribuídas à PARPÚBLICA.

Em traços gerais, a estrutura orgânica compreende duas grandes áreas: uma que integra as unidades de suporte (serviços partilhados e corporativos), de valor acrescentado interno, e outra que engloba as direções nucleares - Financeira, Jurídica, e de Assessoria Técnica e Acompanhamento das Empresas. O Centro de Conhecimento e Competências tem uma natureza inorgânica, funcionando com base em equipas multidisciplinares, integradas por colaboradores afetos às diversas áreas operacionais, selecionados em função das especialidades técnicas requeridas em cada projeto.

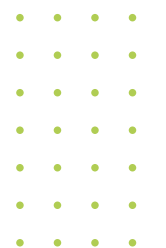


Responsabilidades e Competências atribuídas:

○ **Apoio Corporativo e Comunicação Interna:** (i) apoia a coordenação corporativa e o funcionamento da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, designadamente na elaboração das respetivas agendas e atas; (ii) garante a permanente atualização das atas da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e da Comissão de Auditoria; (iii) acompanha a comunicação institucional, empresarial e corporativa, em articulação com a Comunicação e Media, assegurando a uniformização da imagem corporativa; (iv) apoia a coordenação da interação administrativa e institucional com a tutela governamental e *stakeholders*; (v) apoia os Órgãos Sociais; (vi) apoia o desenvolvimento de projetos de Responsabilidade Social e; (vii) coordena as atividades que promovam o relacionamento entre colaboradores e que fomentem a melhoria continuada do clima organizacional.

A área de **Comunicação e Media:** (i) presta assessoria em matéria de comunicação e relações com os órgãos de comunicação social; (ii) atualiza e monitoriza os conteúdos disponibilizados no *site*, em articulação com todas as áreas da Empresa e; (iii) promove e gere a imagem corporativa, em todos os suportes de comunicação institucional, em articulação com as Tecnologias de Informação e Comunicações.

A área de **Auditoria Interna:** (i) desenvolve as ações de auditoria interna, por definição de natureza pedagógica, e de consultoria de acordo com o Regulamento da Área de Auditoria Interna, com o Manual de Auditoria Interna e com o Plano Anual de Auditoria Interna, preparado juntamente com a Comissão Executiva; (ii) desenvolve e propõe ao Conselho de Administração da PARPÚBLICA, a implementação de políticas e procedimentos, de acordo com os padrões nacionais e internacionais definidos para a área; (iii) desenvolve ações de auditoria interna numa lógica de identificação e avaliação de riscos, propondo medidas para a mitigação dos mesmos, com realce na avaliação da adequação e eficácia do sistema de controlo interno implementado; (iv) presta apoio especializado à Administração no âmbito das competências de auditoria interna que lhe estão atribuídas; (v) analisa os processos internos, identificando os seus pontos fracos e propondo recomendações numa ótica de prevenção e/ou mitigação de risco; (vi) avalia com os serviços, o cumprimento da legislação, normas, procedimentos, contratos e regulamentos aplicáveis ao funcionamento das Empresas e; (vii) acompanha o cumprimento de recomendações decorrentes de trabalhos de auditoria interna, aprovadas pelo Conselho de Administração.



A área de **Tecnologias de Informação e Comunicações**: (i) apoia a Comissão Executiva na implementação de políticas de segurança TI e suas melhores práticas para bom uso das mesmas; (ii) apoia a Comissão Executiva na implementação do *Business Continuity Plan* (iii) apoia a Comissão Executiva em projetos especiais com os restantes *stakeholders* da PARPÚBLICA; (iv) coordena as ações de suporte aos utilizadores, de forma a garantir a melhor utilização de toda a infraestrutura e aplicações existentes; (v) colabora no planeamento e definição da infraestrutura tecnológica (*hardware, software* e procedimentos) adequada às reais das necessidades da Empresa, tendo em consideração a evolução tecnológica e as melhores práticas do mercado; (vi) elabora e implementa medidas necessárias à segurança, confidencialidade e disponibilidade dos dados e informação, bem como procedimentos para a sua recuperação em casos de falha; (vii) gere e controla os arquivos TI e respetivos *backups*; (viii) identifica oportunidades e promove, em conjunto com as restantes áreas, iniciativas de otimização e desmaterialização de processos; (ix) gere os sistemas de comunicações e redes; (x) integra a equipa de “*first-responder’s*” em caso de incidentes e/ou catástrofes para o edifício sede (com principal enfoque: *Data center*; Rede Socorrida, UPS e Grupos Geradores); (xi) gere o “*Website*” institucional e outros necessários à operação da Empresa, bem como todos os seus domínios e subdomínios e; (xii) colabora na definição do Plano de Formação da empresa.

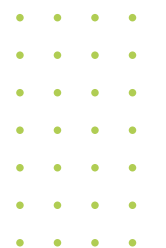
A área de **Recursos Humanos**: (i) participa na definição das linhas estratégicas da política de recursos humanos; (ii) desenvolve as iniciativas necessárias à concretização dos objetivos estratégicos, implementando metodologias de planeamento de recursos humanos adequadas; (iii) assegura o desenvolvimento dos processos de recrutamento e seleção, bem como o acolhimento dos novos colaboradores e colaboradoras; (iv) gere e monitoriza o sistema de avaliação de desempenho; (v) dinamiza ações de formação que promovam a qualificação dos recursos humanos; (vi) propõe e coordena a execução do Plano de Formação; (vii) assegura as atividades relativas à gestão administrativa de recursos humanos, nomeadamente processamento de salários, execução e controlo dos contratos de trabalho; organização e atualização de processos individuais; controlo da assiduidade; ajudas de custo e; (viii) assegura o cumprimento das obrigações da Empresa em matéria laboral, nomeadamente as relativas à legislação de proteção à maternidade e paternidade, aos trabalhadores/as-estudantes, de Higiene e Segurança no Trabalho, etc.

A área de **Compras e Logística**: (i) propõe e desenvolve políticas e procedimentos de aprovisionamento; (ii) promove e assegura a agregação das necessidades de compras das empresas do Grupo que funcionam na base de recursos partilhados; (iii) promove a otimização e uniformização dos processos de compras; (iv) coordena, com as diferentes áreas envolvidas, o lançamento de consultas, a definição de parâmetros e critérios requeridos para a adjudicação dos bens ou serviços, a avaliação das respostas e preparação das notas internas com os resultados obtidos para aprovação pelo Conselho de Administração das várias empresas; (v) garante a realização de consultas para aquisição de bens e serviços de acordo com o Regulamento Interno e, elabora o caderno de encargos e programa de consulta em conjunto com as várias áreas envolvidas; (vi) assegura a seleção e avaliação dos potenciais fornecedores a consultar; (vii) gere os contratos de fornecimento de bens e serviços; (viii) assegura as mudanças de instalações dos colaboradores e colaboradoras e; coordena a gestão da frota automóvel.

A área de **Apoio Administrativo**: (i) assegura o secretariado da Administração; (ii) efetua a gestão e controlo do economato; (iii) gere a utilização das salas de reuniões; (iv) apoia a realização de todas as reuniões e eventos e; (v) assegura o atendimento telefónico e reencaminha as respetivas chamadas.

A área de **Documentação e Arquivo**: (i) coordena o sistema de gestão documental, digitalizando e inserindo todos os documentos, e fazendo o respetivo encaminhamento e; (ii) executa tarefas relacionadas com o registo e arquivo de expediente.

A **Direção Financeira**: (i) é responsável pela assessoria à Comissão Executiva na área económico-financeira, planificando, neste âmbito, os seus objetivos e estratégias; (ii) supervisiona as atividades desenvolvidas pelas áreas contabilísticas (patrimonial e orçamental) e financeira (tesouraria); (iii) assegura a vertente financeira das operações de gestão da carteira de participações, nomeadamente de compra, venda e gestão das participações, tais como a cobrança de dividendos ou juros, realização de capital ou de suprimentos, etc.; (iv) coordena o processo de elaboração e monitorização da execução dos IPG's; (v) assegura os procedimentos relacionados com a gestão da dívida e cumprimento das obrigações relacionadas com o serviço da dívida; (vi) analisa as principais políticas adotadas pelas empresas controladas pela PARPÚBLICA; (vii) colabora na elaboração do Plano de Formação e; (viii) presta apoio técnico, nas áreas financeira, contabilística e fiscal, no âmbito das atividades do Centro de Conhecimento e Competências.



A área de **Planeamento Financeiro e Controlo de Gestão**: (i) elabora o orçamento anual e o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), assim como os relatórios trimestrais de controlo orçamental, na vertente da contabilidade patrimonial; (ii) assegura a preparação do orçamento anual e dos relatórios de execução orçamental trimestrais, na perspetiva da contabilidade pública e; (iii) assegura o cumprimento e controlo do ciclo da despesa, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e do ciclo da receita, salvaguardando a existência de cobertura para toda a despesa.

A área de **Gestão Financeira**: (i) regista e controla todas as faturas recebidas, monitorizando os prazos de pagamento a fornecedores; (ii) assegura as atividades e gestão de tesouraria, garantindo pagamentos e recebimentos; (iii) assegura o abastecimento, controlo e gestão do fundo de maneiço fixo, de acordo com os procedimentos estabelecidos; (iv) monitoriza os saldos bancários, nomeadamente no quadro do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado; (v) garante a atualização da informação junto das IC's quanto a autorizações para movimentação de contas bancárias e; (vi) assegura a atualização da tabela de fornecedores junto do IGCP.

A área de **Contabilidade**: (i) assegura a elaboração das contas separadas e consolidadas, bem como dos relatórios conexos; (ii) prepara toda a informação financeira com origem contabilística, subjacente aos reportes; (iii) acompanha os assuntos fiscais da Empresa, responsabilidade do Contabilista Certificado; (iv) assegura o processo de reconciliação de contas bancárias; (v) assegura o inventário patrimonial e procede ao abate e transferência de bens e; (vi) assegura a resposta de toda e qualquer solicitação efetuada no âmbito da contabilidade orçamental, assim como a preparação da informação subjacente aos reportes legalmente previstos.

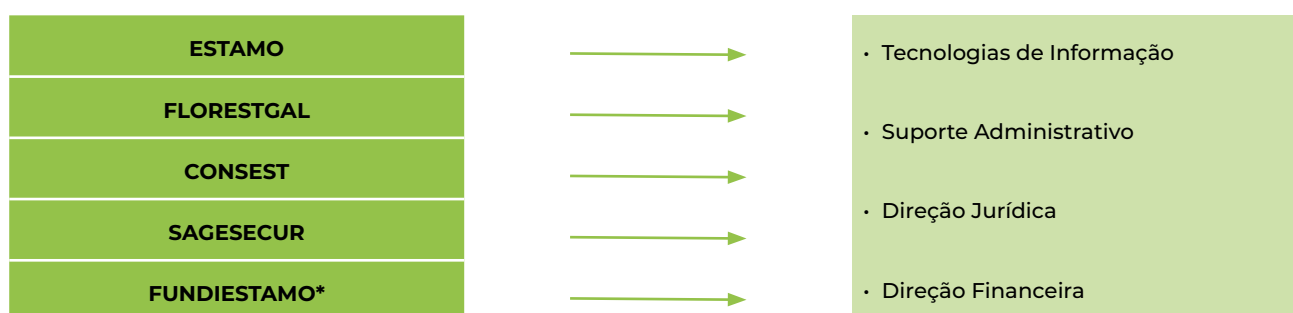
A **Direção Jurídica**: (i) assegura a articulação da assessoria jurídica a nível interno e externo, bem como o suporte jurídico-legal à Comissão Executiva; (ii) coordena e acompanha o contencioso judicial quando assegurado por entidades externas; (iii) presta assistência jurídica à Empresa, através da emissão de pareceres sobre questões de direito e realização ou colaboração em estudos e projetos que envolvam questões de natureza jurídica que se mostrem necessários à sua missão; (iv) analisa aspetos legais relativos a constituição, fusão, dissolução, liquidação e outras operações societárias; (v) acompanha os assuntos jurídicos das empresas participadas; (vi) apoia o exercício da função acionista própria e delegada pelo Ministro das Finanças (artigo 6.º DL 209/2000 e artigo 4.º estatutos); (vii) apoia a montagem, realização e acompanhamento dos processos de reprivatização e privatização de participações sociais (artigo 8.º DL 209/2000 e 23.º estatutos); (viii) presta assessoria jurídica no apoio ao Ministério das Finanças e; (ix) presta apoio técnico-jurídico no âmbito do Centro de Conhecimento e Competências.

A **Direção de Assessoria Técnica e Acompanhamento de Empresas**: (i) monitoriza o cumprimento das orientações estratégicas das empresas participadas que constituem o Grupo PARPÚBLICA através do acompanhamento do desempenho económico, financeiro e de sustentabilidade; (ii) apoia e acompanha as operações de alienação, aquisição, fusão e liquidação de empresas participadas e emite pareceres e informações no âmbito das suas atribuições; (iii) mantém a plataforma SIRIEF atualizada e verifica a introdução de dados que as participadas efetuam naquela; (iv) apoia o exercício da função acionista da PARPÚBLICA relativamente às suas participadas em matérias de natureza económica e financeira de acordo com o previsto no Código das Sociedades Comerciais e no Regime Jurídico do Setor Empresarial Público (v) apoia o exercício da função acionista do Estado e a tutela financeira delegada pelo Ministro das Finanças (artigo 6.º DL 209/2000 e artigo 4.º estatutos) e; (vi) presta apoio técnico em matérias económicas e financeiras no âmbito do Centro de Conhecimento e Competências.

Modelo de partilha de recursos:

A *holding* tem em vigor com algumas das suas participadas, e com os objetivos de promover a eficiência na utilização de recursos e de estimular a internalização de competências, um modelo de partilha de recursos que asseguram funções que são comuns às diversas empresas e que incluem a gestão financeira, gestão de tesouraria e contabilidade, a gestão de recursos humanos, a gestão logística e as compras, a área jurídica e a gestão de comunicações e tecnologias de informação. O funcionamento deste modelo, no qual os recursos são centralmente geridos pela *holding*, assenta numa base de adesão voluntária e preserva a autonomia e a responsabilidade de gestão dos órgãos de administração das diversas empresas envolvidas.

Os termos de funcionamento deste modelo foram objeto de acordo entre as empresas havendo uma repartição dos custos com recursos humanos em função das necessidades previamente definidas e da correspondente disponibilidade dos meios.



/* No caso desta participada a sociedade utiliza apenas a área das tecnologias de informação e do suporte administrativo.



5. INSTRUMENTOS DE BOM GOVERNO

As empresas do Grupo PARPÚBLICA, que têm uma responsabilidade acrescida decorrente do facto de integrarem o Setor Empresarial do Estado, adotam sempre um elevado padrão de conduta ética em todo o seu relacionamento e atividade comercial, institucional e social e promovem uma atitude de diálogo, transparência e ética com os seus *stakeholders*.

No Grupo são seguidas as Boas Práticas de Governo Societário, designadamente as que se encontram definidas na secção II do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, e demais legislação aplicável.

Em matéria de Boas Práticas de Governo Societário da *Holding*, merece referência o Código de Ética (vide ponto 5.1), a realização de uma auditoria interna ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas que tinha sido atualizado em novembro de 2019 (vide ponto 5.2), a Política de Gestão de Riscos de Fraude (que foi revista em fevereiro de 2020) e, bem assim, a elaboração do Relatório Anual de Ocorrências e de Risco de Ocorrências, como vem acontecendo desde 2018.

Destaca-se também na *Holding*, a Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, instrumento que estabelece os princípios e os elementos essenciais a observar no desenvolvimento da atividade da sociedade tendo em vista assegurar os objetivos constantes da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo (vide ponto 5.3).

Outros factos significativos nestas matérias foram a elaboração do Regulamento de Utilização de Veículos e a atualização do Plano para a Igualdade, ambos no final de 2020. Neste último documento, a atualização vem aprofundar o compromisso da PARPÚBLICA no campo da promoção da igualdade de género, designadamente através do desenvolvimento de: i) uma política de promoção da igualdade de género e não discriminação, adequada à natureza e à dimensão da empresa, bem como aos seus impactos previsíveis neste domínio; ii) boas práticas laborais, apoio profissional e de desenvolvimento pessoal, equipamentos, serviços e benefícios, entre outros e; iii) assegurar o cumprimento, a monitorização e a revisão de objetivos, programas, indicadores e metas nas suas políticas e práticas.

Mantêm-se as ações de sensibilização e levantamento de procedimentos relacionados com a temática da proteção de dados pessoais e efetuados os trabalhos necessários à definição de uma Política de Segurança Informática, o que se considera da maior relevância dada a crescente importância que os recursos e sistemas informáticos assumem nos processos de trabalho, de gestão e de guarda de informação.

Em 2019, foi lançado um projeto que visava a elaboração de um *Business Continuity Plan - Disaster Recovery* com o qual se pretendeu identificar os potenciais eventos que podem colocar em perigo a acessibilidade e operacionalidade da empresa, bem como, as medidas a adotar em caso de ocorrência de qualquer evento de modo a preservar o valor dos seus ativos, a operacionalidade dos equipamentos, a integridade da informação e a segurança dos colaboradores e colaboradoras, de forma a garantir a continuidade das operações ou a capacidade para alcançar a sua recuperação. Após o término dos trabalhos de desenvolvimento deste projeto, estava planeado para o mês de maio de 2020 um exercício de simulação real de uma situação hipotética em que sendo impossível o acesso às instalações da empresa haveria que assegurar a continuidade da atividade da PARPÚBLICA integralmente através de trabalho remoto. O surgimento da Pandemia provocada pelo novo coronavírus, levou à antecipação daquele exercício, que viria a realizar-se entre as 16:50 de dia 11 de março e o final do dia 12 de março. O resultado do teste foi muito positivo, quer quanto à resiliência das infraestruturas, quer quanto à adequação dos procedimentos de trabalho, quer ainda quanto à adesão e capacidade de adaptação dos colaboradores e colaboradoras, pelo que nessa data a PARPÚBLICA entrou em regime de teletrabalho.

Refira-se também que, no caso do Grupo AdP, existe uma Comissão de Ética que acompanha a divulgação e cumprimento do código de conduta e ética em todas empresas desse Grupo.

5.1 CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

De forma geral os documentos que sistematizam os princípios de conduta e ética em aplicação no universo PARPÚBLICA identificam o conjunto de valores éticos e normas de conduta profissional que regem a forma de atuação dos colaboradores e colaboradoras e a sua interação com todos os *stakeholders* (clientes, fornecedores e demais parceiros, bem como internamente), estão alinhados com os princípios subjacentes com os constantes do Código de Conduta do Governo, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2019, de 21 de novembro e, quer na sua elaboração, quer na sua revisão, relativamente ao Código de Ética da PARPÚBLICA foram expressamente observadas as normas guia NP 4460-1:2007 e NP 4460-2:2010.

Os princípios e valores fundamentais que norteiam as interações das empresas do Grupo PARPÚBLICA com todos os intervenientes são, essencialmente, o respeito pelos Direitos Humanos e Laborais, a proibição de decisão em situação de conflito de interesses, a legalidade dos atos, a transparência e integridade, a confidencialidade e segurança de informação, a proibição de transações particulares com empresas do Grupo e de práticas suscetíveis de originar fraude, corrupção e suborno.



Com base nos princípios e valores fundamentais referidos existe um compromisso do Grupo no desenvolvimento do capital humano, da sustentabilidade e do ambiente, do uso e proteção do património da empresa e da criação de valor para o Estado, sempre regrado pela transparência, excelência e brio do desempenho profissional, económico, responsabilidade social e boas práticas de atuação, o respeito mútuo, bem como da colaboração com entidades externas de regulação, supervisão e fiscalização e fornecedores, prestadores de serviços e clientes, seguindo sempre os normativos definidos no Setor Empresarial do Estado.

No âmbito do combate à fraude e, sendo esta definida pela prática, por ação ou omissão, de um ato, em regra ilícito, por parte de um sujeito com intuito de obter para si ou para terceiro um benefício ilegítimo, caracterizado por dolo e que pode ocorrer interna ou externamente ao Grupo, é deveras importante, no decorrer das atividades desenvolvidas por todos os intervenientes, a análise dos riscos de fraude e de conflito de interesses sendo necessário a identificação e mensuração dos mesmos e a implementação de estratégias e controlos efetivos que possam mitigar esses riscos.

Regista-se ainda que, quer no âmbito da atividade da PARPÚBLICA quer dos seus colaboradores ou colaboradoras, não foi participada em 2020 qualquer irregularidade, assim como não foi rececionada na PARPÚBLICA qualquer irregularidade relativamente à atividade das suas participadas.

5.2 PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

A existência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, onde constam as matrizes de riscos e controlos dos processos relevantes operacionais e de suporte, permite uma avaliação do risco atualizada, cabendo à área de Auditoria Interna apoiar, em estrita articulação com as restantes unidades orgânicas, uma revisão periódica dos procedimentos em utilização e realizar testes de eficácia aos controlos em cada uma das áreas verificando se os mesmos funcionam de forma adequada e consistente ao longo do tempo, por forma a contribuir para o permanente alinhamento dos procedimentos com as boas práticas.

Em novembro de 2019, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi de novo revisto e atualizado, sem que tenha havido uma alteração da natureza dos riscos, mas robustecendo a sua estrutura, dada a natureza dinâmica de que se reveste a atividade da empresa, sendo crucial que os procedimentos internos acompanhem essa evolução.

O referido plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas em vigor na PARPÚBLICA identifica as principais áreas onde podem surgir possíveis atos de corrupção e os riscos inerentes a esses atos e também os controlos que mitigam a possibilidade da sua ocorrência.

Os processos identificados como significativos pela gestão da PARPÚBLICA e onde foram identificados riscos de fraude, corrupção e infrações conexas são:

- Aquisição e venda de participações;
- Gestão financeira;
- Aquisição de bens e serviços;
- Gestão documental;
- Recursos humanos;
- Contabilidade e controlo orçamental;
- Segurança física e informática.

Relativamente aos processos acima procedeu-se à identificação dos riscos dentro de cada um destes e à sua classificação numa escala de risco baixo, médio ou alto, sendo ainda consideradas duas variáveis na matriz de risco (probabilidade de ocorrência e impacto). De referir ainda que, no caso da PARPÚBLICA, foi decidido aplicar uma metodologia de classificação mais conservadora, em que define um “perfil de risco elevado” mais abrangente, dado o nível reduzido de aceitação de risco por parte do Conselho de Administração, tendo em atenção o interesse Público.

Do ponto de vista operacional, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas é acompanhado, monitorizado e avaliado nas áreas orgânicas nas quais os riscos incidem, com o apoio da área de Auditoria Interna. A gestão da implementação do Plano é atribuída à Comissão Executiva, e a respetiva supervisão ficará a cargo do Conselho de Administração.

Para cumprir os objetivos fixados no dito Plano, a PARPÚBLICA dispõe de uma Política de Gestão de Risco de Fraude (atualizada a fevereiro de 2020) que é aplicável a todos os stakeholders, e que: i) contém a definição de fraude e a posição da Empresa face a este tipo de infração e outras irregularidades, como corrupção, suborno e conflito de interesses; ii) detalha as principais medidas e condutas a seguir relativamente à prevenção, deteção e resposta à fraude, à corrupção e infrações conexas; iii) atribui responsabilidades dentro da empresa e; iv) descreve o conteúdo do reporte periódico a ser efetuado ao Conselho de Administração a respeito destas matérias.

Esta Política de Gestão de Risco de Fraude é definida a partir da seguinte base:

Deveres	Reporte	Declaração de interesses	Avaliação de risco
Monitorização do sistema de controlo interno	Recrutamento de colaboradores	Formação	Aplicação de sanções
	Reporte às autoridades	Revisão da política	Publicação



5.3 POLÍTICA DE PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAL E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

Esta política adotada pela PARPÚBLICA desde 2018, visa prevenir e detetar a ocorrência de operações de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (BC&FT) nas transações a efetuar e visa contribuir para o combate à criminalidade económico-financeira e ao terrorismo.

Neste sentido, o documento estabelece os princípios e elementos essenciais a adotar no quadro da atividade da Sociedade, que salvaguardem o cumprimento das normas legais sobre esta matéria publicadas em 2017, elencando também o conjunto de deveres a serem observados na PARPÚBLICA, tanto pelos Órgãos Sociais como pelos demais colaboradores e colaboradoras:

- Dever de controlo;
- Dever de identificação e diligência;
- Dever de comunicação;
- Dever de abstenção e decisões de suspensão;
- Dever de recusa;
- Dever de conservação;
- Dever de exame;
- Dever de colaboração;
- Dever de não divulgação;
- Dever de formação; e
- Proteção e tratamento de dados.

5.4 GESTÃO DO RISCO

As diversas atividades operacionais das empresas do universo PARPÚBLICA encontram-se sujeitas a eventos que as podem afetar adversamente, pelo que é essencial estabelecer estratégias de antecipação de potenciais ameaças e/ou possibilidades de melhoria dos sistemas implementados que possam ajudar as empresas a desenvolver a sua atividade e atingir os seus objetivos. Em geral, na PARPÚBLICA, estão definidos fundamentos que servem de base para implementar, rever, atualizar e melhorar de forma contínua o processo de gestão de risco em todas as suas vertentes operacionais e organizacionais.

A PARPÚBLICA também considera essencial a afetação de recursos à deteção e monitorização dos riscos característicos de cada tipo de atividades que as suas participadas desenvolvem, sendo assegurada pelos intervenientes e responsáveis de cada operação em concreto ou processo e também pelo departamento de Auditoria Interna. Os diversos tipos de riscos são também acompanhados e processados de forma periódica por cada uma das empresas do Grupo, bem como pelo Conselho de Administração da PARPÚBLICA.

A gestão continuada dos riscos prioritários da PARPÚBLICA, nomeadamente do seu maior risco, que globalmente se pode sintetizar na variação do valor das participações financeiras em carteira, é fator determinante para assegurar uma adequada e eficaz gestão do risco, sendo complementada com uma cuidada gestão do risco de fraude, tendo em conta o seu potencial impacto.

A avaliação dos riscos será efetuada, identificando os controlos que assegurem a mitigação desses riscos, sendo que estes controlos, sendo eficazes, podem consistir em processos, planos, documentos de política organizacional, práticas e ações que ajudem a diminuir o risco tornando-o residual. Se mesmo após este processo de avaliação e mitigação do risco o mesmo ainda é elevado, então deve ser criado um controlo adicional que permita tratar o risco em causa.



5.5. Plano de contingência COVID-19

Na sequência da Pandemia do novo coronavírus, chamado de Sars-Cov-2, e seguindo as orientações da Direção-Geral de Saúde (DGS), as empresas do Grupo PARPÚBLICA criaram Planos de Contingência, preparando, assim, uma resposta para minimizar o impacto da epidemia de COVID-19. No caso da holding, o Plano de Contingência foi criado desde a primeira hora, incluindo a criação de uma sala de contenção, que foi preparada para estar à disposição de qualquer uma das entidades que estão localizadas no edifício da PARPÚBLICA, tendo sido articulados procedimentos e percursos adequados com a Florestgal e com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, ao mesmo tempo que os seguranças e a empresa de limpeza foram devidamente informados e preparados para lidar com o referido Plano. Conforme já referido, estava previsto ser efetuado um ensaio do *Disaster Recovery Plan* da PARPÚBLICA no mês de maio, o qual foi antecipado para 11 de março face à situação vivida no momento e no dia 13 de março, após se ter verificado a resiliência do sistema, e a boa adaptação de todas e de todos, a PARPÚBLICA entrou em regime de teletrabalho.

O Plano de Contingência foi sendo ajustado ao longo do tempo, especialmente com a entrada da empresa em teletrabalho, abordando as vertentes de saúde e comportamentos, de funcionamento e económico-financeira. O Plano de Contingência e as escolhas da PARPÚBLICA neste contexto são, desde o início, partilhadas com empresas do Grupo.



6. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO PARPÚBLICA



A PARPÚBLICA tem vindo a atribuir uma importância crescente aos temas relacionados com a sustentabilidade, tendo como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constantes da Agenda 2030.

Neste âmbito, tem vindo também a sensibilizar as suas participadas para a necessidade de, por um lado, adotarem práticas que lhes permitam conhecer e medir os reais impactos da sua atividade em termos económicos, sociais e ambientais e, por outro, definir objetivos e ações concretas para minimizar os impactos negativos e potenciar os impactos positivos nos aspetos considerados materiais em cada uma das suas atividades, quer numa ótica de curto prazo, quer numa perspetiva mais longa.

Dada a heterogeneidade de atividades das várias empresas participadas que compõem o Grupo PARPÚBLICA, é natural que os aspetos considerados materiais e os impactos mais relevantes em cada caso possam ser de natureza também ela bastante diversa.

Assim, sem prejuízo das estratégias de sustentabilidade individuais e específicas de cada uma das empresas e/ou sectores de atividade que compõem o Grupo PARPÚBLICA, respeitantes às suas atividades próprias, de uma forma genérica, o Grupo tem desenvolvido abordagens aplicáveis em diversas áreas, tendo como pressupostos base a sua sustentabilidade económico-financeira, o respeito pelos valores ambientais e pela responsabilidade social para com todos os seus *stakeholders* e, em particular, para com os seus colaboradores e colaboradoras.

Veja-se que, em empresas como a INCM ou o Grupo AdP, as preocupações com estas matérias estão bastante desenvolvidas e enraizadas nas suas estruturas internas há já bastante tempo (integrando as orientações estratégicas das empresas e dos seus Conselhos de Administração, mas também através de estruturas internas a elas dedicadas, como é o caso do Comité de Sustentabilidade da INCM ou do Grupo Funcional de Sustentabilidade do Grupo AdP), como, aliás, fica espelhado nos seus reportes anuais regulares, através de um Relatório de Sustentabilidade próprio.



Outras, iniciaram já nos últimos anos um aprofundamento das suas abordagens próprias, com resultados já evidenciados, muito embora possam ainda não apresentar um reporte tão detalhado. De facto, têm igualmente demonstrado uma preocupação crescente na apresentação das suas medidas/ações específicas no campo da sustentabilidade no ponto específico dos Relatórios de Governo Societário para o efeito ou mesmo em relatórios de sustentabilidade.

Especialmente para essas, a *holding* tem trabalhado no sentido de se aprofundar e sensibilizar para a necessidade de acompanhar a gestão do negócio acautelando os impactos relevantes que dele decorrem, em especial ao nível económico, social e ambiental.

Nessa medida, a PARPÚBLICA procurou, por um lado, incentivar a prática deste reporte anual regular de sustentabilidade noutras suas participadas, cujos impactos se evidenciam bastante relevantes, o que veio já a ocorrer na prestação de contas de 2019 e 2020 na Baía do Tejo e na Companhia das Lezírias, e que deverá vir a ocorrer noutras, por recomendação do acionista, nos próximos anos (como o caso da Florestgal), por outro, procurou ela própria incentivar e recolher o reporte dos principais indicadores considerados relevantes, em matéria económica, social e ambiental, de todas as empresas participadas, de forma a robustecer e uniformizar a medição dos impactos e o reporte numa ótica de grupo. Da mesma forma, procurou também que todas as suas participadas, mesmo as que ainda possam não fazer um exercício tão aprofundado nestas matérias, reportassem e enquadrassem as suas principais ações, desenvolvidas ao longo do exercício em referência, nas ODS's que procuram desenvolver.

Nas comunicações que a *holding* tem vindo a fazer às suas participadas nesta matéria, procurou igualmente incentivar a que estas trabalhem no sentido de definir os tópicos que para si são materiais, para que possam, em primeiro lugar, conhecer de forma exaustiva os impactos decorrentes das suas atividades e, em segundo lugar, tomar medidas e estabelecer objetivos para minimizar tais impactos.

Neste âmbito, a *holding* procurou organizar, no início de 2020, um evento de *networking*, com especial enfoque sobre a partilha de experiências no Grupo relativamente à implementação da análise de materialidade, de modo que todas as participadas pudessem ter acesso às melhores práticas nesta área, mesmo antes da preparação do reporte de sustentabilidade de 2019. Contudo, por força dos impactos da pandemia de COVID-19, não foi possível realizar este evento, pretendendo a *holding* retomá-lo logo que seja possível.

Tendo presente esta necessidade de aprofundamento da aplicação de uma estratégia para a sustentabilidade, a PARPÚBLICA, enquanto *holding* do Grupo PARPÚBLICA, após a adesão à Aliança ODS Portugal (organização que tem como missão incentivar a participação e contribuição do Setor Empresarial na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), em janeiro de 2019, continuou este trajeto com a **adesão**:

- Em **9 de dezembro de 2019**, em conjunto com 25 empresas integrantes do Grupo PARPÚBLICA, no dia Internacional contra a Corrupção, diretamente e através da sua participada Águas de Portugal, ao **Call to Action Anti-Corrupção** – uma iniciativa das Nações Unidas, integrada nos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovida pelo setor empresarial e da sociedade civil, com vista a sensibilizar os governos para o combate à Corrupção.

Em **29 de janeiro de 2020**, ao **iGen – Fórum Organizações para a Igualdade**, uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), sendo mais um passo na assunção perante a sociedade do seu compromisso com os princípios da igualdade de género e da responsabilidade social, mas também um reconhecimento do caminho que tem vindo a percorrer.

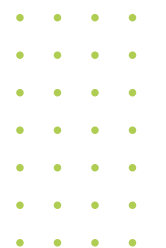
Em síntese, olhando para a estratégia de sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA de forma agregada, salvaguardando as inevitáveis diferenças entre as empresas participadas e/ou entre os sectores de atividade onde elas operam, pode dizer-se que a mesma assenta na:

- Valorização dos Negócios;
- Valorização dos Colaboradores e colaboradoras;
- Valorização da Sociedade;
- Valorização Ambiental.

Adicionalmente aos três pilares de Sustentabilidade usualmente considerados (Negócio, Sociedade e Ambiente), em face da relevância que a PARPÚBLICA e as suas participadas atribuem aos seus colaboradores e colaboradoras, decidiu-se destacar e analisar separadamente as questões relacionadas com a preocupação essencial de valorização, com especial ênfase para questões de igualdade de género, condições de trabalho, formação e desenvolvimento.

Pretende-se que esta estratégia de desenvolvimento sustentável, muitas vezes plasmada nas orientações estratégicas a seguir pelas empresas, seja traduzida em ações concretas que permitam materializá-la.

Pretende-se, igualmente, que os Conselhos de Administração das várias empresas participadas incorporem nas respetivas estratégias globais de desenvolvimento do negócio uma estratégia de desenvolvimento sustentável, assumindo que uma e outra são indissociáveis.



6.1. ANÁLISE DE MATERIALIDADE

As várias empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram identificar e atuar sobre os tópicos que identificam como materiais em cada uma das áreas anteriormente referidas, considerando:

- as orientações estratégicas dos acionistas e da gestão;
- o seu respetivo enquadramento legal;
- as suas atividades próprias;
- os impactos e expectativas que provocam nos vários *stakeholders* com quem se relacionam;
- as melhores práticas existentes;
- o enquadramento das normas GRI;
- os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

Destaque-se que, para a definição destes tópicos materiais, é essencial, para além dos restantes aspetos anteriormente focados, o envolvimento das várias partes interessadas, como já ocorre nos casos da INCM, do Grupo AdP e no Grupo SIMAB (tendo por base, por exemplo, inquéritos de satisfação e reputação ou outros canais de comunicação ao dispor das empresas, que lhes permitem medir as expectativas das partes interessadas).

Como atrás já se fez referência, nomeadamente através de iniciativas concretas de partilha de experiências, tomando partido das boas práticas já desenvolvidas por algumas das suas participadas, a PARPÚBLICA tenciona aprofundar e disseminar por todas as restantes empresas participadas o envolvimento dos seus principais *stakeholders* neste exercício, no sentido de que o apuramento dos tópicos materiais em cada caso seja cada vez mais adequado às normas internacionalmente recomendadas e aplicáveis.

Neste sentido, apresentam-se de seguida os tópicos materiais identificados nas seguintes participadas (para cujo detalhe remetemos para os seus respetivos Relatórios de Sustentabilidade próprios):

A) INCM

Como explicado no seu Relatório de Sustentabilidade, o Desafio Estratégico de Sustentabilidade da INCM procura dar resposta às preocupações e ambições de todas as partes interessadas, de forma equilibrada e com base na Análise de Materialidade, traduzindo-se em 7 Orientações Estratégicas (desdobradas em 17 Tópicos Materiais):

- **Crescimento Centrado no Cliente** – crescer o negócio focando-se na satisfação dos clientes e na antecipação das suas necessidades):
 1. Satisfação do Cliente
 2. Segurança do Produto e da Informação
 3. Evolução do Portfólio de Produtos e Serviços
- **Internacionalização** - potenciando os ativos e alargando o alcance geográfico e o impacto das suas soluções:
 4. Internacionalização da Atividade
 5. Reconhecimento Internacional
- **Inovação** - criando soluções diferenciadoras para a segurança dos cidadãos e empresas:
 6. Inovação Aberta
 7. Envolvimento da Comunidade Científica
- **Eficiência Interna** - otimizando a organização e os processos de gestão, produtivos e logísticos:
 8. Eficiência de Processos
 9. Evolução e Modernização do Negócio
- **Desenvolvimento dos Colaboradores e Colaboradoras** – reforçando competências, uma cultura de mérito e responsabilização, e as políticas de conciliação, diversidade e inclusão:
 10. Desenvolvimento de Competências
 11. Igualdade e Diversidade
 12. Saúde e Bem-Estar



- **Notoriedade e Reconhecimento** – reforçando a identidade da empresa e do seu papel no mundo digital:

13. Imagem e Reputação

14. Ética Empresarial

- **Impacto Cultural, Social e Ambiental** - cumprindo a sua missão cultural e social, dando enfoque ao ambiente:

15. Promoção e Defesa da Língua Portuguesa

16. Responsabilidade Social

17. Evolução e Eficiência Ambiental



B) Grupo AdP

No Grupo AdP a Sustentabilidade é parte integrante da estratégia de gestão, porquanto sustenta a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

No ano de 2020, o Grupo AdP continuou empenhado em contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, aliando o crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações.

Conforme detalhado no seu Relatório de Sustentabilidade próprio, a estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP, redefinida em 2017, resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas das partes interessadas, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com os princípios do *Global Compact* no âmbito das Nações Unidas e com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Foi assim definida a análise de materialidade, identificados os principais desafios do grupo e definidos os seus Princípios e Compromissos. Em 2021 a AdP irá rever na sua estratégia de sustentabilidade com base nos desafios definidos no Quadro Estratégico de Compromisso os seus compromissos e metas 2021-2023.

Daqui resulta que o Grupo AdP acredita que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas, com os seus trabalhadores e trabalhadoras, com a comunidade e com as demais partes interessadas com as quais tem uma relação de estreita interdependência.





Assim definiu:

■ **Simbiose com o Ambiente:**

1. Princípio: Gestão do ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza.

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água;
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos;
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas;
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento.

2. Princípio: Contribuição para o combate às alterações climáticas.

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo.

■ **Simbiose com os Acionistas e Clientes:**

1. Princípio: Garantia da prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente.

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas;
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável.

2. Princípio: Prestação de um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida.

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações;
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto;
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade.

■ **Simbiose com os Colaboradores e Colaboradoras:**

1. Princípio: Valorização da relação com os colaboradores e colaboradoras, garantindo o crescente know-how do Grupo.

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores e colaboradoras;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz.

■ **Simbiose com a Comunidade:**

1. Princípio: Promoção da aproximação crescente à comunidade.

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento;
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais;
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico;
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

6.2. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O Grupo PARPÚBLICA, nas diversas áreas de negócio onde atua, considera essencial o envolvimento com os vários grupos de *stakeholders* com os quais interage e, por maioria de razão quando, em áreas muito relevantes da sua atividade, são prestados Serviços Públicos ou de Interesse Geral.

O envolvimento com estes vários *stakeholders* permite acolher contributos importantes para a prossecução da missão que está atribuída a cada uma das empresas do Grupo, pelo que, de uma forma geral, constata-se uma preocupação em envolver e informar com rigor e transparência todos os que direta ou indiretamente se relacionam com elas e acompanham as suas respetivas atividades.



A INCM mantém um envolvimento regular com as suas partes interessadas, por via de diversas fontes de auscultação diretas e indiretas. Em 2018, iniciou a implementação de uma Estratégia de Envolvimento das Partes Interessadas (EEPI), alinhada com os princípios da AA1000 SES (Stakeholder Engagement Standard) e em 2020, a estratégia concretizou-se no Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEEPI), para o triénio de 2021-2023, onde estão já elencadas um conjunto de ações para promover a melhoria do processo de auscultação, assim como do processo de monitorização da eficácia das ações de melhoria implementadas.

Ainda no âmbito do envolvimento dos vários *stakeholders*, e nomeadamente um foco particular na satisfação dos clientes, colaboradores e colaboradoras, há a assinalar algumas ações e resultados de consultas efetuadas no exercício de 2020:

- **Grupo AdP:** a comunicação com as partes interessadas desenvolveu-se através das diversas formas de envolvimento habitualmente utilizadas, quer nas empresas individualmente, quer no Grupo como um todo, por múltiplos canais, diretos e indiretos, mantendo-se disponível a consulta on-line.

Na consulta disponibilizada on-line no site da holding do Grupo AdP e das suas Participadas os 3 temas considerados mais relevantes foram:

- Conservação e valorização dos recursos hídricos;
 - Garantia da qualidade do produto;
 - Garantia da acessibilidade aos serviços de água e saneamento.
- **SIMAB:** não foram feitos questionários a *stakeholders* no exercício de 2020. No entanto, em 2018, procedeu-se a um questionário aos operadores instalados e clientes frequentadores de 4 mercados (Pitagórica:2018), cujos resultados importa assinalar:
 - Os operadores indicaram um índice de satisfação Global em 3,2 (de 1 a 5) - amostra total de 156 inquéritos a operadores;
 - Os Clientes indicaram um índice de satisfação Global em 3,8 (de 1 a 5) - amostra total de 318 inquéritos a visitantes/clientes;
 - No final de 2020 iniciou-se a programação dos trabalhos para se efetuar novos inquéritos em 2021.
- **BdT:** a análise à avaliação anual da satisfação dos Clientes revela que, para os Parques do Barreiro, Estarreja e Seixal, os Clientes classificam, predominantemente, o serviço prestado pela BdT como satisfatório/ muito satisfatório. A BdT não promoveu no ano em referência a realização de questionários de avaliação de satisfação a outros *stakeholders*.

CL: foram efetuados questionários dirigidos aos visitantes do EVOA muito positivos desde 2013. Devido à pandemia houve muito poucos questionários em 2020, no entanto, salienta-se a pontuação de 4,9 em 5 nas apreciações do Google.

A PARPÚBLICA pretende, igualmente, e como anteriormente explicado, continuar a aprofundar, neste contexto, o relacionamento com as partes interessadas, tendo em conta a sua importância para a identificação dos tópicos materiais para um desenvolvimento sustentável em cada caso, bem como incentivar as suas participadas que ainda não o façam de uma forma explícita.

Assim, de acordo com a sua missão específica e respetiva atividade, e não fazendo uma alocação direta a cada uma, as empresas do universo PARPÚBLICA tomam contacto com uma vasta diversidade de *stakeholders*, a saber:

Acionistas	Empresas Participadas	Colaboradores	Clientes
Fornecedores	Entidades Reguladoras e Entidades Fiscalizadoras	Entidades Reguladoras	Sindicatos
Comunicação Social	Bancos	Comunidade	ONG's
Ministério das Finanças	Entidades Estatísticas	Assessores Externos	Associações Sectoriais
Municípios	Entidades Públicas Internacionais	Universidades	Incubadoras

Especificamente, no que se refere à política de relacionamento com fornecedores, importa salientar que algumas das empresas do Grupo PARPÚBLICA já manifestam preocupação com os seguintes aspetos na contratação (em particular, aquelas em que o volume de contratação externa de fornecimentos para o seu processo produtivo é mais acentuado):

- Direitos Humanos na contratação e seguimento de investimentos significativos.

Exemplo **Grupo AdP**: todas as empreitadas/fiscalizações e projetos e compras centralizadas têm nos seus contratos cláusulas sobre direitos humanos;

Exemplo **INCM**: não foram identificados acordos e contratos de investimento que apresentem risco de direitos humanos. No entanto nos cadernos de encargos a INCM inclui cláusulas de direitos humanos.



- Preocupação em que as operações tenham mecanismos implementados para envolvimento, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento com as comunidades locais;
- Cuidado na seleção de novos fornecedores procurando usar critérios sociais.

Exemplo **Grupo AdP**: a seleção dos seus fornecedores de bens e serviços é feita de forma rigorosa, sob a égide dos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência e com base na legislação em vigor para as empresas do Estado. De salientar que 53% das empresas do Grupo AdP estão certificadas na norma de Responsabilidade social SA 8000, que se aplica à cadeia de fornecimento e que tem como requisitos base, entre outros, trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho e remunerações. A aquisição de bens e serviços nas empresas certificadas, incluindo a AdP SGPS responsável pelas compras centralizadas do Grupo, incluem nos seus processos de contratação a subscrição de declaração de compromisso com os requisitos da SA 8000 (onde se inclui os direitos humanos e as práticas laborais). São diversas as ferramentas implementadas que visam assegurar um maior compromisso e alinhamento dos fornecedores tais como Regulamento de Fornecedores, Declaração de Responsabilidade Social, Código de Conduta e Ética, Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas, auditorias a fornecedores, ações de sensibilização e processos de avaliação de fornecedores. Em 2020 foram realizadas 6 auditorias a fornecedores e 42 ações de sensibilização a fornecedores. Neste exercício estas auditorias e ações de sensibilização desceram atendendo ao impacto da pandemia.

Exemplo **INCM**: todos os fornecedores de bens ou serviços que colaboram com a INCM são selecionados segundo as regras estabelecidas no Código de Contratos Públicos (CCP) e segundo cláusulas, que incluem critérios ambientais e sociais, definidas nos cadernos de encargos. Na sua avaliação são considerados os desempenhos do fornecedor em critérios específicos bem como o cumprimento das cláusulas definidas nos cadernos de encargos.

Por outro lado, ainda relativamente às cadeias de fornecimentos das várias atividades do Grupo PARPÚBLICA, não foram identificados riscos relevantes em qualquer operação ou fornecedor relevante:

- nos quais fosse identificado que pudessem ser colocados em risco os direitos de liberdade de associação e negociação coletiva;
- nos quais fosse identificado o risco de recurso ao trabalho infantil; e
- nos quais fosse identificado o risco de recurso ao trabalho forçado ou compulsório.

Em conclusão, as empresas do Grupo PARPÚBLICA, na medida das suas atribuições, esforçam-se por promover uma política de proximidade com os seus respetivos *stakeholders*, de acordo com a sua classificação nas dimensões de: Influência, Responsabilidade e Dependência. Tal permite uma abordagem direcionada e obter resultados mais vantajosos para as partes.

A comunicação no universo do Grupo com estas partes interessadas, quer internamente quer externamente, desenvolve-se, assim, através de múltiplos canais, diretos e indiretos, tendo sempre em consideração o cumprimento de objetivos de envolvimento e transparência, como apresentados de seguida:

Sítios da Internet	Relatórios e Contas	Relatórios Sustentabilidade	Outros Documentos Institucionais
Canais de Comunicação Direta	Rede de Lojas	Outros Espaços Públicos de Carácter Cultural	Diversas Publicações
Comunicação de Informação de Interesse Público	Diversas formas de contacto com Clientes	Diversas formas de contacto com Fornecedores	Comunicação entre Empresas do Grupo
Diversas formas de contacto com Colaboradores	Avaliação de Desempenho	Colaboração com Sindicatos	Acordos de Empresa
Ações de Formação e Sensibilização	Guias Técnicos	Projetos com Entidades Externas	Visitas a Instalações Operacionais
Divulgação de Marcas	Redes Sociais	Participação em Conferências e outros Eventos	Imprensa

Ainda relativamente às formas de comunicação e partilha de informação e de conhecimento, verificando-se uma necessidade crescente de serviços externos de gestão e de consultoria jurídica e financeira, e tomando partido do saber acumulado pela PARPÚBLICA ao longo dos anos nestas áreas, foi constituído o Centro de Conhecimento e Competências (CCC), destinado a interagir com o conjunto das empresas do Setor Empresarial do Estado:

Ainda relativamente aos canais de comunicação e ao relacionamento entre a PARPÚBLICA e as suas empresas participadas, é objetivo continuar o trabalho relativo ao seu aprofundamento, de modo a que se obtenham cada vez melhores resultados nomeadamente nos seguintes domínios:

- Partilha de informação relevante;
- Partilha e adoção das melhores práticas nos vários domínios;
- Harmonização de procedimentos nas áreas que se considerem convenientes, nomeadamente, no que se refere aos mecanismos de auditoria interna;
- Racionalização de estruturas numa ótica de incremento da eficiência (como são exemplo alguns serviços partilhados entre empresas do Grupo).



6.3. VALORIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS

As empresas do Grupo PARPÚBLICA, tendo uma natureza pública, têm como objetivo central dar cumprimento às orientações e objetivos do seu acionista, previstos nas diversas estratégias setoriais.

Tais objetivos estratégicos são posteriormente plasmados nos planos anuais de atividade e orçamento das empresas, cuja elaboração e aprovação seguem procedimentos e orientações específicas, sendo a sua execução objeto de monitorização e controlo efetuados de forma regular, desde logo pela *holding*, mas também por outras entidades de supervisão e controlo do SEE.

A estratégia adotada pela PARPÚBLICA tem visado o triplo objetivo de maximizar o valor dos ativos, preservar a manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos e potenciar a capacidade de criação de valor das várias empresas que integram o Grupo.

Assim, a PARPÚBLICA procura ativamente que todas as suas participadas consigam garantir a sua sustentabilidade económica e financeira mediante o desenvolvimento de estratégias que assegurem a criação de valor para o acionista e para a sociedade, nomeadamente, e sempre que possível, através:

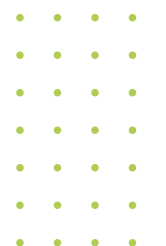
- Do desenvolvimento sustentado e crescimento da atividade, quer por expansão dos mercados de atuação, quer através do alargamento da base de produtos e serviços;
- De uma orientação cada vez mais aprofundada para o Cliente e para todas as partes interessadas;
- Da prestação de forma exemplar de Serviços Públicos e de Interesse Geral;
- Da melhoria e racionalização da estrutura operacional e/ou processos produtivos, para aumentar a eficiência e rentabilidade do negócio;
- Da manutenção da capacidade para solver os compromissos assumidos, de forma tempestiva;
- Do investimento para modernização e revitalização dos ativos, de forma a torná-los mais eficientes e rentáveis;
- Da continuação da redução do endividamento e/ou melhoria das condições que lhe estão associadas;
- Da valorização das carteiras de Ativos Imobiliários sob gestão e do património fundiário;
- Do desenvolvimento de políticas de investigação e desenvolvimento (internamente e/ou com parceiros);
- Da mitigação dos riscos associados às diversas tipologias de atividade do Grupo.

Deve destacar-se que a prossecução destes objetivos respeita políticas exigentes de credibilidade, transparência e rigor dos modelos de gestão do Grupo e de cada empresa individualmente, bem como todas as políticas e normativos incluídos no Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e restante regulamentação.

Refira-se, ainda, que as metas estabelecidas têm vindo a ser globalmente alcançadas, estando, no entanto, o seu calendário de execução por vezes dependente de decisões governamentais que podem visar objetivos de interesse público que ultrapassam a perspetiva puramente financeira. Tendo em conta as suas características, a PARPÚBLICA prossegue a sua atividade em prol dos interesses financeiros do Estado, tendo vindo a alienar as suas participações de acordo com as orientações e determinações do Governo em termos de calendário, modelo das operações e fixação de condições.

Dadas as especificidades da sua atividade, na sequência da entrada em vigor da norma europeia SEC 2010, a PARPÚBLICA passou a integrar, desde 1 de janeiro de 2015, o perímetro das contas públicas. Esta circunstância implicou um processo de adaptação da empresa, em termos humanos e técnicos, por forma a cumprir os novos procedimentos compatíveis com as regras e sistemas da contabilidade pública, que a empresa passou a ter de assegurar, em paralelo com os que são inerentes à vida de qualquer Sociedade, e que se mantêm em utilização.

Por último, importa também fazer uma referência à presente crise sanitária global inerente à pandemia de COVID-19, cujos impactos muito significativos sobre o regular funcionamento das atividades da generalidade das empresas do Grupo PARPÚBLICA se iniciaram no final do primeiro trimestre de 2020. De facto, a crise pandémica teve impactos económico-financeiros muito importantes sobre a generalidade das atividades do Grupo no exercício de 2020, tendo a *holding* do Grupo, desde o seu início, procurado monitorizar os acontecimentos e contribuir de forma próxima na identificação desses impactos e construção de soluções no sentido de os mesmos poderem ser mitigados e ultrapassados. Dada a evolução da crise de saúde pública já no início de 2021, é de esperar que tais impactos se prolonguem, pelo menos, nos primeiros meses deste exercício.



A PARPÚBLICA e as suas participadas, na prossecução do seu objetivo de sustentabilidade económico financeira, apresentaram em 2020 os seguintes indicadores:

GRUPO PARPÚBLICA	Volume de Negócios 933 M €	EBITDA 424 M €	Autonomia Financeira 50%	Divida Líquida 2.063 M €
PARPÚBLICA	Volume de Negócios (incluindo dividendos) 83,4 M €	EBITDA 67,9 M €	Autonomia Financeira 82%	Divida Líquida 539,6 M €
GRUPO AdP	Volume de Negócios 768 M €	EBITDA (ajustado do superavit de RG) 374 M €	Autonomia Financeira 27,8%	Divida Líquida 1.531 M €
INCM	Volume de Negócios 75,14 M €	EBITDA 14,53 M €	Autonomia Financeira 59%	Divida Líquida -18,11 M €
SIMAB	Volume de Negócios 16,83 M €	EBITDA 12,39 M €	Autonomia Financeira 57,5%	Divida Líquida 39,4 M €
COMPANHIA DAS LEZIRIAS	Volume de Negócios 4,74 M €	EBITDA 3,94 M €	Autonomia Financeira 90,2%	Divida Líquida -7,78 M €
FLORESTGAL	Volume de Negócios 1,7 M €	EBITDA 8,62 M €	Autonomia Financeira 92,5%	Divida Líquida -6,08 M €
FUNDIESTAMO	Volume de Negócios 2,51 M €	EBITDA 230 m €	Autonomia Financeira 75,1%	Divida Líquida -2,49 M €
ESTAMO	Volume de Negócios 34,7 M €	EBITDA 40 M €	Autonomia Financeira 94,8%	Divida Líquida 4 M €
CONSEST	Volume de Negócios 0 m €	EBITDA -989 m €	Autonomia Financeira 71,5%	Divida Líquida 6,57 M €
BdT	Volume de Negócios 9,08 M €	EBITDA 2,22 M €	Autonomia Financeira 86,3%	Divida Líquida -3,2 M €
SAGESECUR	Volume de Negócios 7,1 M €	EBITDA 8,6 M €	Autonomia Financeira 43%	Divida Líquida 34,6 M €

Adicionalmente, o tema das alterações climáticas, que se têm vindo progressivamente a agravar, tem sido motivo de preocupação na esfera do Grupo PARPÚBLICA, desde logo pela visão do papel que as entidades públicas podem ter na prossecução de estratégias de minimização de impactos, de avaliação da pegada ecológica e de valorização do interesse público geral nos seus planos de atividade, mas também porque os seus impactos podem ter especial materialidade na rentabilidade de alguns dos seus setores de atividade onde as suas participadas operam.

Importa, portanto, considerar, com especial relevância em algumas dessas participadas, a identificação de riscos e oportunidades suscitados por estas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais em operações, nomeadamente em termos de receitas ou despesas, numa perspetiva proativa de acomodação de impactos:

- **Grupo AdP:** a água desempenha um papel central no contexto das alterações climáticas, já que os seus efeitos põem em causa a disponibilidade e a qualidade deste recurso. Segundo o Relatório Global de Riscos do Fórum Económico Mundial de 2018, os eventos extremos, a incapacidade de atuar na mitigação e adaptação às alterações climáticas e a crise da água encontram-se no TOP 5 dos riscos identificados, o que evidencia a sua importância a nível mundial.

Através da análise dos riscos de Catástrofe ou Impacto Ambiental, são obtidas as avaliações que possibilitam, por empresa, aferir os impactos das alterações climáticas na sua atividade e impõem ao desenvolvimento de ações ou projetos, individuais ou transversais ao Grupo, com vista à mitigação destes riscos em termos operacionais, financeiros e ambientais. Alguns exemplos de ações são o Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE) ou o Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas (PEAAC).

O PEPE e o PEAAC vão de encontro ao preconizado na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas que estabelece que as empresas devem proceder à “integração dos riscos associados às alterações climáticas nas análises de risco para o negócio, bem como a aplicação de medidas que previnam, minimizem ou anulem esses riscos, ao abrigo de estratégias coordenadas com o Estado”.

A mobilidade sustentável também é um dos fatores determinantes no combate às alterações de clima. Desde 2018 que o Grupo Águas de Portugal incorpora na sua frota operacional, 128 veículos elétricos.

- **SIMAB:** esta identifica como principais riscos os seguintes:
 - Elevadas temperaturas exigem maiores consumos de energia, essencialmente em Mercados Abastecedores com maior utilização de AVAC e/ou produção de frio industrial;
 - Períodos de seca ou de baixa pluviosidade implicam maiores consumos de água para a lavagem de vias;
 - Alterações climáticas potenciam riscos que influenciam a atividade dos clientes do setor Agroalimentar por redução da produção agrícola;



- Aumento dos custos operacionais, com fornecimentos de água e energia mais caros e consequente perda de rentabilidade;
- Redução do número de operadores do ramo Agroalimentar, por perda de rentabilidade na produção;
- Aumento de custos de seguros devido aos aumentos da frequência de eventos meteorológicos extremos, e outros riscos associados às alterações climáticas;
- Aumento de custos de manutenção de equipamentos por utilização mais intensiva;
- Aumento de custos de manutenção/reparação de edifícios, por inadequabilidade dos materiais aplicados;
- Riscos de danos severos em edifícios e outros ativos, devido a fenómenos geotécnicos;
- Aumentos de custos das prestações de serviços, por incorporação destes mesmos riscos na cadeia de valor.



Identifica, ainda, algumas oportunidades:

- A desmobilização dos transportes logísticos inerentes ao abastecimento das cidades (mobilidade urbana sustentável) poderá promover a criação de novas plataformas logísticas com características semelhantes aos Mercados Abastecedores, potenciando o negócio da SIMAB;
- Incremento nos carregamentos de veículos elétricos (mobilidade elétrica).

- **Baía do Tejo** os fenómenos climáticos extremos podem originar impactes no edificado e outras infraestruturas dos Parques Empresariais. Este tipo de fenómeno implica que o planeamento da manutenção e reabilitação do edificado e infraestruturas leve em conta a resiliência dos mesmos face às consequências das alterações climáticas previstas.

O potencial incremento da ocorrência de fenómenos de precipitação extrema, com ocorrência de inundações, deverá levar o gestor do território a considerar investimentos em infraestruturas de drenagem e criação de área permeáveis por forma a promover-se maior infiltração.

A subida do nível médio das águas do mar poderá, eventualmente, comprometer a utilização da zona ribeirinha dos territórios.

- **ESTAMO e FUNDIESTAMO:** As alterações climáticas potenciam fenómenos climáticos extremos que podem ter impacto significativo sobre os ativos imobiliários da sociedade. Estes fenómenos podem impactar nos ativos, impossibilitando o seu uso pelos inquilinos com a consequente (potencial) perda de receitas por período indeterminado.

Adicionalmente, tem-se verificado um aumento dos prémios de seguros associados aos seguros multiriscos e/ou a uma redução do número de seguradores disponíveis para “comprar” este tipo de risco, o que tem impacto nos custos da sociedade para manter o nível de proteção desejado.

- **CE:** uma das razões pelas quais o Circuito do Estoril é muito procurado por clientes do centro da Europa durante os meses de inverno para a realização de testes e apresentações de produto, é o clima temperado e ameno da região onde este está localizado. Se o panorama climático se alterar drasticamente na região, levará a que essas entidades possam procurar outros destinos, traduzindo-se numa perda de rentabilidade para o circuito. A Circuito do Estoril investe fortemente em equipamentos e materiais que permitam reduzir impactos ambientais, e a evolução de preços no mercado internacional de alguns destes serviços ou da sua disponibilidade pode ter um impacto relevante na estrutura de custos da sociedade.
- **Companhia das Lezírias:** estando as suas principais atividades muito dependentes de certos indicadores climáticos e sensíveis a fenómenos extremos, as alterações climáticas são um dos principais riscos, nomeadamente as secas prolongadas e frequentes.

Por outro lado, face à previsível valorização dos serviços de ecossistema, os seus ativos poderão sofrer uma progressiva apreciação. Estima-se uma progressiva menor adaptação das principais espécies florestais (sobreiro e pinheiro-bravo) e uma maior adaptação e aumento de área do pinheiro-mansinho que revela uma retração da área nalguns países do mediterrâneo.



- **Florestgal:** as Florestas são consideradas como uma parte relevante e de ação direta no combate às Alterações Climáticas. Infelizmente, a perceção sobre as alterações climáticas não está ainda suficientemente priorizada, para o que muito contribui as recessões económicas vividas e a pandemia atual. A Florestgal acredita ter sido criada no momento oportuno (2018), com os capitais e estrutura económico-financeira suficiente para aproveitar todas as oportunidades que o investimento florestal esperado vai trazer e ser um canalizador de todo o sector em Portugal, onde a floresta é dominada pelo eucalipto. As alterações climáticas podem diminuir a produtividade esperada, assim como determinar a impossibilidade ou restrição da exploração de algumas espécies (exemplo do Castanheiro a menos de 400 metros de altitude);

Na perspetiva do impacto económico na envolvente, apresentam-se de seguida alguns investimentos em infraestruturas e serviços para benefício público, que as empresas do Grupo PARPÚBLICA desenvolvem:

- **Grupo AdP:** exerce maioritariamente atividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Os investimentos realizados no core business do Grupo AdP são para benefício da comunidade, no setor da Água e do Saneamento. São exemplo de impactos positivos da atividade do Grupo na comunidade a proteção da saúde pública, a promoção da economia (criação de riqueza), a nível regional e nacional, a criação de emprego (diretos e indiretos) a promoção do Turismo (com o aumento das condições de salubridade dos cursos de água e dos solos). O Grupo trabalha para garantir o acesso à água e tem por isso um papel preponderante na qualidade de vida das populações. Consciente que o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais estão no coração do desenvolvimento sustentável, a gestão do core business das suas empresas, assenta em pilares de universalidade, continuidade, qualidade de serviço, eficiência e equidade de preços.
- **INCM:** para prosseguir a sua missão de promoção da língua e da cultura portuguesas, a INCM afeta anualmente cerca de 1% do seu volume de negócios em responsabilidade social, em particular nas áreas da cultura, serviço público e cidadania.
- **SIMAB:** contribui para o desenvolvimento local (atividades complementares que nascem em redor dos Mercados abastecedores); criação de emprego na comunidade local; dinamização da economia (Importação e Exploração); escoamento de produção agrícola; equipamento logístico na Cadeia de valor do Abastecimento alimentar das cidades.
- Relativamente aos Fornecedores, cria valor económico para os fornecedores e prestadores de serviços, que são fundamentalmente empresas localizadas na sua área de influência.

- **BdT:** foi feita a ligação do sistema de infraestruturas de drenagem dos efluentes, ficou concluída a ligação em alta dos efluentes do Parque Empresarial da Baía do Tejo (Barreiro) à ETAR Barreiro / Moita da Simarsul (permite tratar os seus efluentes, contribuindo para a preservação do Tejo, o maior estuário da Europa Ocidental e que constitui a maior zona húmida do país e uma das mais importantes da Europa).

A Baía do Tejo tem vindo a desenvolver estudos/projetos e a implementar medidas de redução do consumo de energia, nomeadamente: substituição de coberturas, substituição de caixilharia, substituição de luminárias, substituição de equipamentos de ar condicionado, substituição de equipamentos de aquecimento de água, otimização da gestão contratual do fornecimento de energia (ajustes de potência, de tarifa contratada, de período horário e de ciclo), tornando assim a atividade de gestão de Parques Empresarial mais sustentável ambientalmente.

Foi também feita a requalificação de áreas privadas de acesso público e a reformulação da rotunda da entrada nascente do Parque Empresarial do Barreiro.

- **ESTAMO:** tem em curso um conjunto de investimentos de reabilitação dos seus imóveis, que implicarão medidas concretas de poupança de energia e de água, assim como permitirão melhorar as condições de trabalho dos colaboradores e colaboradoras dos nossos inquilinos, melhorar a segurança do material de transporte (elevadores) e estabelecer condições de melhor mobilidade para pessoas como mobilidade reduzida. Tratando-se de imóveis arrendados a entidades públicas, algumas delas com atendimento ao público, pode dizer-se que os efeitos positivos referidos se farão sentir nos cidadãos que utilizarem esses serviços públicos.

A ESTAMO, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência elaborado pelo Governo Português e a ser aprovado pela EU, propôs a utilização de fundos europeus para a transformação energética dos seus imóveis, através da implementação do autoconsumo. Em primeiro lugar pretende-se reduzir a fatura de consumo de energia a pagar pelos inquilinos e/ou pelo proprietário e sempre que possível, reduzir adicionalmente a fatura energética, através da venda da energia produzida excedentária nas condições definidas legalmente a cada momento. Faz também parte do projeto efetuar todo o conjunto de trabalhos complementares que potenciem a poupança energética e de recursos.

- **CE:** em 2020 o Circuito do Estoril continuou a apostar na segurança passiva à volta da pista com a aquisição de barreiras amovíveis e barreiras de delimitação da pista, com impacto para o interior da pista - segurança.

Com os investimentos recentemente realizados, o Circuito do Estoril continua a programar a criação de um conjunto de iniciativas adicionais de divulgação, formação, prevenção de segurança, dinamização de atividade desportiva de jovens e promoção do desporto e da região junto de novos stakeholders.



- **FLORESTGAL:** o objeto social da empresa definido em 2018 visa a promoção da gestão e desenvolvimento florestal por todo o país, isto é, tem como objetivo a promoção de atividades económicas no denominado interior do país, tendo em vista, para além das questões ambientais, também a dinamização económica, social e demográfica dessas regiões.

No que diz respeito às cadeias de fornecimento das várias empresas do Grupo PARPÚBLICA, importa considerar o seguinte detalhe de caracterização:

- **Grupo AdP:** conta com uma extensa rede de fornecedores, com uma grande diversidade de atuação, de norte a sul do país, do litoral ao interior. Desta forma, o Grupo dinamiza a economia, criando postos de trabalho à escala local, refletindo-se a nível nacional, com impacto sobretudo nas zonas mais interiores. Os Prestadores de Serviços associadas ao core business de exploração de infraestruturas, contribuíram em 2020, para a existência de 705 postos de trabalho;

Destaca-se em 2020 a entrada em operação da nova empresa Águas do Alto Minho, a 1 de janeiro de 2020, e que serve uma população residente de 204 mil habitantes em sete municípios desta região;

- **INCM:** Total de fornecedores (2020): 1343; Total de custos com fornecedores (2020): 62 280 milhares euros; Categorias de fornecimento: 190 fornecimento de materiais, 879 fornecimentos de serviços e outros.

Devido à natureza da sua atividade, a maior parte dos fornecedores de compras diretas encontra-se fora de Portugal e desenvolve operações em segmentos de mercado muito específicos, como os materiais de segurança. No entanto, os fornecedores estrangeiros são maioritariamente europeus;

- **SIMAB:** o Grupo SIMAB não possui, de forma direta, uma atividade produtiva e os seus fornecedores são divididos em dois grandes grupos: fornecimentos de bens (água, eletricidade) e prestadores de serviços (manutenção, segurança, limpeza e gestão de resíduos). Relativamente a estes últimos, os mesmos têm fornecedores de materiais e, nalguns casos, também prestações de serviço. A SIMAB gere os seus fornecedores diretos, mas também, sempre que justificável, supervisiona os fornecedores indiretos;

- **ESTAMO:** sendo uma sociedade imobiliária com a atividade integralmente no mercado nacional, os respetivos fornecedores integram, maioritariamente, o mercado português. Tratam-se de fornecedores de quatro tipos de produtos e serviços: 1 - Consumíveis (eletricidade, água, gás, etc); 2 - Serviços de Manutenção (Segurança, limpeza, manutenção de elevadores, pequenas reparações, etc) 3 - Obras (empresas de construção civil para obras de beneficiação) e 4 - Trabalhos especializados imobiliários (avaliações, arquitetura, engenharia, topografia, etc).

Em 2020 o valor total de pagamentos a fornecedores efetuado pela sociedade foi de 4,5M€, tendo trabalhado com 175 diferentes fornecedores. Dada a natureza dos fornecimentos acima descritos, podem considerar-se como fornecimentos de trabalho intensivo.

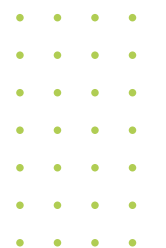
- **FLORESTGAL**: encontra-se no início do ciclo de valor florestal, enquanto produtora de madeiras (sobretudo Sobreiro, Eucalipto, Pinheiro Bravo, Pinheiro Manso) e frutos (Cortiça e Pinha). Os seus fornecedores diretos da atividade são sobretudo empresas de projetos florestais, viveiros, empresas de operações florestais.
- **CE**: dada a especificidade dos serviços prestados, não existe no mercado um leque muito grande de fornecedores para os serviços solicitados, o que não quer dizer que não esteja atenta ao feedback de todos os envolvidos na cadeia de fornecimento. Os fornecedores do CE são na sua grande maioria nacionais, privilegiando-se ainda aqueles cuja localização é mais próxima do circuito.

Por último, apresentam-se outros indicadores, cujo impacto económico pode ser relevante no contexto das realidades de cada uma das empresas do Grupo PARPÚBLICA:

- Relativamente a responsabilidades despendidas com planos de benefícios na aposentação oferecidos, há a salientar, no **Grupo AdP**, o caso da **EPAL**, que dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa. Em 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores/as e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores e colaboradoras ativos da empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

Plano de contribuição definida: a empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, através da entrega mensal de 3,5% do valor das remunerações, tendo também sido facultada aos colaboradores e colaboradoras abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de caráter voluntário. As contribuições realizadas, durante os exercícios 2020, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram de € 414.273,20.



Plano de benefícios definidos e pré-reformas: a empresa tem um plano de benefício definido para complementos de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida. A Empresa deixou de ter em 2020 responsabilidades devidas a pré-reformas.

Ainda relativamente a planos de benefícios na aposentação, oferecidos pela organização a CL teve responsabilidades no montante de € 130.929.

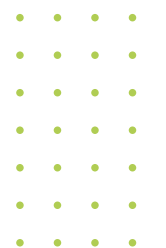
- Benefícios financeiros recebidos do Estado: de assinalar os valores de 639,6 milhões de euros do Grupo AdP, de 2,4 milhares de euros da Companhia das Lezírias, de € 17.493 da FLORESTGAL e de € 6.355,19 da Baía do Tejo.
- Proporção de gastos com fornecedores locais (nacionais) em compras e operações significativas: destacam-se a SIMAB, a FUNDIESTAMO e a ESTAMO com 100% de fornecedores locais, o Grupo AdP com 99,8%, a CE com 95%, a FLORESTGAL com 90% e a INCM com 57%.

6.4. VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES E COLABORADORAS

A crise de saúde pública, provocada pela Covid-19, levou a uma rápida adaptação à nova realidade por parte das empresas do Grupo Parpública. Como tal, as diversas Administrações tiveram que encontrar soluções para proteger os seus colaboradores e colaboradoras e os negócios. Tornou-se, assim, pertinente o recurso ao trabalho remoto, que tem demonstrado ser um fator importante para garantir a continuidade das atividades económicas. Os seus benefícios incluem a redução dos tempos de deslocação, o aumento da concentração nas tarefas de trabalho, bem como uma oportunidade para um maior equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. O trabalho remoto proporcionou oportunidades de horários mais flexíveis e a liberdade de trabalhar a partir de um local alternativo.



As empresas do Grupo PARPÚBLICA procuram adotar as melhores práticas de gestão de recursos humanos, não obstante os constrangimentos que se têm vindo a verificar nesta área, no que se refere à possibilidade do redimensionamento dos recursos humanos, das estruturas salariais e dos benefícios atribuídos inerentes ao facto de pertencerem ao Setor Empresarial do Estado. Apesar de se ter já verificado alguma evolução que se iniciou no exercício de 2019 e teve continuidade em 2020 sobre estes aspetos, permanecem ainda restrições significativas.



De uma forma genérica, tem havido preocupação em assegurar o bem-estar, motivação e satisfação dos seus colaboradores e colaboradoras através dos salários, e benefícios praticados, do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e das oportunidades de carreira proporcionadas em diversas áreas do Grupo, bem como, em adotar boas práticas ao nível da igualdade entre mulheres e homens, através da implementação de medidas ajustadas ao contexto e atividade de cada empresa, e em garantir a segurança e saúde no trabalho.

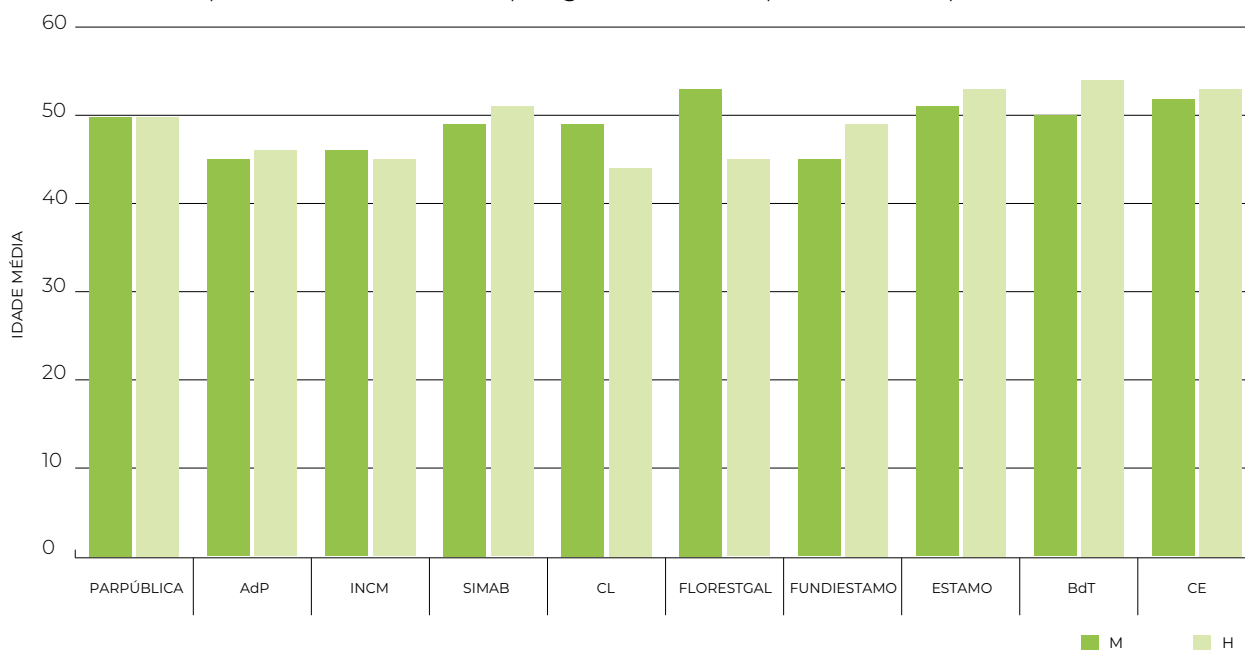
Por outro lado, também de uma forma genérica, as empresas do Grupo PARPÚBLICA adotam uma política de gestão dos seus recursos humanos orientada para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo e aumento da produtividade nas suas respetivas áreas de negócio.

6.4.1. Caracterização do Grupo

Apresenta-se nos quadros seguintes uma síntese de indicadores que procuram caracterizar as várias realidades existentes nas empresas do Grupo PARPÚBLICA relativamente aos seus colaboradores e colaboradoras:

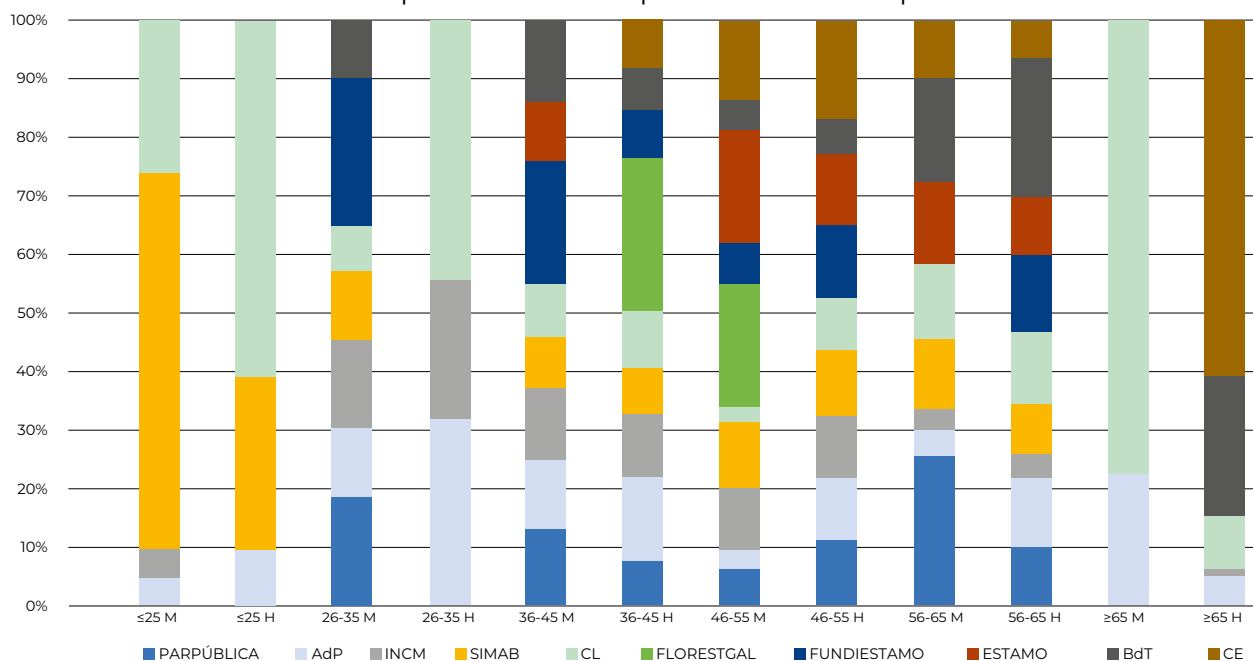
	M	H	TOTAL
PARPÚBLICA	22	13	35
AdP	968	2443	3411
INCM	326	375	701
SIMAB	29	25	54
CL	28	62	90
FLORESTGAL	1	1	2
FUNDIESTAMO	5	8	13
ESTAMO	6	3	9
BdT	31	34	65
CE	5	8	13
TOTAL	1421	2972	4393

No final de 2020, o Grupo PARPÚBLICA contava com um total de 4.393 colaboradores (32,3% Mulheres e 67,7% Homens), apresentando-se no gráfico seguinte a distribuição dos colaboradores e colaboradoras por média de idades e por género, nas empresas do Grupo:



No gráfico seguinte apresenta-se a **distribuição dos colaboradores e colaboradoras por grupo etário e por género** nas empresas do Grupo:

Colaboradores por faixa Etária e por Género no Grupo PARPÚBLICA





EMPRESAS Grupo Etário	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE	TOTAL
≤ 25 M	0	14	3	3	2	0	0	0	0	0	22
≤ 25 H	0	36	10	1	6	0	0	0	0	0	53
26 - 35 M	2	123	32	2	2	0	1	0	2	0	164
26 - 35 H	0	300	46	0	11	0	0	0	0	0	357
36 - 45 M	5	440	98	5	9	0	3	1	10	0	571
36 - 45 H	5	940	144	8	17	1	2	0	9	2	1128
46 - 55 M	5	265	173	14	5	1	2	4	8	4	481
46 - 55 H	7	668	138	11	14	0	3	2	7	4	854
56 - 65 M	7	115	20	5	9	0	0	1	9	1	167
56 - 65 H	4	477	36	5	13	0	2	1	18	1	557
≥ 66 M	0	11	0	0	1	0	0	0	0	0	12
≥ 66 H	0	22	1	0	1	0	0	0	2	1	27
TOTAL	35	3411	701	54	90	2	13	9	65	13	4393

De seguida caracteriza-se o Grupo PARPÚBLICA por tipo de contrato de trabalho (permanente, com contrato a termo certo, estágios) e por género:

	CONTRATO DE TRABALHO								TOTAL
	Permanente		Com termo		Estagiários/Outros		Total		
	F	M	F	M	F	M	F	M	
PARPÚBLICA	22	13	0	0	0	0	22	13	35
AdP	2044	861	27	59	80	340	2151	1260	3411
INCM*	301	347	25	28	5	9	331	384	715
SIMAB	25	24	4	1	0	0	29	25	54
CL	28	61	0	1	0	0	28	62	90
FLORESTGAL	1	1	0	0	0	0	1	1	2
FUNDIESTAMO	8	5	0	0	0	0	8	5	13
ESTAMO	6	3	0	0	0	0	6	3	9
BdT	31	34	0	0	0	0	31	34	65
CE	5	8	0	0	0	0	5	8	13
TOTAL	2471	1357	56	89	85	349	2612	1795	4407

* A INCM reporta 14 estagiários que não inclui no nº. total de trabalhadores da empresa

No caso da BdT e da AdP a totalidade dos colaboradores e colaboradoras estão abrangidos por acordos de negociação coletiva, sendo que neste último caso, desde 2018 está em vigor um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), celebrado com os Sindicatos, que constitui um instrumento importante de normalização das relações laborais, de desenvolvimento sustentável das empresas, e de valorização dos colaboradores e colaboradoras.

Nas restantes empresas do Grupo, apenas a INCM e a CL apresentam este tipo de acordo, com 41% e 43% de colaboradores e colaboradoras abrangidos, respetivamente.

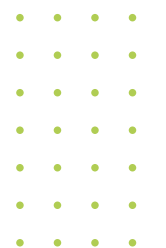
No seguinte quando identificamos a relação entre a **remuneração total anual do indivíduo mais bem-pago e a média das remunerações totais anuais de todos os trabalhadores e trabalhadoras** (exceto o mais bem-pago):

PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE
1,97	4,40	3,6	3,03	4,62	2,16	1,62	1,88	2,21	2,66

Salientam-se de seguida os principais **benefícios atribuídos** aos colaboradores e colaboradoras com contrato a termo incerto, a termo certo, sem termo, a tempo parcial e estagiários que vigoram na esfera das empresas do Grupo PARPÚBLICA:

PARPÚBLICA:

- **Seguro de Saúde:** constitui um benefício atribuído com base em critérios objetivos e idênticos, a todos os colaboradores e colaboradoras, sendo extensível ao cônjuge e aos dependentes com o limite de idade de 25 anos;
- **Seguro de Acidentes Pessoais:** é atribuído a todos os colaboradores e colaboradoras, incluindo invalidez e morte. O valor do seguro corresponde a 42 vezes o salário mensal, incluindo vencimento base, isenção de horário de trabalho e subsídio de alimentação, conforme estipulado na lei;
- **Complemento Judicial:** é atribuído aos colaboradores e colaboradoras que, na qualidade de advogados, são chamados, no exercício das suas funções no âmbito da PARPÚBLICA, a praticar atos próprios da advocacia. O valor deste complemento e a sua atribuição são determinados pela Comissão Executiva, mantendo-se o valor mensal em vigor (100,00 € - 12 vezes por ano) e o universo dos beneficiários;
- **Transportes:** Aos colaboradores e colaboradoras que por via contratual ou funcional detenham a categoria ou exerçam as funções de Diretor, a PARPÚBLICA atribui a utilização de uma viatura;



- **Atividades de lazer\desportivas\culturais:** no quadro da responsabilidade social, a Empresa promove a celebração de protocolos com entidades que possam oferecer condições especialmente favoráveis que facilitem e promovam a participação em atividades de lazer, desportivas ou culturais. Estes protocolos são aprovados pela Comissão Executiva e objeto de divulgação generalizada.

ADP:

Existem diversos benefícios complementares que traduzem a aposta em políticas sociais nas várias empresas do Grupo AdP e que contribuem para a conciliação da vida profissional com a vida pessoal:

- Seguro Saúde (extensível ao agregado familiar do colaborador);
- Seguro de Vida;
- Subsídio de transporte;
- Acordos com Ginásios;
- Ginástica;
- Protocolos com farmácias;
- Entrega de Cabaz de Natal a todos os colaboradores e colaboradoras e de presentes de Natal aos seus filhos;
- Dispensa de serviço no dia de aniversário do colaborador ou colaboradora;
- O programa corporativo de atribuição de bolsas de estudo com vista a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem das/os filhas/os das/dos trabalhadoras/es é um programa de Responsabilidade Social interna de grande impacto. Em 2020, nesta que foi a edição com maior número de candidaturas apresentadas foram atribuídas 45 bolsas de estudo, 22 bolsas destinadas ao Ensino Superior e 23 bolsas destinadas ao Ensino Especial no valor de 1.200 euros cada. As bolsas atribuídas abrangem todas as empresas do Grupo tendo, a partir de 2016, incluído também a área internacional. Recorda-se esta é uma iniciativa de envolvimento do empenho de todos os trabalhadores e de todas as empresas do Grupo, uma vez que as bolsas atribuídas resultam das verbas angariadas com o envio dos cartões eletrónicos de Natal do Grupo, que têm associado um donativo de 0,50€ por cada cartão enviado. Este projeto que teve início no ano letivo 2013/2014 já permitiu distribuir **269** bolsas de estudo para o Ensino Superior e Ensino Especial;
- Todos os colaboradores e colaboradoras estão cobertos nas questões de saúde e segurança por acordos formais com sindicatos;

- Em 2018 o Grupo AdP, com o objetivo de garantir melhores condições de trabalho aos/as trabalhadores/as, celebrou com os Sindicatos um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) aplicável a todos os trabalhadores/as que não estavam ainda abrangidos por um instrumento de regulamentação coletiva. O ACT constituiu um instrumento importante de normalização das relações laborais, de desenvolvimento sustentável das empresas, e de valorização dos trabalhadores;
- Grupo AdP, que conta atualmente com 3.499 trabalhadores/as³, 3.411 no ativo, muito tem contribuído para a dinamização do emprego e da economia local, dando um forte contributo no combate à desertificação do interior do país;
- Em 2020, 35% das empresas do Grupo AdP estavam certificadas na norma de Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal NP 4552. A Águas de Portugal é uma das organizações bandeira do Pacto da Conciliação, com 6 empresas, certificadas na norma NP 4552: 2016 - Sistema de Gestão de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Apoio a formação complementar: os colaboradores e colaboradoras são incentivados a participar em programas de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual.
- Cabaz de berço;
- Distribuição de fruta fresca no local de trabalho;
- Acordos com instituições culturais;
- Campos de férias para os filhos/as dos trabalhadores/as.

INCM:

Através dos Serviços Sociais, a INCM oferece um conjunto alargado de benefícios, no âmbito da saúde, bem-estar e conciliação a cerca de 2123 beneficiários, onde se inclui colaboradores e colaboradoras, descendentes, e aposentados/reformados da empresa

- No âmbito da saúde são disponibilizados postos médicos privativos nas instalações dos edifícios da Casa da Moeda e da Imprensa Nacional, com atendimento diário e corpo de enfermagem permanente, onde se realizam consultas médicas das especialidades de Clínica Geral, Nutrição e Ginecologia e Obstetrícia.

³ Valor referente ao total de trabalhadores/as a 31 de dezembro de 2020, incluindo trabalhadores/as com contrato suspenso. Ao longo da "Simbiose com os Colaboradores" os rácios são apresentados tendo como base o número de trabalhadores/as no ativo.



- No ano de 2020 os postos médicos condicionados pela pandemia, foram sendo adaptados, quer recorrendo a novos formatos de prestação dos serviços, como a teleconsulta ou recorrendo ao desfasamento de horários de consultas, por forma a garantir o seu compromisso na prestação de saúde. Assim sendo, foram realizadas 1348 consultas de clínica geral, 112 consultas de nutrição, 133 de ginecologia e obstetrícia. Foi também garantido o atendimento clínico e acompanhamento de enfermagem, personalizado, aos Grupos de Risco, a casos positivos, suspeitos e em isolamento profilático;
- Os beneficiários têm o direito de optar por diferentes vias nos cuidados de saúde, em regime de complementaridade ao Serviço Nacional de Saúde, bem como têm acesso a participação e outros apoios diversos;
- Postos Médicos privativos - Rede de Entidades protocoladas, Rede de Prestadores convencionados, Clínica Livre;
- Protocolos com entidades que permitem a aquisição de bens e serviços em condições preferenciais de atendimento e de preço destinados aos colaboradores e colaboradoras e seus familiares, exemplo disso são, agências de viagens, entidades bancárias, infantários, Inatel, etc;
- Em 2020 os refeitórios foram adaptados para garantir todas as condições de segurança e mereceram o selo COVID SAFE, atribuído pela APCER. Neste âmbito foram servidas 80446 refeições pelos refeitórios da INCM e 2915 refeições TAKEAWAY para aposentados/reformados;
- Realização de programas de ocupação de tempos livres (OTL) nas férias letivas de verão para os descendentes dos colaboradores e colaboradoras, e que continuaram a constituir-se como uma alternativa fiável e económica (em 2020 cerca de 40 crianças abrangidas pela iniciativa);
- Atribuição de subsídio destinado a apoiar a aquisição de livros escolares dos descendentes (em 2020 foram concedidos 421 subsídios);
- A INCM continuou a dar destaque a uma ocasião importante na vida dos seus colaboradores e colaboradoras: o nascimento dos filhos. Para assinalar esse momento a empresa ofereceu 13 Kit Bebê aos colaboradores/as que foram pais;
- Atribuição de um vale creche para os filhos dos colaboradores e colaboradoras entre os 4 e os 6 anos (foram atribuídos 77 em 2020);
- Dispensa de meio-dia no aniversário do colaborador/a ou dos filhos;
- Complemento ao subsídio base da Segurança Social por forma a igualar o vencimento na ausência;
- Protocolos de cooperação com acesso preferencial e a preços inferiores aos de mercado (exemplo: agências de viagens, bancos, colégios, infantários, INATEL, etc.);
- Empresa oferece um subsídio para aquisição de livros escolares dos filhos dos colaboradores - 421 subsídios em 2020;
- Em 2020 a empresa ofereceu 470 presentes de Natal aos filhos dos colaboradores e colaboradoras com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos.

SIMAB:

É política do Grupo SIMAB que todas as participadas proporcionem a todos os seus colaboradores e colaboradoras:

- seguro de saúde, que pretende garantir a comparticipação de despesas médicas por sistema de reembolso, com limites definidos nas condições gerais e proporcionar aos colaboradores e colaboradoras acesso à rede de prestadores de serviços da seguradora com a obtenção de desconto sobre o preço normal dos cuidados de saúde.

CL:

Atribuição de benefícios aos colaboradores e colaboradoras:

- Os benefícios em vigor, de carácter geral, são atribuídos a todos os trabalhadores, independentemente do vínculo contratual, com as exceções indicadas. Atualmente encontram-se em vigor;
- Atribuição de complemento de baixa, por doença ou acidente de trabalho, durante 60 dias por ano. É suportado pela empresa o valor que não é pago pela Segurança Social ou pela Companhia de Seguros;
- Atribuição de subsídio de estudo anual, de carácter pecuniário, aos descendentes dos trabalhadores com contrato a termo certo, durante o percurso pelo ensino básico, secundário e superior;
- Atribuição de subsídio de saúde anual, mediante apresentação de comprovativo da despesa.

FUNDIESTAMO:

- Seguro de saúde;
- Lugar de estacionamento para viaturas próprias.

ESTAMO:

- A Sociedade proporciona aos seus colaboradores e colaboradoras o usufruto de um dos melhores seguros de saúde do mercado tanto em coberturas e abrangência de prestadores de serviços de saúde como em preço.

**BdT:**

No que concerne a benefícios diretos a trabalhadores/as e suas famílias, a Baia do Tejo é uma empresa atenta e preocupada com o bem-estar das pessoas. A empresa desenvolve várias atividades ligadas à promoção da saúde e bem-estar dos seus trabalhadores/as. Existem alguns benefícios extensíveis a familiares dependentes (cônjuges e filhos/as)

- Acordo com o grupo CUF, tais como serviços de urgência, consultas médicas, internamento, entre outros.
- É ainda concedida a possibilidade de reembolso da verba não comparticipada de medicamentos com receita médica.
- Tem estabelecido um protocolo com um ginásio;
- Festa de Natal para colaboradores e colaboradoras e filhos;
- Subsídio de material escolar;
- Brinde Natal;
- Dispensa até 3 dias de trabalho por ano, sem perda de retribuição (salvo subsídio de alimentação), aplicável aos trabalhadores e trabalhadoras com filhos e filhas de idade até 12 anos, em situações de comprovada doença da criança ou de comprovada situação de encerramento ou impedimento de funcionamento da escola que frequentam, por motivo de greve;
- Dispensa de 3 horas de trabalho, sem perda de retribuição, para acompanhamento, pelos/as trabalhadores/as, dos respetivos/as filhos/as com até 12 anos de idade, no primeiro dia de aulas de cada ano letivo/escolar;
- Permitir aos trabalhadores/as o ajuste dos tempos de trabalho à necessidade de prestar assistência à família em situações de doença grave, para combate ao absentismo.

CE:

- A sociedade, para além dos seguros de acidentes de trabalho, tem um acordo com a Médis para os seus colaboradores e colaboradoras.

6.4.2. Igualdade e diversidade

Relativamente à igualdade e diversidade, as empresas do Grupo PARPÚBLICA têm vindo a consagrar estes princípios nos seus valores através de Códigos de Ética, Planos de Igualdade de Género e das próprias Políticas de Recursos Humanos de cada uma das empresas.

Para além de acolherem estes princípios nos seus normativos as empresas do Grupo PARPÚBLICA promovem ativamente práticas de atuação que procuram assegurar a não discriminação na gestão diária dos recursos humanos, bem como nos processos de recrutamento e seleção, internos ou externos, nos quais se procura que sejam efetuados com total transparência, garantindo igualdade de oportunidades independentemente do género, idade, raça, religião e/ou orientação sexual de cada um.

As políticas de recursos humanos das várias empresas têm presente o princípio da igualdade salarial entre homens e mulheres, procurando-se que este não constitua um fator discriminatório

Neste âmbito, importa destacar algumas ações concretas desenvolvidas nas empresas do Grupo PARPÚBLICA, tendo em vista o aprofundamento do princípio de Igualdade de género:

PARPÚBLICA:

- No decurso de 2020 a empresa aderiu ao iGen – Fórum Organizações para a Igualdade, uma iniciativa da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), sendo mais um passo na assunção perante a sociedade do seu compromisso com os princípios da igualdade de género e da responsabilidade social, mas também um reconhecimento do caminho que tem vindo a percorrer.
- No decurso de 2020, foi elaborado e aprovado **O Plano para a igualdade 2021**, definindo uma política de promoção da igualdade de género e não discriminação adequada à natureza e à dimensão da empresa, bem como aos seus impactos previsíveis neste domínio, estabelecendo objetivos estratégicos, nomeadamente através de boas práticas laborais, apoio profissional e de desenvolvimento pessoal, equipamentos, serviços e benefícios, entre outros, garantindo o cumprimento, a monitorização e a revisão de objetivos, programas, indicadores e metas nas suas políticas e práticas.

A Parpública encara de modo igual os homens e as mulheres em inúmeros aspetos:

- O exercício dos direitos da parentalidade, incluindo o período das licenças;
- Estabelece acordos com vista à prestação de serviços com condições especiais nas áreas da saúde, desporto e restauração extensíveis ao agregado familiar;
- Tem apoios financeiros ligados à saúde extensivos ao agregado familiar;



- Estimula a cooperação e incentiva a participação dos colaboradores e colaboradoras em iniciativas de responsabilidade social, respeitando as diversas opiniões;
- Valoriza o bem-estar de todos os seus colaboradores e colaboradoras, investindo em boas condições de trabalho, respeitando os direitos e igualdade, promovendo a valorização pessoal e profissional, estimulando a frequência de formação e o desenvolvimento de competências;
- Flexibiliza horários e meios de trabalho de acordo com as necessidades e objetivos da organização, de forma a permitir a conciliação entre a vida pessoal e profissional dos colaboradores e colaboradoras;
- Promove ainda diversas iniciativas com vista à promoção do bem-estar e da melhoria do clima organizacional;
- Em contexto de pandemia e outros motivos fundamentados possibilita a realização do trabalho em modo remoto (teletrabalho).

O Plano para a igualdade tem de ir mais além e estabelecer outras medidas para suprimir alguns desequilíbrios e desigualdades nomeadamente:

- Encorajar a participação equilibrada de ambos os géneros nos processos de decisão;
- Incentivar os colaboradores e colaboradoras a apresentarem sugestões que contribuam para a igualdade;
- Avaliar a satisfação dos colaboradores e colaboradoras, tendo em conta os aspetos da igualdade de género, da conciliação entre a vida profissional, familiar, pessoal incluindo a proteção da parentalidade;
- Divulgar em local apropriado e acessível, informação relativa aos direitos e deveres dos trabalhadores e trabalhadoras, em matéria de igualdade e não discriminação em função do sexo;
- Continuar a promover iniciativas que fomentem a melhoria do clima organizacional e consequente bem-estar pessoal e no local de trabalho;
- Procurar estabelecer outras parcerias de serviços que se revelem facilitadoras da gestão diária de toda a comunidade PARPÚBLICA;
- Elaborar um Código de Prevenção do Assédio que traduza os procedimentos necessários em caso de ocorrência de comportamentos que revelem qualquer tipo de assédio ou comportamento atentatório à igualdade de género, no trabalho.
- Anualmente será promovida a avaliação da situação da PARPÚBLICA em matéria de igualdade de género através da realização de inquéritos de satisfação e, face à análise dos resultados obtidos, será, sempre que necessário promovida a atualização do presente plano que será de novo submetido para aprovação do Conselho de Administração.

■ IGUALDADE DE GÉNERO NO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL

A PARPÚBLICA, como empresa inserida no sector empresarial do Estado e obedecendo às regras de contratação deste sector, está condicionada no que concerne ao seu plano de admissões.

No entanto, tal não invalida que, sempre que a PARPÚBLICA recrute um colaborador ou colaboradora para os seus quadros, tenha presente o princípio da igualdade e não discriminação em função do género. Em todos os processos de seleção e contratação de pessoal não existem referências ao género como critério de escolha, nem linguagem suscetível de considerada discriminatória. Os princípios que orientam a política de contratação da PARPÚBLICA baseiam-se na adequação do perfil técnico e das competências dos candidatos e candidatas às funções a desempenhar.

A seleção e recrutamento de pessoal é um processo conduzido pela área dos Recursos Humanos, em estreita colaboração com a Comissão Executiva da Empresa.

■ IGUALDADE DE GÉNERO INVESTIMENTO NO CAPITAL HUMANO

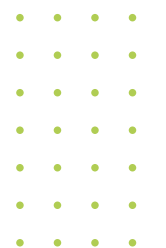
Como é referido no seu Código de Ética, a PARPÚBLICA segue uma política de recursos humanos orientada para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade. Os colaboradores e colaboradoras são tratados com respeito e integridade e a empresa está empenhada em contribuir ativamente para a sua valorização profissional.

Desta forma, a PARPÚBLICA considera dever promover o aperfeiçoamento pessoal e profissional dos seus quadros, incentivando-os para que desenvolvam e atualizem de forma contínua os seus conhecimentos e competências e tirem adequado proveito das ações de formação proporcionadas pela Empresa.

Os titulares dos órgãos sociais e todas as pessoas que trabalham na Empresa respeitam, cultivam e incentivam os valores da PARPÚBLICA, promovendo a cooperação e a responsabilidade individual, e aceitando a diversidade sem discriminação.

A PARPÚBLICA desenvolve esforços para proporcionar aos titulares dos seus órgãos sociais e aos colaboradores e colaboradoras elevados níveis de satisfação e realização profissional, garantindo um ambiente de trabalho seguro e colaborativo. Nesse esforço coletivo, a empresa prossegue uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminando discriminações e permitindo a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

A PARPÚBLICA incentiva de igual forma homens e mulheres a participarem em ações de formação e outros processos de aprendizagem. Com efeito, a empresa promove ações de formação, estando empenhada em melhorar e intensificar este tipo de ações.



De referir igualmente que a empresa prevê a possibilidade dos seus colaboradores e colaboradoras poderem conciliar a frequência de estudos superiores com a sua carreira profissional, podendo socorrer-se de diferentes instrumentos como a flexibilidade de horários para a frequência de aulas ou para avaliações, nos termos previstos na lei.

■ IGUALDADE DE GÉNERO NAS REMUNERAÇÕES E GESTÃO DE CARREIRAS

A PARPÚBLICA está a desenvolver um Sistema de Gestão de Carreiras, tendo por base as funções existentes, definindo a progressão profissional dos colaboradores e colaboradoras e respetivas bandas salariais, tendo inerente o princípio de igualdade, independentemente do género.

Paralelamente, a PARPÚBLICA tem promovido um sistema de avaliação de desempenho, junto dos seus colaboradores e colaboradoras, com base na avaliação de competências e comportamentos. Tem, ainda, como pretensão complementar este sistema com a avaliação de indicadores, para que a avaliação global dos colaboradores e colaboradoras não dependa de uma avaliação mais subjetiva por parte do avaliador. Ainda assim, esta avaliação tem comportamentos padrão definidos correspondentes aos comportamentos esperados, servindo assim de guia e orientação para os avaliadores. No final do processo, é ainda alvo de reunião/validação pela Comissão Executiva para harmonização de notas.

■ IGUALDADE DE GÉNERO NO DIÁLOGO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES E COLABORADORAS E OU AS SUAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS

A PARPÚBLICA reconhece a importância da comunicação interna e o seu contributo para a melhoria do clima organizacional e reforço da cultura da empresa, promovendo assim melhores condições para os colaboradores e colaboradoras alcançarem os seus objetivos profissionais.

Neste sentido, encontra-se espelhado no seu organograma a área da Comunicação Interna, responsável pela uniformização da imagem corporativa, dinamização de várias ações que promovem o relacionamento entre colaboradores e colaboradoras e que fomentem a melhoria continuada do clima organizacional, bem como apoiar o desenvolvimento de projetos de Responsabilidade Social.

■ IGUALDADE DE GÉNERO NA DIGNIDADE DE MULHERES E HOMENS NO LOCAL DE TRABALHO

Sobre esta matéria, a posição da PARPÚBLICA encontra-se consubstanciada no seu Código de Ética, um documento que elenca, entre outros, os princípios de ética e as normas de conduta profissional. Para além desses princípios, a PARPÚBLICA não possui normas escritas que garantam o respeito pela dignidade de mulheres e homens no local de trabalho, nem procedimentos formais ou específicos que permitam a efetiva apresentação de queixas ou

reparação de danos decorrentes de eventuais violações do respeito devido. A área de Recursos Humanos, contudo, dentro das suas competências, apoia e acompanha todas as situações que eventualmente possam surgir sobre esta matéria. Está ainda em curso a elaboração de um Código de Prevenção de Assédio, quer ao nível de comportamentos atentatórios da dignidade de género quer ao nível de assédio sexual, prevendo-se a conclusão do documento ainda em 2020.

■ IGUALDADE DE GÉNERO NA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E IMAGEM

A comunicação, interna ou externa, da empresa, apesar de não obedecer a normas escritas, tem a preocupação de não utilizar formas de linguagem consideradas discriminatórias e estereotipadas, nomeadamente em função do género, procurando sempre usar linguagem neutra e inclusiva.

De referir ainda que a empresa possui a área da Comunicação e Media, com a responsabilidade da comunicação externa e também da monitorização dos conteúdos disponibilizados no site (informação institucional e notícias sobre o Grupo) e desde o início de 2020 decidiu-se destacar e reforçar as atribuições da Comunicação Interna, considerando ser um pilar fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento da cultura organizacional, da melhoria das relações internas e do clima organizacional.

■ IGUALDADE DE GÉNERO NA CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, PESSOAL E FAMILIAR

A conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar é uma condição fundamental para que colaboradores e colaboradoras se sintam dedicados/as, empenhados/as e dispostos/as a levar a cabo a missão e os objetivos da PARPÚBLICA. A empresa está plenamente consciente da importância deste princípio e tem desenvolvido algumas medidas neste sentido, como por exemplo a possibilidade do colaborador ou colaboradora flexibilizar o seu horário de trabalho ou até mesmo efetuar, ocasionalmente trabalho a partir de casa.

Em 2020, devido às contingências provocadas pela pandemia e centrando as suas preocupações no bem-estar e saúde de quem trabalha na empresa, a PARPÚBLICA implementou o teletrabalho de forma integral durante dois meses e meio, a que se seguiu a retoma do trabalho presencial efetuado em regime rotativo de equipas espelho e contemplando várias medidas de higiene segurança, para prevenção da Covid 19.

Foram tidas em conta todas as situações de colaboradoras e colaboradores que por motivos de saúde, de assistência à família ou outros, tiveram de manter o teletrabalho de forma mais permanente.



■ IGUALDADE DE GÉNERO NA PROTEÇÃO NA MATERNIDADE, PATERNIDADE E ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA

A PARPÚBLICA cumpre toda a legislação existente no que respeita a licenças de parentalidade ou de assistência à família (descendentes e ascendentes) e encara de igual modo o exercício dos direitos de pais e mães na assistência aos seus filhos, quer em situações de doença, quer no acompanhamento do seu percurso escolar.

A PARPÚBLICA disponibiliza, igualmente, a todos os seus funcionários e funcionárias um seguro de saúde, através de um protocolo com uma seguradora, o qual é extensível aos respetivos cônjuges e filhos.

Com vista a melhorar a sua atuação neste domínio, a empresa estará atenta a todas as oportunidades que possam surgir na oferta de outros acordos ou protocolos como alguns já efetuados com estabelecimentos de restauração, farmácia e ginásio.

Grupo Águas de Portugal

- Para além da Política da Igualdade de Género específica, existem no Grupo um conjunto de políticas de Recursos Humanos não discriminatórias, o próprio Código de Conduta e Ética e a certificação na norma de Responsabilidade Social SA8000 solidificam esta temática. A Política de Recursos Humanos do Grupo garante o respeito pela diversidade e igualdade de oportunidades, aumentando a cultura corporativa e coesão social no Grupo. O Plano Estratégico de Sustentabilidade do Grupo AdP assume os Compromissos de “Garantir a igualdade de oportunidades” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal”.
- Uma política de igualdade de género e de conciliação das obrigações profissionais e familiares é, não só um fator de desenvolvimento que permite eliminar e promover um melhor aproveitamento dos recursos humanos, mas também uma componente necessária à evolução das sociedades.

O Grupo Águas de Portugal, ao reconhecer a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar, pretende, dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

Os princípios orientadores da Política são os seguintes:

- Estratégia, missão e valores
- Igualdade de tratamento e de oportunidades
- Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional
- Prevenção da prática de assédio no trabalho

- Diálogo social e participação
- Formação inicial e contínua
- Comunicação e imagem

Corporizando os princípios enunciados na Política de Igualdade de Género, o Grupo define anualmente **o Plano para a Igualdade** (por empresa) que visa a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações, e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Este Plano para a Igualdade encontra-se estruturado em 7 áreas agregadoras:

- Estratégia, missão e valores;
- Igualdade no acesso a emprego;
- Formação inicial e contínua;
- Igualdade nas condições de trabalho;
- Proteção na parentalidade;
- Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;
- Prevenção da prática de assédio no trabalho.

O Plano para a Igualdade é composto por iniciativas e metas que concorrem para a prossecução dos seguintes objetivos:

- Inclusão, no planeamento estratégico, de objetivos explícitos e mensuráveis que visem a promoção da igualdade entre homens e mulheres;
- Revisão dos Códigos de Conduta e ética assegurando os princípios de Igualdade, não discriminação e conciliação;
- Promoção da temática da Igualdade de género na cadeia de fornecimento;
- Avaliação do impacto e dos progressos das políticas e iniciativas implementadas;
- Promoção da equidade na representação de género na composição de júris e comissões.
- Revisão dos manuais de acolhimento assegurando os princípios de Igualdade, não discriminação e conciliação;
- Criação e manutenção de informação, tratada por género, relativa aos processos de recrutamento e seleção de pessoal, formação, desempenho, estágios, entre outras;
- Divulgação regular de informação relativa aos direitos e deveres dos trabalhadores e das trabalhadoras em matéria de igualdade, não discriminação, saúde, cidadania, maternidade e paternidade, conciliação da vida pessoal, familiar e profissional e informação objetiva e atualizada sobre o fenómeno do assédio sexual e moral, no local de trabalho;



- Promoção da equidade Homem/Mulher no gozo das licenças parentais através da divulgação de direitos e deveres na maternidade/parentalidade, previstos na legislação;
- Implementação e certificação das empresas na norma de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Certificação na NP 4552/2016- Sistema de Gestão da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Aproveitamento do progresso das tecnologias de informação para criação de novas formas de organização e gestão do trabalho, acessíveis a trabalhadores e trabalhadoras que facilitem a conciliação do trabalho com a vida familiar;
- Divulgação dos recursos existentes na área geográfica da empresa que facilitem a conciliação trabalho-família;
- Promoção da mobilidade interna do grupo;
- Realização de iniciativas para debate de ideias sobre a promoção da igualdade entre homens e mulheres e a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.
- Promoção de iniciativas de Igualdade, não discriminação e conciliação no Centro de Educação Ambiental Água 360°;
- Integrar projetos relevantes relativos à Igualdade, não discriminação e conciliação privilegiando os que tenham enfoque no combate à pobreza e exclusão social na sociedade (exemplo “Girl Move”, “Girl Técnico”, “Comunidade Ciganas”);
- Utilização de linguagem (escrita, não escrita e imagens) neutra, inclusiva e não discriminatória nos processos de comunicação internos e externos;
- Integração de indicadores obrigatórios de igualdade de género (IG) em relatórios oficiais (R&C, RS, etc.); disponibilização no site das empresas de indicadores gerais de IG.

O Grupo AdP assume Compromissos de “Garantir a igualdade de oportunidades” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal”. Estes compromissos contemplam 4 medidas, a aplicar em todas as empresas do Grupo:

- Garantir o cumprimento do “Plano para a Igualdade do Género”;
- Promover a diversidade;
- Obter a certificação segundo a norma SA8000 (no caso de empresas não certificadas);
- Promover a mobilidade.

Principais iniciativas em 2020 que concorrem para os Planos definidos:

- Certificação da EPAL e AdVT na Norma Portuguesa (NP) 4552:2016 sistema de gestão da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Realização de ações de sensibilização no âmbito da norma de Responsabilidade Social SA8000 (requisito 5) onde se enquadra o repúdio de todas as formas de discriminação, incluindo a baseada no género. Em todos os acolhimentos também este tema foi enfatizado. Estas ações de sensibilização estenderam-se igualmente aos prestadores de serviços;

- Inclusão de linguagem respeitadora da igualdade de género na maioria das publicações e comunicações da empresa;
- O Grupo AdP divulga anualmente no Relatório e Contas e no Relatório de Sustentabilidade Corporativos a informação relevante de Recursos Humanos desagregada por sexo (bem como nos relatórios individuais das empresas). O Relatório de Sustentabilidade Corporativo é enviado aos principais *stakeholders* e é disponibilizado no *site* do Grupo e das empresas bem como na intranet;
- Existem representantes dos trabalhadores/as para a responsabilidade social, bem como caixas de sugestões;
- Foi efetuada uma auscultação aos trabalhadores e trabalhadoras da Holding e empresas instrumentais sobre a temática da Igualdade de Género;
- Foi dada uma orientação no sentido dos júris dos concursos lançados ao abrigo do CCP serem compostos por homens e mulheres;
- O Projeto “Engenheiras por um dia”, uma iniciativa que procura promover junto das estudantes do ensino secundário a opção pelos ramos da engenharia e da tecnologia, desmistificando a ideia de que estas áreas são domínios masculinos.

O Grupo AdP é uma das organizações bandeira do Pacto da Conciliação, com 6 empresas, certificadas na norma NP 4552: 2016 - Sistema de Gestão de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

O Grupo AdP subscreveu a Carta Portuguesa para a diversidade em 2016. A Carta para a Diversidade é uma iniciativa da União Europeia, com o objetivo de encorajar os empregadores a implementar e desenvolver políticas e práticas internas de promoção da diversidade. A assinatura da Carta simboliza a intenção de uma organização que pretende evoluir e promover ativamente o potencial da diversidade de acordo com o que estiver ao alcance dos seus recursos e possibilidades.

INCM:

A empresa dispõe de um Código de Ética e de Conduta que define padrões éticos e de respeito pelos direitos humanos aceites e praticados pela empresa. Este código é fornecido a todos os colaboradores e colaboradoras no processo de receção e está disponível para consulta na Intranet da empresa. Adicionalmente a INCM realiza formações sobre ética que em 2020 tinha uma taxa de execução de 81%.

A INCM desenvolve as suas operações em Portugal, sendo por isso abrangida ao cumprimento da legislação laboral portuguesa. Adicionalmente a INCM tem um Código de Ética e de Conduta, disponível na sua página oficial (https://www.incm.pt/portal/incm_codetica.jsp), que define os padrões éticos e deontológicos aceites e praticados pela empresa, e estes princípios são vertidos nas suas políticas e práticas internas.



Na aquisição de bens e serviços a INCM é abrangida pelo Código de Contratos Públicos (CCP) e nos seus processos de aquisição inclui nos cadernos de encargos obrigações, por parte do adjudicatário, para o cumprimento da legislação laboral portuguesa sobre Saúde e Segurança no Trabalho, não recurso a trabalho infantil, trabalho forçado e práticas discriminatórias, além de outras cláusulas que assegurem os padrões éticos definidos pela empresa.

O canal de ética (etica@incm.pt) é o meio de reporte para as situações de discriminação, bem como de todas as outras abrangidas no Código de Ética e de Conduta da INCM. O Comité de Ética é o órgão independente responsável por promover a aplicação e a evolução do Código de Ética e de Conduta e pela gestão de todas as questões reportadas.

A INCM é membro fundador iGen - Fórum de Organizações para a Igualdade, com o qual renovou o seu compromisso, e participa nos grupos de trabalho da Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, no âmbito da Carta da Diversidade, da qual é signatária.

A INCM está empenhada historicamente na defesa da igualdade de direitos e oportunidades, fundamentais para um desenvolvimento mais justo e equilibrado da sociedade, consagrando, entre outros, o princípio da igualdade de género e não discriminação nos seus Valores, Código de Ética e Política de Recursos Humanos.

As iniciativas prosseguidas encontram-se consagradas no Plano da Igualdade de Género da INCM e são acompanhadas pelo Comité de Igualdade de Género.



O plano da Igualdade de Género para o triénio de 2018/2020, contava com 29 medidas em torno de quatro grandes eixos de atuação: Conciliação, Paridade, Visibilidade e Diversidade. Grandes partes das medidas do plano foram concretizadas, o que constitui um dado muito encorajador para a implementação do plano de 2021, já disponível na intranet e no website da INCM.

SIMAB:

Para além do código de Ética que está disponível no site institucional da SIMAB, S.A. www.simab.pt, o grupo dispõe ainda de Plano para a Igualdade em demonstração do compromisso para com o tema da igualdade de género e em cumprimento do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto e do Despacho Normativo n.º 18/2019 de 17 de junho, tendente a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do género e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Este Plano abrange as seguintes dimensões:

- Igualdade no acesso ao emprego
- Igualdade nas condições de trabalho
- Igualdade remuneratória
- Proteção na parentalidade
- Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal
- Estratégia, missão e valores
- Formação inicial e contínua

Para além do diagnóstico da situação, abordando as práticas para a igualdade do género e conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, o Plano define, para cada dimensão acima referida, objetivos específicos, medidas concretas, indicadores, metas, áreas responsáveis e datas previstas de implementação e cadência da monitorização.

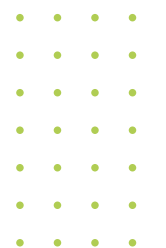
CL:

Na companhia das Lezírias, no que respeita a admissões e fixação da massa salarial existe uma efetiva igualdade de tratamento entre homens e mulheres, isto é evidenciado na composição do Conselho de Administração que apresenta uma situação equilibrada no que se refere ao género. Em 2020 foi criado o plano para a igualdade que entrará em vigor no decorrer do ano de 2021.

No setor agrícola apresenta historicamente uma grande predominância de mão-de-obra masculina, mas apesar de tal acontecer, está estabelecida na empresa uma política de meritocracia que assenta na qualidade e quantidade do trabalho desenvolvido, e não no género.

ESTAMO:

- Tem em vigor um plano de igualdade de género.



Baía do Tejo:

- A Igualdade de Género tem sido trabalhada na Baía do Tejo de forma gradual, assumindo desde a primeira hora o compromisso da igualdade de género como um desígnio estratégico da empresa.
- A Baía do Tejo dispõe de um Plano de Igualdade, sendo inclusivamente uma das empresas fundadoras do Fórum para Igualdade: “O Nosso Compromisso”, criado em 2013.
- O Plano para a Igualdade foi implementado no início de 2015, o qual preconiza, como objetivo primordial, alcançar uma efetiva igualdade de tratamento de género e de oportunidades e permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Deste modo, a BdT tem participado ativamente no Fórum de Empresas para a Igualdade, sendo uma das 30 empresas representativas dos mais importantes setores da economia nacional que assinaram o Acordo de Adesão ao Fórum de Empresas para a Igualdade de Género (IGEN) promovido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Assumindo a Igualdade de Género como um desígnio estratégico, a empresa incorporou na sua própria missão este compromisso e passou a adotar na vertente comunicacional – quer interna quer externa uma linguagem inclusiva.

Apresentam-se seguidamente alguns indicadores, referentes às empresas do Grupo PARPÚBLICA, que permitem ilustrar a sua **caracterização quanto ao género**.

Relativamente à comparação das retribuições entre Mulheres e Homens, apresenta-se a análise do quadro seguinte (retribuição base mensal média das mulheres/retribuição base mensal média dos homens):

	RÁCIO DA RETRIBUIÇÃO MÉDIA MENSAL F/M		
	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO	COLABORADORES
	F/M	F/M	F/M
PARPÚBLICA	100%	91%	99%
AdP	120%	100%	130%
INCM	100%	100%	*
SIMAB	98%	0%	113%
CL	97%	80%	83%
FLORESTGAL	28%	0%	47%
FUNDIESTAMO	82%	100%	78%
ESTAMO	78%	100%	71%
BdT	87%	**	85%
CE	106%	***	106%

* A renumeração base é estabelecida no Acordo Empresa e não existe nenhuma distinção devido ao género.

** A administração é toda de um só género.

*** O CA não oferece qualquer remuneração

A realçar a percentagem de colaboradores e colaboradoras, por género, que usufruíram, no ano de 2020, de **licença parental por género**:

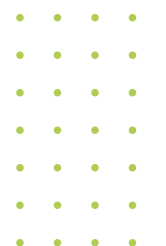
EMPRESAS	M	H
PARPÚBLICA	4,5%	7,7%
AdP	4,1%	3,9%
INCM	1,5%	3,7%
SIMAB	0,0%	0,0%
CL	3,6%	6,5%
FLORESTGAL	0,0%	0,0%
FUNDIESTAMO	0,0%	0,0%
ESTAMO	0,0%	0,0%
BdT	6,5%	0,0%
CE	0,0%	12,5%

No quadro seguinte apresentamos a **taxa de absentismo** por género:

EMPRESAS	M	H
PARPÚBLICA	3,74%	3,74%
AdP	1,40%	3,70%
INCM*	14,30	16,63%
SIMAB	3,00%	8,00%
CL	7,62%	8,97%
FLORESTGAL	3,00%	3,00%
FUNDIESTAMO	0,00%	0,00%
ESTAMO	0,71%	0,00%
BdT	11,00%	8,00%
CE	2,38%	4,40%

* Taxa de absentismo que inclui COVID (Assis. Isol. Profilático; Assist. Encerr. Escolar; Dispensa Preventiva; Doença COVID; Isolamento Profilático):
Masculino: 16,63%
TOTAL: 15,58%

Taxa de Absentismo sem COVID:
Masculino: 3,23%
TOTAL: 3,98%



Ainda de destacar as **entradas e saídas de colaboradores e colaboradoras**, por género, nas várias empresas do Grupo:

	ENTRADA DE COLABORADORES / SAÍDA DE COLABORADORES			
	Entrada		Saída	
	F	M	F	M
PARPÚBLICA	1	0	4	4
AdP	101	230	46	88
INCM	19	23	12	32
SIMAB	4	1	1	2
CL	4	5	7	6
FLORESTGAL	0	0	0	0
FUNDIESTAMO	2	2	2	0
ESTAMO	0	1	0	0
BdT	0	0	2	5
CE	0	0	0	0

* A renumeração base é estabelecida no Acordo Empresa e não existe nenhuma distinção devido ao género.

** A administração é toda de um só género.

*** O CA não oferece qualquer remuneração

Caraterização das várias **Administrações do Grupo por género** e o grupo etário.

EMPRESAS Grupo Etário	PARPÚBLICA	AdP	INCM	SIMAB	CL	FLORESTGAL	FUNDIESTAMO	ESTAMO	BdT	CE	TOTAL
≤ 35 M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
≤ 35 H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
36 - 45 M	0	3	0	0	1	0	1	0	0	0	5
36 - 45 H	1	3	1	0	0	0	1	0	0	0	6
46 - 55 M	1	8	1	0	0	0	0	1	0	1	12
46 - 55 H	2	10	0	2	0	0	0	2	2	1	19
56 - 65 M	1	3	0	0	1	0	1	0	0	0	6
56 - 65 H	0	10	1	0	1	2	1	1	0	0	16
≥ 66 M	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
≥ 66 H	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	4
TOTAL	6	40	3	2	3	2	4	4	2	3	69
M	2	15	1	0	2	0	2	1	0	1	24
H	4	25	2	2	1	2	2	3	2	2	45

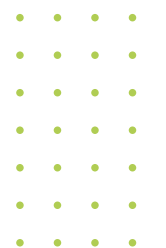
Nos casos da BdT e da SIMAB, os Administradores são todos do mesmo género. O Circuito do Estoril tem os mesmos Administradores que a Parpública.

Verifica-se, assim, uma representação equilibrada entre mulheres e homens no conjunto dos órgãos da administração nas empresas do Grupo Parpública, pertencentes ao setor público empresarial do Estado, de acordo com Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto.

Não obstante, em algumas empresas só existe um género no órgão de Administração, exemplo disso são as empresas: SIMAB, Florestgal, Baia do Tejo.

6.4.3. Formação e avaliação

As empresas do universo PARPÚBLICA têm vindo a promover inúmeras ações no âmbito da formação dos seus colaboradores e colaboradoras, seja internamente ou externamente. A pandemia de Covid 19 veio alterar, em muitos casos, os planos de formação das empresas do Grupo. No entanto, muitas empresas do Grupo Parpública recorreram aos meios telemáticos para efetuar formações programadas. Os planos de formação estão inevitavelmente ligados às necessidades de cada uma das empresas e seus colaboradores e colaboradoras, decorrentes das suas atividades próprias, havendo, contudo, alguns temas transversais abordados por algumas das empresas do Grupo, como sejam ações de formação nas áreas de Segurança e Higiene no Trabalho, planos de prevenção e emergência, entre outros, de que se destacam as temáticas relacionadas com a gestão financeira, análise de investimentos, e, naturalmente as temáticas da sustentabilidade. A este propósito é de referir que em 2020 a PARPÚBLICA, no quadro da sua atuação enquanto holding, promoveu, em articulação com uma instituição do ensino superior público, a construção de uma oferta formativa nas áreas económica, financeira e de sustentabilidade, destinada à generalidade das empresas do Grupo. Esta ação de formação, cujos conteúdos foram definidos em função de necessidades que são comuns às diversas empresas, envolveu 35 participantes oriundos de 11 empresas do Grupo, a que se juntou também a Fertagus, empresa com a qual existem relações contratuais significativas.



Apresentam-se no quadro seguinte as **Horas de formação por género** nas várias empresas do Grupo:

EMPRESAS	M	H	Nº de Horas de Formação - Média		
			M	H	TOTAL
	Trabalhadores				
PARPÚBLICA	421	281	19	22	20
AdP	20 030	26 439	23	11	14
INCM	4 361	4 508	13	12	13
SIMAB	804	244	28	10	19
CL	506	954	20	18	16
FLORESTGAL	68	136	68	136	0
FUNDIESTAMO	1 580	25	316	3	123
ESTAMO	35	29	6	10	7
BdT	121	693	4	20	13
CE	35	29	6	10	7
TOTAL	27 961	33 338	503	251	232

Em face da sua especificidade, há ainda a destacar, as seguintes empresas do Grupo, relativamente à formação e qualificação dos seus colaboradores e colaboradoras:

PARPÚBLICA:

Tem implementado políticas orientadas no sentido da valorização profissional dos seus colaboradores e colaboradoras.

Neste sentido a empresa tem como objetivo elaborar anualmente um plano de formação onde integra o conjunto de ações formativas consideradas necessárias e oportunas tendo por base a avaliação dos responsáveis pelas diversas áreas e pelos colaboradores e colaboradoras.

De referir ainda que, em 2020, no âmbito do investimento na valorização profissional, a PARPÚBLICA apoiou a frequência de cursos de nível superior (licenciatura e pós-graduação) nas áreas de gestão e contabilidade, a duas colaboradoras.

AdP:

A estratégia da Direção de Recursos Humanos Corporativos está alicerçada no cumprimento dos objetivos de excelência do *core business*, através do contributo individual dos trabalhadores/as. São desenvolvidos esforços no sentido de promover a sua motivação e o desenvolvimento das suas competências.

Comprometemo-nos a promover ativamente o desenvolvimento pessoal e profissional dos recursos humanos. A formação é uma aposta forte da política de gestão de Recursos Humanos.

■ Valorização Profissional

Um dos valores da AdP é o seu contributo para o desenvolvimento dos seus trabalhadores/as através da aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida. Os trabalhadores/as são incentivados a participar em programas de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual. A participação em Associações Profissionais ou de Classe que contribuam para a valorização profissional ou se mostrem adequadas ao prosseguimento dos fins da Empresa é igualmente incentivada e suportada.

■ Formação Contínua

Corporizando a cultura de melhoria contínua, o Grupo entende que é fundamental dotar os Recursos Humanos com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o sucesso da AdP. Desta forma, a formação dos colaboradores e colaboradoras é uma aposta forte da política de gestão de Recursos Humanos. Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional, assim como o reforço e consolidação de valores de partilha e de trabalho e desenvolvimento alinhado e conjunto.

Em 2020, os/as trabalhadores/as ativos do Grupo tiveram cerca de 45 mil horas de formação

INCM:

Elabora planos de formação com programas ajustados às necessidades de competências específicas, bem como programas ajustados ao desenvolvimento no domínio comportamental.

O plano de formação atual está organizado em 4 programas: Transversal; Específico; Liderança; Qualificação Académica.



Em 2020 a INCM reforçou o investimento em formação, com cerca de 260 mil euros e, embora o contexto de trabalho vivido não ter permitido a realização de algumas formações planeadas para o contexto presencial, a aposta foi o recurso à formação à distância, através de videoconferência, bem como a disponibilização de conteúdos em *e-learning*, através da nova aplicação *Mais Pessoas*. Aposta essa, que será mantida para os próximos anos tendo em conta a transição digital da empresa e a mudança esperada dos contextos de trabalho.

As ações de formação traduziram-se em 123 cursos, contudo representam um decréscimo de 68% do número total de horas ministradas face a 2019, explicado pelo adiamento de algumas formações onde os conteúdos não permitiram a adaptação à formação à distância.

Na INCM a mobilidade interna de profissionais é encarada como uma ferramenta de desenvolvimento profissional de elevada importância pois, além de permitir colmatar necessidades internas, seja de competências específicas, seja para responder às variações de volume de trabalho nas diferentes Unidades e Direções, permite a valorização profissional dos colaboradores/as e o melhor aproveitamento das suas aptidões.

O mecanismo de mobilidade profissional compreende os pedidos de pessoal, por parte dos Unidades e Direções, para o preenchimento de alguma vaga, sendo desta forma feita sempre uma procura interna para as necessidades de pessoal. Compreende também as transferências internas, seja a pedido das Unidades e/ou Direções seja a pedido do colaborador ou colaboradora.

SIMAB:

Uma das prioridades de atuação da empresa é o de assegurar a valorização dos recursos humanos, e desenvolver estratégias que permitam reforçar uma cultura organizacional alinhada com a identidade institucional da empresa e uma atuação, de todos colaboradores e colaboradoras, centrada na melhoria contínua dos seus processos de trabalho e na incorporação das melhores práticas.

1048 H de Formação em 2020 em algumas das seguintes formações:

- 'Programa de Finanças, Controlo de Gestão e Sustentabilidade 2020', com duração de 68 horas, ministrada pelo ISEG e promovida pela PARPÚBLICA, que estendeu convite às empresas do Grupo,
- 'Programa Customizado em Gestão e Liderança', com duração de 56 horas (em 2020, ocorreram 24 horas do total), ministrada pela AESE, tendo contado com a participação seis colaboradores.
- Representante do empregador numa ação sobre 'Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho' (SHST), com duração de 40 horas e participação de uma colaboradora, por forma a capacitar nas áreas de ergonomia, ambiente e organização do trabalho, possibilitando o exercício, nos termos da lei, das funções associadas à SHST (nível básico).

- Ações de formações diversas de curta duração.
- 'Contratação Pública', formação dedicada ao 'Gestor e a Execução do Contrato', que contou com a participação de dois colaboradores, destinada a transmitir conhecimentos no âmbito do cumprimento do 'Código dos Contratos Públicos'.
- 'RGPD – Regulamento Geral da Proteção de Dados – Cidadãos Atentos', ministrada pelo INA.
- Formações temáticas sobre 'Facebook' e 'E-commerce & Logística', com duração de 3 e 4 horas respetivamente.
- 'Orçamento do Estado 2020', para aprofundamento das mais recentes alterações fiscais pela Ordem dos Contabilistas, com duração de oito horas, que contou com a participação de três colaboradores da área financeira da empresa.

A Baía do Tejo:

Tem vindo a intensificar nos últimos anos a oportunidade de valorização dos seus recursos humanos através de ações de formação contínua, especificamente dirigidas às áreas funcionais a que se encontram adstritos. A Baía do Tejo, ao elaborar o seu plano de formação, tem presente o princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, designadamente no que respeita às oportunidades de qualificação, de progressão na carreira e no acesso a cargos de chefia. No entanto, este aspeto não se encontra formalizado no processo de formação.

- A empresa prevê a interrupção na carreira, para estudos ou formação, aos seus trabalhadores/as pela cláusula prevista no CCT relativa à licença sem vencimento: *"O trabalhador tem ainda direito, nos termos legalmente estabelecidos, a licença sem retribuição de longa duração para frequência de cursos ministrados em estabelecimento de ensino ou de formação ministrada sob responsabilidade de uma instituição de ensino ou de formação profissional, bem como para assistência a filhos menores"*.

Não obstante as condições adversas provocadas pela pandemia Sars Cov 2, a Baía do Tejo conseguiu cumprir 32% de ações previstas no seu Plano de Formação para 2020.

Relativamente **à evolução nas carreiras**, e apesar das restrições que ainda permanecem a este respeito, há a destacar a existência, em algumas empresas do Grupo, de modelos de progressão e avaliação de desempenho. Noutras ainda estão em fase de desenvolvimento:

**PARPÚBLICA:**

Começou a ser desenvolvido em 2018 um modelo de organização de carreiras e de avaliação de desempenho. Em 2020, foi reportado o desempenho no exercício de 2019, aplicando-se a 100% dos colaboradores.

AdP:

Existe no Grupo um modelo de avaliação de desempenho que tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento dos desempenhos com a estratégia e os objetivos da empresa e potenciar a melhoria contínua. Este Sistema de Avaliação de Desempenho prevê que a avaliação não seja um ato isolado mas antes, parte de um processo permanente e contínuo, que integra o alinhamento de expectativas, a definição de metas e objetivos claros a atingir, a identificação de oportunidades de melhoria e principalmente, o desenvolvimento dos/as trabalhadores/as

A mobilidade interna no Grupo tem sido uma opção estratégica, contribuindo, por um lado, para a otimização da gestão de recursos humanos e, por outro, para a evolução profissional, partilha de experiências e/ ou melhor equilíbrio da vida pessoal e profissional dos trabalhadores/as. A pesquisa interna de profissionais para alocar a projetos e/ ou para suprir necessidades de *know-how* específico é um processo que acrescenta valor à AdP e possibilita aos trabalhadores/as a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de novas aprendizagens e competências.

INCM:

O Sistema de Gestão de Desempenho da INCM visa promover o crescimento profissional dos colaboradores/as e o reconhecimento da sua contribuição para os resultados da empresa, numa cultura de meritocracia.

O processo de desdobramento dos objetivos estratégicos, passando pelos das unidades orgânicas e culminando na contratualização, em cascata, dos objetivos de equipa e individuais dos colaboradores e colaboradoras, fomenta o alinhamento da organização em torno da execução da estratégia. Os objetivos das unidades orgânicas, que mais direta ou indiretamente se traduzem na fixação dos objetivos dos colaboradores e colaboradoras, são mensalmente monitorizados, através da definição não só de metas anuais, mas também de metas intercalares, que permitem efetuar o acompanhamento regular do desempenho institucional e, desta forma, tomar decisões baseadas em factos e em tempo útil sempre que se verificam desvios face ao planeado ou surjam novas oportunidades que exigem um realinhamento das prioridades. Em 2020, 100% dos colaboradores foram avaliados.

Grupo SIMAB:

Foi iniciado o projeto de reestruturação de carreiras, prevendo-se que durante o ano de 2021 esteja concluído.

BdT:

- Não tem disponível uma avaliação de funções que lhe permita assegurar que cumpre o princípio de *“salário igual para trabalho igual ou de valor igual”* entre trabalhadores e trabalhadoras
- Deu início, em janeiro de 2020, a um estudo de *engagement* (em curso), com vista à reorganização dos recursos humanos da empresa e dos serviços, mediante eventual realocação, no sentido da melhoria do desempenho e satisfação dos seus recursos humanos. A BdT, aguarda a validação de proposta para aplicação de Tabela de Carreiras e Remunerações, para posterior e consequente implementação de sistema de avaliação de desempenho.

CE:

Em 2019 foi implementado um sistema de avaliação de desempenho dos colaboradores e colaboradores, sendo que 100% dos elementos da CE foram avaliados em 2020, relativamente ao seu desempenho de 2019.



6.5. Valorização da sociedade

As empresas do Grupo PARPÚBLICA desenvolvem a sua atividade em múltiplas áreas de atividade com impactos significativos na comunidade, procurando, na medida do possível, ter um papel ativo no envolvimento com a mesma.

Acresce que, muitas destas empresas se encontram integradas na sociedade onde operam, mantendo uma relação de grande proximidade e de parceria com as comunidades locais.

A consciência de que a criação de valor para todos os *stakeholders* é garantia de subsistência e sustentabilidade no médio e longo prazo apresenta-se enraizada no Grupo.

A PARPÚBLICA procura partilhar ativamente com a comunidade envolvente os princípios de sustentabilidade em que assentam as políticas das várias empresas, e que sustentam as suas estratégias, seja através da qualidade e eficiência dos serviços prestados, seja através de outras iniciativas de carácter social, ao nível da sensibilização, formação, ou mesmo projetos de intervenção cultural, voluntariado e inclusão.

Para além das ações promovidas internamente pelas empresas do Grupo neste âmbito, há igualmente outras que são levadas a cabo através de parcerias com municípios, freguesias, associações ou outras entidades, algumas das quais com forte impacto a nível nacional, como são exemplo as campanhas ligadas ao consumo de água, ou as iniciativas para promoção da produção nacional.

Ao nível cultural, há a destacar a intervenção através da gestão e manutenção de espaços especificamente dedicados a esse efeito, como sejam Museus, Arquivos e Bibliotecas, sendo exemplo disso atividades desenvolvidas pela AdP, pela INCM ou pela BdT.

Na vertente dos serviços prestados, que em alguns casos constituem serviços públicos essenciais de interesse geral e gestão de recursos naturais, há uma preocupação constante com a necessidade de obtenção de níveis de excelência. Aliás, devem destacar-se as categorias de produto e serviços, nomeadamente na área do abastecimento de água, para os quais os impactos na saúde e segurança são avaliados tendo em consideração a melhoria dos mesmos. Mas também a atividade da INCM relacionada com as edições com o objetivo de promover a língua e cultura portuguesas, ou da Companhia das Lezírias, através da Coudelaria de Alter, na preservação do património genético animal da raça Lusitana.



A mesma preocupação é verificada relativamente à procura, junto da cadeia de fornecimento, de fornecedores que considerem compromissos assumidos no Pacto Global das Nações Unidas. Veja-se o exemplo do Grupo AdP em que os novos fornecedores são selecionados considerando critérios de boas práticas laborais e usando critérios de direitos humanos, como atrás já se detalhou.

De qualquer modo, as empresas desenvolvem sistemas de avaliação e monitorização de riscos aplicáveis às suas operações e, nos casos relevantes, às respetivas cadeias de fornecimento, para além dos Códigos de Ética e de

Conduta aos quais aderiram, como explicado em capítulos anteriores.

Considerando as características dos diferentes produtos e serviços prestados pelas empresas do Grupo PARPÚBLICA, nos casos aplicáveis, salientam-se alguns indicadores referentes à materialização de tais preocupações:

- Inexistência de incidentes de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários referentes a impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança, durante o ciclo de vida;
- Inexistência de incidentes de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de *marketing*, incluindo publicidade, promoção e patrocínio;
- Com exceção do Grupo AdP, onde foram registadas 274 reclamações de clientes na alta e 8.769 reclamações de clientes na baixa (no entanto não estão identificadas reclamações referentes a violação da privacidade e perda de informação dos clientes), praticamente inexistência de reclamações referentes a violação da privacidade e perda de informação dos clientes;
- Inexistência de multas significativas e de sanções não monetárias por não cumprimento de leis e regulamentos;
- Inexistência de multas significativas decorrentes de não conformidades com a legislação e regulamentos relativamente ao fornecimento e uso de produtos e serviços.



6.5.1. Serviço público e de interesse geral



A *holding* PARPÚBLICA não presta serviços públicos ou serviços de interesse geral, no entanto, como acionista funciona como a interligação e meio de intervenção do Estado nas suas participadas que prestam este tipo de serviços, garantindo de forma rigorosa a atuação das mesmas nestas matérias. Assim, destacamos as seguintes atividades de Serviços Públicos e de Interesse Geral prestados pelo universo do Grupo PARPÚBLICA:

- **Grupo AdP:** constitui um instrumento empresarial do Estado para a concretização das políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente e efetua a gestão integrada do ciclo urbano da água através da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente;
- **INCM:** possui um vasto e diversificado conjunto de atividades destacando-se as respeitantes às Contrastarias, as referentes à edição e publicação do Diário da República (serviço público de acesso universal e gratuito ao jornal oficial), as relacionadas com a produção de moeda, no quadro da sua política editorial, o reforçar da difusão de obras em língua portuguesa e representativas da cultura portuguesa e as que se relacionam com produtos exclusivos na área gráfica de segurança (exemplos: Cartão de Cidadão, Passaporte Eletrónico, Carta de Condução, entre outros);

- **SIMAB:** assume a missão pública que visa a melhoria dos circuitos de comercialização e distribuição nacionais de produtos agroalimentares, e também possibilitar às gerações vindouras uma mais-valia no seu universo de consumo, por via de uma oferta que se caracterizará, indubitavelmente, por um acréscimo da qualidade e diversidade alimentar. Atuam diretamente ao nível da cadeia de distribuição agroalimentar, em mercados abastecedores e mercados municipais;
- **CL (através da Coudelaria de Alter):** com a extinção da Fundação Alter Real (FAR), atendendo à natureza das atividades desenvolvidas pela CL, o Estado considerou que parte das competências que havia delegado na FAR eram transferidas para a CL, designadamente as relativas à preservação do património genético animal da raça Lusitana, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da CL. Consequentemente foram delegados pelo Estado na CL os seguintes fins e atribuições, compatíveis com a atividade estatutariamente já desenvolvida:
 - A preservação e divulgação do património genético animal da raça Lusitana, bem como o fomento e melhoramento dos equinos, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional, a par da preservação da linha genética da Coudelaria Companhia das Lezírias, S.A., sem prejuízo das atribuições de preservação genético próprias da DGAV;
 - A formação profissional na área da equitação como ferramenta essencial à divulgação da produção e utilização do cavalo e, no que se refere aos equinos de raça Lusitana de linha de Alter, em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre;
 - O desenvolvimento de um polo estruturante da economia regional;
 - A representação do país pela colocação da Coudelaria de Alter ao serviço do protocolo do Estado.

Ainda neste contexto, embora sem definição formal de serviço público e de interesse geral, assinala-se: (i) no **CE**, a prestação de serviços no domínio da formação de pilotos, de formação para forças de segurança, da formação em condução defensiva e o seu papel fulcral na promoção da região e do turismo; (ii) a **SAGESECUR** no domínio da qualidade e adequabilidade do material circulante para uma linha cuja importância para a mobilidade urbana é essencial e enquanto *market maker* para fundos geridos por outra sociedade do Grupo, defendendo, desta forma, os interesses dos pequenos investidores e; (iii) a **FLORESTGAL** enquanto empresa promotora do desenvolvimento da política pública florestal e de valorização do interior.



6.5.2. Ações concretas

São inúmeros os exemplos do envolvimento das empresas do Grupo PARPÚBLICA com a comunidade em que estão inseridas e com os seus respetivos *stakeholders*.

Procura-se seguidamente elencar, de forma um pouco mais detalhada, alguns desses exemplos de intervenção mais emblemáticos:

PARPÚBLICA

- Desenvolvimento de iniciativas junto dos colaboradores e colaboradoras no sentido de promover as relações interpessoais e a partilha de informação e conhecimento, fomentar a cultura e visão da organização e discutir os seus principais desafios de futuro;
- Procura preservar a sua relação com a sociedade civil através da manutenção de uma adequada política de comunicação assente em princípios de rigor, transparência e oportunidade e utilizando os canais previstos nas normas aplicáveis ou que se revelem mais adequados em cada caso (profissional especializado em assessoria de imprensa, para além de ter designado um representante para as relações com o mercado e com a CMVM);
- Desenvolvimento de iniciativas de natureza transversal que aumentem a eficiência na gestão dos recursos, seja no âmbito dos serviços partilhados, seja no âmbito do desenvolvimento do Centro de Conhecimento e Competências.

PARPÚBLICA
PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.



Atividades Semana da Saúde
"ONLINE"

Evento de saúde e bem estar para si e para a sua família

- Recolha de donativos para a Refood de Santo António, para apoiar 37 famílias (57 pessoas, 6 das quais crianças) com a oferta de vários alimentos;
- Happy Hour mensal - dedicada a celebrar os aniversários do mês dos funcionários da Parpública.



GRUPO AdP

- A prestação de um serviço público contínuo, com exigentes padrões de qualidade e com tarifas socialmente aceitáveis, tem marcado presença no dia-a-dia das empresas do Grupo AdP e na sua visão de futuro. De realçar a Tarifa social da água que tem como objetivo apoiar os utilizadores finais domésticos, com baixos rendimentos e em risco de pobreza e exclusão social;
- A AdP é parte integrante da ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das pessoas em situação de sem Abrigo, integrando os grupos de intervenção e comunicação no âmbito da referida estratégia;
- Na AdP SGPS e Instrumentais deu-se continuidade (mas não muito ativamente neste ano de 2020 atendendo ao contexto de Pandemia) ao Programa de Voluntariado Corporativo, “Gota a Gota Mudamos Vidas” que estimula a participação voluntária dos colaboradores do Grupo em ações em prol da comunidade, contribuindo com tempo, com sólidos conhecimentos técnicos mas, sobretudo, com uma enorme generosidade;



- A EPAL pratica uma Tarifa Social da Água, criada a pensar nas famílias mais carenciadas de Lisboa, que prevê descontos que podem ir até aos 93%, se o rendimento bruto do agregado familiar for inferior a 75% do valor anual da retribuição mínima mensal garantida e uma Tarifa Familiar da Água especialmente destinada a agregados familiares com 5 ou mais pessoas, por forma a garantir que maiores consumos, resultantes da dimensão do agregado familiar, não sejam faturados aos escalões mais elevados;
- A Educação Ambiental é uma iniciativa estratégica transversal do Grupo AdP que tem por objetivo contribuir ativamente para a prossecução de atividades fortemente orientadas para uma educação ambiental mais consciente, que possa fomentar a adoção de comportamentos mais sustentáveis, no que respeita ao valor da água, enquanto recurso escasso e essencial à vida e a todas as dimensões da atividade humana;
- As empresas do Grupo AdP, mantêm uma relação de grande proximidade e de parceria com a comunidade local. A promoção de uma maior consciencialização das populações para a utilização sustentável dos serviços de água e saneamento, tem sido uma constante das empresas do Grupo, nomeadamente através de ações de sensibilização, educação este ano de 2020 em modo on-line;
- O programa corporativo de atribuição de bolsas de estudo com vista a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem das/os filhas/os das/dos trabalhadoras/es é um programa de Responsabilidade Social interna de grande impacto. Em 2020, nesta que foi a edição com maior número de candidaturas apresentadas foram atribuídas 43 bolsas de estudo, 22 bolsas destinadas ao Ensino Superior e 23 bolsas destinadas ao Ensino Especial no valor de 1.200 euros cada. As bolsas atribuídas abrangem todas as empresas do Grupo tendo, a partir de 2016, incluído também a área internacional. Esta é uma iniciativa de envolvimento do empenho de todos os trabalhadores/as e de todas as empresas do Grupo, uma vez que as bolsas atribuídas resultam das verbas angariadas com o envio dos cartões eletrónicos de Natal do Grupo, que têm associado um donativo de 0,50€ por cada cartão enviado. Este projeto que teve início no ano lectivo 2013/2014 já permitiu distribuir 269 bolsas de estudo para o Ensino Superior e Ensino Especial;
- A promoção de visitas guiadas às infraestruturas do Grupo AdP, possibilita aos visitantes, em particular os provenientes de instituições de ensino, o contacto com a engenharia portuguesa e o impacto que esta tem na vida da população, essencialmente no que se refere aos processos de tratamento de água e de águas residuais;
- No início de 2020, a AdP juntou-se à EDP, ao Grupo Lusíadas e à Junior Achievement Portugal para entregar, através da ONGD portuguesa APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África, 3.900 mochilas esperança com kits de material escolar para apoiar as crianças da região do Dondo, na província da Beira. Nesta iniciativa foram reunidas 1.000 Mochilas que já foram entregues às crianças;

- Em tempos de pandemia o Grupo contribuiu para a garantia de acesso ao ensino à distância dos filhos dos trabalhadores/as com a disponibilização de equipamentos informáticos, proporcionando ainda a flexibilização do trabalho remoto como forma de promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- A EPAL, que tem na sua esfera a Academia das Águas livres (AAL), entidade formadora certificada, pela DGERT, tem no seu portefólio inúmeras ações de formação, orientadas para os quadros superiores, técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente, a nível nacional e ministra cursos de elevado nível, por serem acreditados e/ou desenvolvidos em parceria com instituições com competência reconhecida, nas várias temáticas. Tendo em conta que a formação na AAL decorria em formato presencial, com a imposição de confinamento e a retoma parcial, ao longo do ano, foi necessário implementar várias ferramentas e preparar as instalações para permitir passar para um formato 100% digital e/ou misto, por forma a manter a sua atividade, que se revelou muito importante, no quadro de pandemia;
- A AdP acolheu este ano novamente uma estagiária das participantes no projeto de empreendedorismo feminino Girl Move. A Girl Move é uma Fundação que tem como missão a criação de um movimento de vida, de apoio e capacitação no feminino em Moçambique, através da sua educação e da criação de redes humanas de entre-ajuda e cooperação entre pares, inter-geracional e internacional. O seu principal objetivo é capacitar estas jovens, através da educação e da cooperação de forma a combater o abandono escolar precoce, casamentos e gravidezes prematuras e a violência de género, que são problemas que afetam a população jovem feminina moçambicana e que prejudicam a realização dos direitos humanos básicos e a oportunidade de atingir em pleno o seu potencial humano. Um dos programas desenvolvidos chama-se “Change” e dirige-se a jovens licenciadas entre os 20 e os 30 anos, que podem fazer um “estágio de vida”, com a duração de um ano, com o apoio das entidades parceiras do projeto;
- Destaca-se em 2020 a parceria das Águas de Portugal no projeto de investigação COVIDTECT visando criar um sistema de alerta precoce da presença do vírus SARS-CoV-2 através da análise de águas residuais, contribuindo para melhorar a resposta face a eventuais novos surtos da doença. Este projecto é coordenado pela Águas de Portugal;
- Entende o Grupo AdP que a diversidade e inclusão, não é só um fator de desenvolvimento que permite eliminar e promover um melhor aproveitamento dos recursos humanos, mas também uma componente necessária à evolução das sociedades. Atento às iniciativas nestas áreas sensíveis, em 2009 adere ao Global Compact, e desde então reforça anualmente o seu compromisso com os princípios assumidos. Em 2016 integra a Aliança para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e em 2017 torna-se embaixador na Aliança para os ODS6 – Água Potável e Saneamento e ODS9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas. A Águas de Portugal é uma das organizações bandeira do Pacto da Conciliação e encontra-se na fase de certificação na NP 4552: 2016 - Sistema de Gestão de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.



Também em 2016 subscreveu a Carta Portuguesa para a Diversidade. A igualdade e a não discriminação são princípios fundamentais na gestão dos nossos trabalhadores/as, desde o recrutamento e seleção ao desenvolvimento de carreira. A Política de Recursos Humanos do Grupo garante o respeito pela diversidade e igualdade de oportunidades, aumentando a cultura corporativa e coesão social no Grupo. Para além desta política específica, a existência de um conjunto de políticas de Recursos Humanos, não discriminatórias, o próprio Código de Conduta e Ética implementado em 100% das empresas e as certificações na norma de Responsabilidade Social SA8000 em 53% das empresas, solidificam esta temática. A igualdade de oportunidades no trabalho, é garantida independentemente do género, idade, raça, religião, deficiência e/ou orientação sexual de cada um;

- O Grupo AdP continuou a ser parceiro do desporto paralímpico, com o apoio ao Comité Paralímpico de Portugal (CPP) rumo aos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. No quadro da sua estratégia de responsabilidade social apoiou o desporto para tod@s. Era já esse o seu objetivo quando apoiou a Seleção Portuguesa de Natação Adaptada para os Jogos Paralímpicos de 2012, que se realizaram em Londres;
- A AdP foi implementando um novo serviço de atendimento mais acessível e inclusivo para a comunidade surda, com recurso à Serviin (Portal do Cidadão Surdo). Este novo serviço proporciona um atendimento mais personalizado através de vídeo chamada permitindo a este público comunicar com a EPAL através de língua gestual Portuguesa;
- Foi inaugurado o primeiro bebedouro, de muitos que estão previstos disponibilizar no âmbito do projeto “Bebedouros de Lisboa”, trata-se de um equipamento moderno e inclusivo, podendo ser utilizado por crianças, adultos, pessoas com mobilidade reduzida e animais e que contribui para uma cidade cada vez mais limpa e sustentável. Para além destas hipóteses e novas funcionalidades, os bebedouros oferecem ainda a possibilidade de fazer o refill de garrafas reutilizáveis, contribuindo, assim, para a diminuição de plásticos. A nova Rede de Bebedouros permitirá o livre acesso ao consumo de água da rede pública, de forma acessível, gratuita e facilitada, a todos aqueles que o desejem fazer. É apenas um dos vários Projetos de parceria entre a EPAL, a Câmara Municipal de Lisboa e o GEOTA, que serão desenvolvidos ao longo dos próximos dois anos, tendo sempre como mensagem principal o uso da água da torneira, a cidade de Lisboa, o ambiente e a sustentabilidade do Planeta;
- A EPAL continua a lançar o desafio de consumo exclusivo de água da torneira a inúmeras entidades, por forma a evidenciar o seu compromisso para com a sustentabilidade ambiental optando por escolhas mais amigas do ambiente. Aceitaram o desafio, o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, a Clínica Life Center vocacionada para o bem-estar físico, emocional e psicológico, a AMI, sendo que para além da sede estão incluídos os seus 9 Centros Porta Amiga e para os 2 Abrigos Noturnos, a Ordem dos Psicólogos Portugueses, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto Superior de Agronomia;

- Na visão do Grupo AdP o acesso universal à água, por via do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, é um direito básico fundamental que permite alcançar níveis de excelência na área da saúde pública, determinantes para o crescimento socioeconómico das regiões. O Grupo está empenhado em levar além-fronteiras o seu know-how e experiência, tendo atualmente em curso diversos projetos e iniciativas de cooperação, capacitação e apoio técnico, em países em desenvolvimento, nomeadamente os de língua oficial portuguesa. Estão presentes em Angola, Azerbaijão, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Ainda neste âmbito as empresas do Grupo AdP recebem por diversas vezes, visitas de comitivas internacionais provenientes de diversos países, nomeadamente Angola (Luanda e Huambo), Índia (Goa), Brasil, Nigéria, Cabo Verde;



- Neste ano, continuaram igualmente a apostar no ecossistema do empreendedorismo social, integrando-se o Grupo AdP, desde 2009, como Associado do IES – Instituto de Empreendedorismo Social, membro não executivo da direção e assumindo a presidência da mesa da Assembleia Geral. No âmbito da sua Política de Responsabilidade Social, o tema da inovação social integra-se plenamente nos compromissos assumidos no sentido de promover uma aproximação crescente à comunidade e de contribuir para o cumprimento dos ODS;



- O Museu da Água reúne e dinamiza um conjunto de monumentos e edifícios, contruído entre os séculos XVIII e XIX, que representa um importante capítulo da história do abastecimento de água à cidade de Lisboa e que permite descobrir um roteiro histórico, patrimonial, tecnológico e científico:
 - Aqueduto das Águas Livres;
 - Reservatório da Mãe de Água Das Amoreiras;
 - Galerias subterrâneas do Aqueduto;
 - Reservatório da Patriarcal;
 - Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos.

INCM

- A INCM é uma empresa que fornece produtos e serviços essenciais ao funcionamento do Estado português, essenciais à democracia e a segurança dos cidadãos: Gráfica de Segurança e Segurança Digital, Publicações Oficiais, Produção de Moeda, Contrastarias.
- Devido à emergência social provocada pela pandemia em Portugal a INCM mobilizou-se para doar 350 cheques de compras à Comunidade Vida e Paz e à Refood (ONGs) (até fev 2021);
- Doação de 22.600 viseiras de proteção para os profissionais da linha da frente no combate à pandemia de COVID-19 (principais beneficiários: EMGFA, câmaras municipais, misericórdias, PSP, ASAE, AMI e IPDJ, FLCNSS) (até fev 2021);
- Doação de 5 ventiladores para o SNS para o combate à pandemia de COVID-19 (até fev 2021);
- Doação de 100 fatos de proteção individual para o SNS para o combate à pandemia de COVID-19 (até fev 2021);
- A empresa recebe estagiários (estágios profissionais e curriculares) contribuindo para a ingressão no mercado de trabalho de jovens qualificados bem como apoia a continuidade dos seus estudos e o desenvolvimento das suas teses na empresa. Em 2020 recebeu 14 estagiários;
- A empresa dá apoio regular a bibliotecas, universidades e centros de competência, nacionais e internacionais;
- A empresa oferece um subsídio para aquisição de livros escolares dos filhos dos colaboradores - 421 subsídios em 2020;
- Apoio à comunidade de estudantes de São Tomé e Príncipe em Portugal em 2020;
- Em 2020 foram disponibilizadas 122 edições de obras essenciais da cultura portuguesa para descarga gratuita que deram origem a cerca de 250 mil descargas;

- Foi disponibilizado gratuitamente o primeiro audiolivro: Mensagem, de Fernando Pessoa;
- Em 2020 juntam-se mais 8 obras literárias editadas pela IN às 14 distinguidas no Plano Nacional de Leitura;
- Prémios literários (e edição das obras premiadas) oferecidos pela IN: Vasco Graça Moura (Portugal), Arnaldo França (Cabo Verde) e Eugénio Lisboa (Moçambique), Ferreira de Castro em parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (residentes no estrangeiro e lusodescendentes);
- Relação de cooperação com as suas congéneres Imprensa Nacional de Cabo Verde e a Imprensa Nacional de Angola;
- A inovação é um pilar estratégico da INCM: contou com um investimento de 1,2M€, 34 projetos de I&D, 5 tecnologias patenteadas, 2 marcas registadas. A inovação baseia-se numa estratégia de inovação aberta (interna e externa). A Rede externa é constituída por 52 parceiros (universidades, centros de investigação e startups) e cerca de 80 investigadores a trabalhar atualmente em projetos;
- A INCM produz boletins de voto com matriz Braille;
- A INCM tem aberta ao público a Biblioteca INCM, no edifício da Imprensa Nacional. A Biblioteca promove eventos culturais, totalmente gratuitos, em colaboração com parceiros institucionais e culturais (Artistas Unidos, a Orquestra Metropolitana de Lisboa, a RTP, entre outros);
- A INCM é uma empresa promotora da língua portuguesa e promove a internacionalização dos autores e património bibliográfico da língua portuguesa:
 - Protocolo com o Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P. e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas;
 - Prémios literários em países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Arnaldo França (Cabo Verde) e Eugénio Lisboa (Moçambique);
 - Prémios literários para portugueses no estrangeiro e lusodescendentes: Ferreira de Castro em parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Produção de jogo pedagógico para crianças: o “Agora Falo Eu!”, um jogo pedagógico com cartas criado pelo LabX - Laboratório de Experimentação da Administração Pública, no âmbito de um projeto de Educação para a Cidadania que juntou pessoas de vários organismos públicos, contou com a participação da INCM enquanto parceiro estratégico na impressão;
- A INCM aliou-se ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), para produzir uma série anual de moedas de coleção - série “Espécies Ameaçadas”, que promove para a consciencialização ambiental. Parte dos proveitos são doados ao fundo ambiental do instituto – ICNF;
- Colaboração na plataforma digital «Portugal entra em cena», apóida pelo Ministério da Cultura, para apoiar a o setor daa cultura em Portugal, afetado pela pandemia;



- Museu Casa da Moeda: a INCM tem à sua responsabilidade a maior coleção numismática nacional e uma das maiores em termos internacionais. Para contribuir para o conhecimento e interesse crescentes na área da moeda, foi criado o Museu Digital Casa da Moeda, que garante o acesso universal e virtual a este valioso e vasto espólio, com uma coleção permanente, exposições temporárias, serviço educativo, loja, edições próprias e parcerias com outras instituições museológicas na criação de exposições. O Museu Casa da Moeda pretende ainda facilitar a investigação académica, prestar apoio aos colecionadores e apreciadores do universo numismático e divulgar ao público em geral a moeda enquanto objeto que marca a nossa história, cultura e civilizações;

GRUPO SIMAB

- Disponibilização de espaços para armazenamento e aprovisionamento de bens de consumo alimentar (fruta e legumes frescos) fornecidos por stakeholders (operadores) que depois são distribuídos a famílias carenciadas. Promoção de atividades de entidades parceiras, envolvidas na luta contra a pobreza;
- Colaboração com Banco Alimentar contra a Fome nos 4 Mercados;
- Programa 5aoDia, desenvolvido nos 4 Mercados do Grupo SIMAB e no MAC (Coimbra):
 - Promoção de estilos de vida saudáveis, junto das crianças (o futuro de amanhã);
 - Promoção de ações pedagógicas focados em aspetos ambientais e sociais, em especial com as comunidades escolares locais, incluindo receção de visitas às suas instalações (Mercados);
- Programa de Estágios Profissionais (Candidatura a Bolsas de Estágios Profissionais, junto do IEFP no âmbito da Medida Estágios Profissionais);
- Grupo de Acompanhamento e Avaliação das condições de Abastecimento e do Retalho em Portugal no âmbito da pandemia de Covid-19;
- Coordenação da Campanha “Love Your Local Market” em Portugal, promovendo-a junto dos Mercados Abastecedores e Municipais, pretendendo-se contribuir para reforçar a relevância das relações económicas, sociais e ambientais do Mercado de proximidade;
- Um representante da SIMAB foi nomeado, em nome da WUWM, para o “*Economic Board of the European Market Observatory (EBEMO) – Tomatoes sub-group*”. Neste âmbito, pretende-se contribuir com *expertise*, informação relevante e aconselhamento direto à DG AGRÍ sobre os fatores económicos que afetam a evolução dos mercados de hortofrutícolas frescos, bem como destacar e avaliar os aspetos-chave da situação atual e evolução prospetivada dos mercados hortofrutícolas;

- Participação no Estudo sobre a evolução da logística na Área Metropolitana de Lisboa - MARL 2;
- Protocolo de colaboração do MARE com Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Portador de Deficiência Mental (APPACDM) - com a Delegação de Évora;
- Promoção de estilos de vida saudáveis, junto das crianças incentivando as crianças a comerem 1 peça de fruta/dia (o futuro de amanhã);
- Contribuição para o empoderamento e a promoção da inclusão social e a igualdade de oportunidades - proporcionada a experiência em contexto de trabalho no MARE a um cidadão portador de deficiência;

CL



- Disponibilização de estágios profissionais nos diversos setores da empresa, nomeadamente em áreas de trabalho necessárias e específicas da região (tiragem da cortiça, trabalho com maquinaria agrícola, agroturismo, enoturismo, birdwaching);
- Estudo para a reestruturação da oferta turística na Charneca/Lezíria;
- Reestruturação da oferta turística em Alter do Chão;



- Implementação, desde 2008, de projetos de alojamento, visitação, enoturismo, turismo equestre, *birdwatching*, eventos, no âmbito do turismo de natureza, sendo membro da marca natural.pt;
- Educação ambiental: Visitação para escolas e outros públicos focado nas atividades rurais e na conservação da natureza, apoiados por dois centros de interpretação;
- EVOA – Espaço de Visitação e Observação de Aves – instalação que mostra e educa ambientalmente sobre a importância do estuário do Tejo e da sua avifauna.

FLORESTAL

- A atividade da empresa visa a exploração ativa das propriedades numa perspetiva económica de lucro sustentável e a produção de externalidades nas regiões onde está presente, sobretudo no denominado interior do País, com pouca população, e uma dinâmica florestal pulverizada e em declínio;
- Parceria Fenapicola - Areas para colmeias;
- Adesão ao consorcio e-Forest: robot florestal;
- Realização de protocolos com entidades promotoras de atividades complementares à silvicultura, nomeadamente a apicultura e novos projetos de controlo e eliminação de vegetação arbustiva no âmbito do uso múltiplo da floresta e defesa da floresta contra incêndios;

BdT

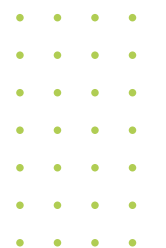
- Para além dos objetivos da empresa, os investimentos em infraestruturas, visam qualificar o território, garantir o cumprimento das normas ambientais, criar espaço publico para usufruto da população e as melhores condições para o desenvolvimento da atividade económica nos Parques Empresariais, gerando um impacto económico e social positivo.

Descreve-se um exemplo de investimento concluído em 2019, mas que teve continuidade em 2020, com impacto relevante: construção da infraestrutura de ligação da Rede de Saneamento a ETAR Barreiro / Moita no Parque Empresarial do Barreiro permite atualmente a ligação da rede existente a Estação de Tratamento, permitindo assim o cumprimento de normas ambientais em vigor referentes ao tratamento de águas residuais, assegurando o seu tratamento e permitindo o licenciamento ambiental das empresas instaladas.

- Em alinhamento com a missão e objetivos estratégicos da BdT, designadamente na concretização dos objetivos do Projeto do Arco Ribeirinho Sul, para valorização dos seus territórios e no aprofundamento da estratégia de negócio dos Parques Empresariais. Neste âmbito destacam-se o desenvolvimento urbanístico equilibrado que contribua para a dinamização das atividades económicas e criação de emprego; Valorização do património público, na ótica da qualificação urbanística e ambiental; Critérios urbanísticos e construtivos compatíveis com as melhores práticas ambientais e de eficiência de energética. No âmbito da sua política de Responsabilidade Social a BdT atua de forma positiva nas comunidades onde se insere, procurando adotar uma atitude participativa, cumprindo plenamente a sua responsabilidade perante o meio envolvente. A empresa associa o seu nome e imagem institucional a projetos que tenham um impacto positivo nas comunidades onde se inserem, servindo igualmente como forma de promoção e projeção empresarial, inserido na sua política de comunicação e *marketing*;
- No âmbito da sua missão e especificidade da sua atividade, a Baía do Tejo manteve no ano de 2020 diversas parcerias com instituições públicas e privadas, sendo de destacar protocolos/ programas de cooperação com os municípios onde se encontram sediados os seus parques empresariais, nas vertentes, social, cultural e desportiva, empreendedorismo, dinamização de ações de formação, a capacitação empresarial, programas de internacionalização, promoção territorial, inovação e novas TIC's;
- O Museu Industrial BdT reúne um espólio constituído por equipamentos industriais de índole diversa e por um acervo documental e iconográfico considerável, representativo de áreas como a química, a têxtil, a metalomecânica, a produção de energia, a segurança e higiene industrial e os serviços sociais, entre outras. Parte integrante do Museu Industrial, o Centro de Documentação é composto por uma Biblioteca, por uma Sala de Leitura e por um Arquivo de Fotografias e documentos diversos. O Museu Industrial dispõe ainda do Auditório Sardinha Pereira e é dotado de múltiplos recursos audiovisuais e multimédia;
- No sentido de promover a divulgação e dinamizar o acesso ao património e acervo histórico e museológico da BdT, no concelho do Barreiro, composto por edifícios e outros bens patrimoniais, foram realizadas algumas ações de divulgação, em particular junto das escolas do concelho do Barreiro e da comunidade local.

ESTAMO

- No seu edifício sede, que são também as instalações do Grupo Parpública, promoveu a criação de uma zona comum de refeições e convívio com condições acrescidas face às instalações anteriores, tanto em termos de espaço como de equipamentos de apoio;



- Instalação, sempre que possível e especialmente nos imóveis com atendimento ao público, de sistemas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida;
- Cedências de áreas significativas dos projetos desenvolvidos a espaços verdes e outros equipamentos públicos.

FUNDIESTAMO

- Continuação dos trabalhos necessários ao desenvolvimento do novo Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FNRE) que visa, entre outros, encontrar respostas adequadas à resolução de problemas habitacionais pelo aumento da oferta disponível, especialmente em preço consentâneo com as características da procura, e também da escassez de residências para estudantes universitários, e em simultâneo contribuir para a recuperação do património edificado.

CONSEST

- Tem vindo a trabalhar com o Município da Amadora no cenário do futuro desenvolvimento urbanístico do Terreno da Falagueira, de forma a colaborar com as entidades locais num projeto urbanístico para satisfação das necessidades da comunidade local.

CE

- A Circuito Estoril tem desenvolvido com as Federações nacionais de motociclismo e automobilismo uma política de transparência e cooperação, no sentido de promover o desporto motorizado junto das camadas mais jovens e de formação de futuros pilotos, desenvolvendo uma rede de conhecimentos e troca de informação para o desenvolvimento do desporto motorizado em Portugal;
- A Circuito Estoril tem igualmente colaborado na realização de ações de formação da Guarda Nacional Republicana, disponibilizando a sua infraestrutura para ações de formação e com outros parceiros, desenvolvido ações de prevenção rodoviária.

6.6. Valorização ambiental

O Grupo PARPÚBLICA assume os aspetos ambientais como um eixo essencial para garantir a sustentabilidade e a rentabilidade dos seus ativos. Acresce ainda o facto de que, devido à diversidade dos setores operativos e administrativos do Grupo, os aspetos ambientais podem assumir as mais diversas formas de atuação ou intervenção em cada uma das participadas.

Em termos gerais, o Grupo aposta na prevenção dos impactos ambientais em todas as suas intervenções na gestão e valorização dos recursos, promovendo a sua poupança e eficiência da utilização dos mesmos através da adoção das melhores práticas e da inovação tecnológica.

Nos casos concretos do Grupo AdP, da INCM, do Grupo SIMAB, da Florestgal e da Companhia das Lezírias salienta-se ainda mais a importância da gestão dos riscos inerentes às alterações climáticas, a utilização eficiente da água, a importância da utilização da energia ou a própria produção de energias renováveis, bem como a redução da emissão de gases de efeito de estufa.

Em 2020, fruto dos impactos da Pandemia e consequentemente da diminuição da atividade e/ou movimentação dos colaboradores e colaboradoras das empresas, verificou-se uma diminuição generalizada dos indicadores neste âmbito.

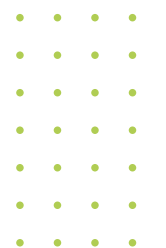
Assim, dada a diversidade de atividades e processos no seio das empresas do Grupo PARPÚBLICA consideramos importante referenciar as principais características, medidas planeadas e/ou adotadas e indicadores de desempenho que permitem às empresas mais relevantes abordar e mitigar os riscos que estão associados à sustentabilidade ambiental:

PARPÚBLICA

Enquanto *holding*, a atividade da PARPÚBLICA não se depara diretamente com questões de natureza ambiental, a não ser como mera utilizadora de bens e serviços. No entanto, mesmo a esse nível, a *holding* tem vindo a adotar um conjunto de diretrizes que espelham a sua preocupação em minimizar, nas diversas vertentes relevantes em matéria de sustentabilidade, os possíveis impactos negativos da sua atividade.

Assim sendo, à semelhança do que tinha sido reportado em 2019, no âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos a:

- Norma interna estabelecida para a utilização otimizada dos sistemas AVAC, da iluminação, das impressões e, ao mesmo tempo, os procedimentos de adaptação das instalações da empresa com vista à implementação de mecanismos que promovem a poupança de energia e o consumo responsável dos recursos (água, energia elétrica e papel);



- Eliminação da utilização de garrafas de água em plástico e substituição por garrafas de vidro;
- Adoção da recolha seletiva de resíduos (sistema relativo à recolha de tinteiros e *toners* das impressoras);
- Adoção de um novo sistema integrado de gestão e reporte da informação empresarial e de um novo sistema de gestão documental, assentes na integração dos processos de trabalho nas próprias plataformas informáticas e na generalização dos suportes digitais como base dos processos de trabalho e partilha de informação;
- Substituição no devido tempo das viaturas de serviço por viaturas híbridas.

Em 2020 apuram-se ainda os seguintes indicadores ambientais decorrentes da atividade da *holding*:

Consumo de electricidade 109,031 Kwh (diminuição de 44% em relação a 2019)	Consumo de combustíveis 9,015 litros (diminuição de 7% em relação a 2019)	Consumo de água 435 m³ (433 m³ em 2019)
--	---	---

GRUPO AdP

No caso do Grupo ADP as questões ambientais, nomeadamente a gestão do ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza e o combate às alterações climáticas, assumem um papel fulcral na sua atividade. Assim, neste âmbito os principais desafios centram-se: i) na prevenção dos impactes ambientais; ii) na gestão e valorização dos recursos; iii) na adoção das melhores práticas disponíveis; iv) na inovação e desenvolvimento tecnológico; v) na gestão dos riscos relacionados com as alterações climáticas; vi) na potenciação da utilização e produção de energias renováveis e; vii) na introdução de medidas de redução e compensação de emissões de GEE.

A própria atividade do Grupo AdP permite potenciar os aspetos positivos no âmbito da sustentabilidade ambiental, tais como, a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, a utilização de fontes de energia renovável e a educação ambiental e também minorar os aspetos negativos, tais como, o volume da água captada e as áreas ocupadas, os próprios consumos de energia, as emissões, a produção de resíduos e os impactos na biodiversidade e na população.

O equilíbrio entre o consumo e utilização dos recursos hídricos e as necessidades/desenvolvimento das comunidades é um dos pontos essenciais da intervenção do Grupo AdP, pelo que a manutenção de caudais mínimos, a prevenção da poluição das linhas de água e do mar e a despoluição que se tem verificado pela existência de sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, garantem que os meios hídricos apresentem a qualidade e quantidade de água necessária à conservação e ao desenvolvimento da biodiversidade.

Os resultados são visíveis e traduzem-se em exemplos concretos, tais como, as crescentes Bandeiras Azuis nas praias, o incremento de desportos náuticos ou a presença de várias espécies nas margens e estuários, com base no investimento efetuado e em curso nas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

Face ao desafio das alterações climáticas, que obrigam a uma gestão cada vez mais eficiente e com maior resiliência, as práticas de economia circular do ciclo da água permanecem uma prioridade do Grupo AdP, que reforça a sua aposta na produção de água para reutilização, na obtenção de energia renovável, no combate às perdas e na valorização dos resíduos gerados.

Conforme já referido em 2019, o conceito de “Fábricas de Água / água+” consiste em implementar locais (a escolha da tecnologia a utilizar depende do fim a que se destina a água reutilizada e do contexto económico local) onde a água residual é encarada como uma matéria-prima plena de recursos, que se deve usar, reutilizar, reciclar e valorizar. Nestas fábricas, num processo industrial transforma-se água residual usada em novos produtos, tais como água Reciclada (agricultura, regas, lavagens de ruas e viaturas, equipamentos e indústrias), água industrial (para sistemas de refrigeração de edifícios e para produção de algas e biocombustíveis), biogás (para aproveitamento energético), Biosólidos (para valorização agrícola) e, Bioplásticos (para serem incorporados em novos processos produtivos).

A utilização de água residual tratada produzida nas Fábricas de Água é um fator determinante para a sustentabilidade ambiental favorecendo uma otimização dos recursos hídricos em utilizações que não carecem de água potável, dando-se como exemplos:

- a parceria com o Conjunto Turístico Falésias d’El Rey que aguarda o licenciamento para utilização de água+ proveniente da Fábrica de Água do Casalinho para rega do seu campo de golfe;
- a avaliação da possibilidade de reutilização de água das Fábricas de Água existentes na Bacia do Alcabrichel e na Bacia do Sizandro, para a rega de plantações agrícolas e espaços verdes naquela região;
- A Fábrica de Água da Guia é também uma origem de água residual tratada, produzindo atualmente cerca de 4.000m³ que são utilizadas internamente nas diversas etapas de tratamento e na rega de espaços verdes. Em articulação com o município de Cascais, está em desenvolvimento o projeto de lavagem de ruas no referido município;

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- O Grupo AdP subscreve iniciativas neste âmbito, nomeadamente, a *UN Global Compact* e a Aliança para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em que é parceira da PARPÚBLICA, sendo uma das 12 empresas portuguesas que integram os desafios do SDG Ambition na gestão do negócio;



- O Grupo AdP tem também uma estreita ligação com diversas associações/instituições/organizações, entre as quais relevamos a *Water Footprint Network*, a *WSMART - Water Security Management Assessment, Research & Technology*, a *IWA - International Water Association*, a *FUTURESEA*, e a *BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável*.
- O compromisso de neutralidade energética assumido pelo Grupo AdP foi reafirmado com o Programa de Neutralidade Energética ZERO, e que tem por objetivo que o Grupo atinja a neutralidade energética no prazo de 10 anos através da execução de uma estratégia continuada de redução de consumos e de aumento da produção própria de energia 100% renovável. Estima-se que o atingir deste objetivo permitirá eliminar cerca de 205 mil ton/ano de emissões de CO₂, o que representará uma poupança, para Portugal, de cerca de 5,3 milhões de euros por ano (a preços atuais);
- Destaque para a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo, sendo que os dados de 2020 indicam uma produção de quase 35,7 GWh (+5% em relação a 2019);
- Nota ainda para o forte envolvimento das empresas do Grupo no processo de certificação de infraestruturas no âmbito da ISO 50001, relativa ao consumo de energia, com o apoio constante da AdP Energias, sendo que, em 2020, 108 infraestruturas (59% do total) encontravam-se já certificadas no âmbito da norma ISO50001 (crescimento de 34 infraestruturas face ao primeiro ano de avaliação – 2018);
- Também em 2020 foram realizadas 388 auditorias energéticas a infraestruturas consumidoras de energia, no âmbito do Decreto-Lei n.º 68-A, de 30 de abril, o que representa um acréscimo de +141 infraestruturas auditadas (face ao primeiro ano de avaliação – 2018) no âmbito do PEPE;
- Em 2020, os 128 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço percorreram mais de 1,8 milhões de km, consumindo para o efeito 260MWh e evitando o consumo de mais de 152 mil litros de combustíveis de origem fóssil. Este projeto foi apoiado pelo Fundo Ambiental, ao abrigo da Estratégia Nacional para a Mobilidade Elétrica que incluiu ainda a instalação de postos de carregamento para as viaturas (presentemente 136 pontos de carregamento);
- Em 2020, as empresas do Grupo participaram ativamente no processo de certificação energética das suas frotas, totalizando neste momento 1.430 viaturas certificadas;
- O Grupo mantém também o foco na redução de consumos nos seus edifícios e instalações operacionais através da: :a) instalação de fluxómetros/redutores de caudal nas torneiras e mangueiras; b) aquisição de torneiras com temporizadores; c) redução de capacidade de água nos depósitos dos autoclismos e instalações de autoclismos de dupla descarga; d) opção por arranjos exteriores nas instalações que não requeiram rega (por exemplo, uma cobertura com casca de pinheiro); e) instalação de sensores de pluviosidade nas áreas jardins e; f) manutenção preventiva dos equipamentos de água;

- Todas as empresas do Grupo AdP têm sistemas de gestão ambiental, sendo que 88% (14 das 16 empresas) são certificadas na norma ambiental 14001, salvaguardando boas práticas ambientais no âmbito do fornecimento de bens/serviços pelo que todos os novos fornecedores são selecionados usando critérios ambientais;
- As empresas do Grupo AdP não utilizam substâncias destruidoras da camada de ozono nas suas atividades sendo que, as únicas fontes existentes estão associadas a equipamentos de ar condicionado, *chillers*, frigoríficos e outros sistemas de refrigeração, como estufas, unidades de tratamento de ar, etc. Assim, as empresas do Grupo efetuam um levantamento dos equipamentos existentes e um plano para a substituição de gases, sempre que esta for necessária de acordo com a legislação em vigor;
- A reutilização de água torna-se cada vez mais relevante, nomeadamente em situações de escassez e de seca como as que se tem verificado em Portugal e que se prevê que se acentuarão no futuro de acordo com os cenários de alterações climáticas que se conhecem. Assim, nos processos de tratamento de água para abastecimento, o Grupo utiliza água de processo nomeadamente na lavagem de filtros na ETA, em detrimento de água de rede, pelo que assim reduz o consumo de água de rede e também reduz a utilização dos materiais inerentes ao seu tratamento. A desinfecção final de efluente, em 2020 correspondeu a 34% (29% em 2019) do total tratado, ou seja, dos 176 milhões de m³ desinfetados, cerca de 7 milhões de m³ foram reutilizados internamente (para rega, lavagem de pavimentos, etc.) e por entidades externas, de forma a minimizar consumos de água de rede e a preservar recursos naturais;
- No âmbito da ODS 6, o Grupo assume a dupla responsabilidade de fornecer água potável de forma contínua às populações e de captar apenas os caudais essenciais (minimizando desperdícios), conservando e valorizando assim as massas de água enquanto recurso natural. Assim, em 2020, o número de captações superficiais é de 138 representando 85% do valor total captado (87% em 2019). A maior capacidade de extração das captações superficiais existentes nas empresas do Grupo, traduzem a utilização preferencial de captações superficiais, em detrimento de captações subterrâneas, contribuindo desta forma, para a garantia de elevados níveis de reposição e para a salvaguarda dos aquíferos subterrâneos, permitindo assim assegurar a conservação dos recursos hídricos;
- Em 2020, integrada nas atividades do Projeto Coastwatch Portugal, realizou-se, em parceria com a Águas do Tejo Atlântico, uma ação de Formação do GEOTA, intitulada “À descoberta da ecologia do Estuário do Rio Tejo”, participando nesta ação os técnicos da Junta de Freguesia do Parque das Nações, do Município da Amadora e do Museu da Água, os professores dos 2º e 3º Ciclo e um aluno de mestrado de Engenharia do Ambiente. Nesta iniciativa, para além da saída de campo no Estuário do Tejo, junto à Fábrica de Água de Beirolas, houve uma sessão teórica, no novo Centro de Educação Ambiental da AdTA, onde os participantes ficaram a perceber o importante papel das Fábricas de Água, geridas pela Tejo Atlântico, na despoluição do maior Estuário da Europa;



- A AdDP em parceria com a APDL (Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA), procedeu em novembro de 2020, a uma dragagem no rio Douro, na albufeira Crestuma-Lever. A água proveniente dos poços existentes na albufeira de Lever (Captações de Lever Montante e Jusante) tem origem na infiltração natural da água do rio Douro. No entanto, a disponibilidade de água nos poços de captação tem vindo a diminuir devido ao aumento da colmatção do leito da albufeira. Esta situação além de diminuir a flexibilidade das origens de água no Complexo de Lever, aumenta de forma significativa os custos de exploração. Após esta intervenção observaram-se resultados positivos, tais como, o aumento da disponibilidade de água nos poços, o aumento da eficiência energética e a diminuição dos custos operacionais;
- Está em curso o “Ensaio de Stress Hídrico nas captações da EPAL e AdVT para períodos consecutivos de seca meteorológica”. Este estudo, realizado pelo LNEC, tem como principal objetivo analisar, para diversos cenários de seca meteorológica, a possível escassez hídrica das captações da EPAL / AdVT, face aos compromissos de abastecimento público de água;
- A Águas do Centro Litoral assinou um protocolo com o Instituto Politécnico de Leiria e com o Município de Leiria para o desenvolvimento do “Estudo para a Requalificação Tecnológica da ETAR das Olhalvas”, o qual prevê a melhoria do desempenho ambiental desta infraestrutura e visa também avaliar e apresentar soluções ao impacto que a ETAR tem na malha urbana e na bacia hidrográfica em que se insere;
- A AgdA - Águas Públicas do Alentejo assinou um contrato de adjudicação da conceção/construção da nova ETAR da Comporta, destinado a garantir o adequado tratamento dos efluentes urbanos da população da Comporta, que cresce de 600 para 2.500 habitantes na época alta, e a preservação do ecossistema estuarino do Sado, zona sensível e classificada como Reserva Natural;
- A Global Compact Network Portugal, no âmbito do *UN Global Compact Leaders Summit*, organizou uma sessão dedicada ao tema “Energia Limpa e Oceanos Sustentáveis – Um caminho em direção ao Futuro”, na qual participou José Sardinha, Vice-Presidente do Grupo Águas de Portugal, tendo destacado o empenho do Grupo na transição para uma economia de baixo carbono e a importância que damos à gestão estratégica de energia;



- Relativamente ao tema do COVID-19, salienta-se o: i) “COVIDetect” que tem como objetivo criar um sistema de alerta precoce da presença do vírus SARS-CoV-2, agente etiológico da COVID-19, através da análise de águas residuais, contribuindo para melhorar a resposta face a eventuais novos surtos da doença e; ii) SARS Control que tem como objetivo compreender o comportamento do vírus SARS-CoV-2 ao longo da cadeia de tratamento de águas residuais urbanas (fase líquida e fase sólida), avaliar em que medida as ETAR constituem

barreiras eficazes à viabilidade e disseminação do vírus, e avaliar os impactos, diretos e indiretos, na saúde pública e na saúde dos ecossistemas, dos fluxos gerados nas ETAR, num contexto de economia circular.

Pela relevância das atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo AdP em matéria ambiental consideramos também importante evidenciar alguns dos indicadores mais relevantes relativos a 2020:

577 M m ³ captados de água para abastecimento (decréscimo de 1,6% em relação a 2019)	94% das captações de água são licenciadas (os restantes 6% estão em processo de licenciamento)	Volume de água obtido através de captações superficiais foi de 491 M m ³ vs captações subterrâneas de 85,9 M m ³
De um total de 18,539 toneladas de resíduos, 58% de lamas foram valorizadas (em 2019 tinham sido valorizadas 85% das lamas)	Perdas de águas (ineficiências de 3,7% em “alta” (3,5% em 2019) e de em “baixa” (9% em 2019)	Autossuficiência (energia produzida/energia consumida) em 4,6% (4,5 % em 2019)
Volume de águas residuais e repostas no meio hídrico de 523 M m ³ (503 M m ³ em 2019)	Consumidos 2,490m ³ de combustíveis líquidos - gasolina e gasóleo (2,849 m ³ em 2019)	7 milhões de m ³ de água desinfetada que é reutilizada (rega, lavagem e pavimentos, etc.)
Consumidos 771 GW/h de energia em forma de electricidade (749 GW/h em 2019)	198 toneladas de CO2 - gases com efeito estufa (204 mil toneladas de CO2 em 2019)	Produzidas 727 toneladas (651 toneladas em 2019) de resíduos nas atividades administrativas, de manutenção e de laboratório

INCM

Devido à natureza fabril da sua atividade, a INCM definiu a eficiência energética como uma prioridade. Assim, a melhoria da eficiência ao nível da utilização de recursos, com ênfase nos recursos energéticos, através da evolução e modernização de linhas de produção, (transição para a indústria 4.0) e no desenvolvimento do ecossistema aplicacional, enquadradas no Plano de Racionalização Energética.

Nesse sentido, a INCM centra-se nos seguintes vetores com objetivo de reduzir o seu impacto ambiental:

- Aquisição de novos e equipamentos fabris e de ferramentas que permitam monitorizar a sua eficiência;
- Aquisição e renovação de equipamentos que promovem a melhoria da eficiência energética;
- Redução de fugas de ar comprimido;
- Ampliação dos Sistemas de Gestão Técnica (SGT), que permitam a obtenção de dados em tempo real e em contínuo, de todos os descritores ambientais de toda a instalação industrial e edifícios;
- Substituição da iluminação existente por LED e instalação de mais sensores de presença e;
- Formações e sensibilizações sobre consumo consciente de energia e eficiência energética.



Em conjunto com as ações já referidas, salienta-se ainda o objetivo de produção de energia própria através da instalação de painéis solares fotovoltaicos, que irão representar, por ano, a produção de 1980 GJ e a redução de 245t/CO₂e (equivalente a 6200 árvores plantadas).

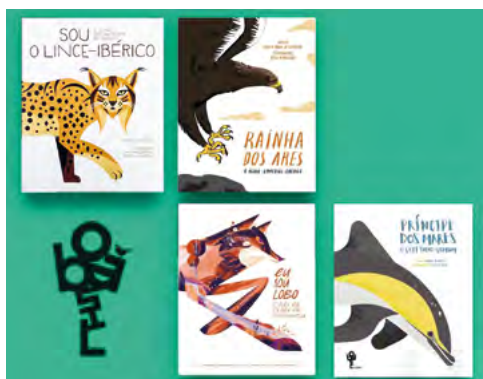
Adicionalmente, a INCM efetua uma análise dos ciclos de vida dos materiais e investe continuamente em I&D acompanhando as evoluções tecnológicas optando por soluções mais ecológicas e simultaneamente mais duráveis (por exemplo, o PTEG reciclado e PVC degradável).

Ainda no âmbito da economia circular, a INCM promove internamente os seus princípios (redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia), através da adoção de políticas e da instituição de procedimentos, mas também através de formação e sensibilização dos colaboradores e colaboradoras para o uso consciente dos recursos.

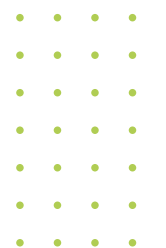
No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos as seguintes:

- A *App* do Diário da República é uma aplicação móvel que permite aos utilizadores aceder, de uma forma simples, aos conteúdos do Diário da República das séries I e II, bem como consultar, partilhar e aceder a todos os diplomas publicados no jornal oficial. Este instrumento permite uma maior eficiência ambiental, possibilitando aos utilizadores acesso a qualquer momento aos documentos, e tornando cada vez mais desnecessária a impressão de documentação;
- A adoção de uma política de impressão ambientalmente responsável para redução de papel e consumíveis de impressão e a desmaterialização de processos e fluxos de informação;
- O incentivo ao *marketing* digital e de economia circular como, por exemplo, a reutilização do refugo de produção para a criação de bens de consumo e venda, a doação de suportes de comunicação (lonas, *roll-ups*) a clientes, por forma a desincentivar o seu abate, e a reutilização de mensagens, slogans e comunicações;
- A redução das emissões da frota automóvel de serviços através da aquisição de 5 veículos elétricos (representam em 2020 uma redução de 3,67 TCO₂e);
- A utilização de cláusulas ambientais nos contratos de fornecimento de bens ou serviços, tais como o cumprimento da legislação ambiental portuguesa para todos os contratos, e em alguns casos, ainda são utilizados critérios como a certificação energética ou outros certificados ecológicos (FSC, Eco Label, entre outros);

- A INCM assinou o Pacto de Mobilidade Empresarial para a Cidade de Lisboa, juntando-se ao *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), à Câmara Municipal de Lisboa, ao BCSD Portugal e a mais de 50 outras empresas, comprometendo-se com mais de 200 ações para transformar a capital numa cidade mais verde, segura e eficiente, contribuindo para uma mobilidade mais sustentável, em Lisboa, através da promoção de uma oferta e de uma procura de soluções multimodais;
- A INCM aderiu ao Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020 – Ação Climática Lisboa 2030, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, assumindo um conjunto de ações e medidas que contribuem para o objetivo de tornar a cidade neutra em carbono até 2050;



- O lançamento do livro “Príncipe dos Mares, o Golfinho Comum” marca a parceria entre a INCM e a Câmara Municipal de Lisboa para a edição deste livro e reedição dos todos livros da coleção juvenil “Espécies Ameaçadas”, no âmbito das publicações da Lisboa Capital Verde Europeia 2020;
- O apoio ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), com a doação, ao seu fundo ambiental, de parte dos proveitos das vendas da série anual de moedas de coleção “Espécies Ameaçadas”;
- A INCM desenvolve projetos de investigação, com o objetivo de efetuar produções e consumos mais sustentáveis, tais como o Projeto Atlas : robots que vão manipular e transportar os produtos entre áreas de segurança e garantir a operação de um armazém automático e o envio dos produtos finais validados para expedição;
- A INCM desenvolve ainda o projeto “Uma moeda – Uma causa” no âmbito da proteção de espécies ameaçadas e das alterações climáticas, sendo que, em 2020, é de destacar a moeda “O Golfinho” da serie “Espécies Ameaçadas”;
- A INCM possui painéis solares térmicos existentes para o aquecimento de águas sanitárias no edifício da Casa da Moeda;
- Adesão em 2020 ao sistema *Waterbeep* da EPAL, nos grandes edifícios industriais da empresa, para uma ligação direta ao seu sistema, que possibilita o acompanhamento em tempo real, e com alertas, dos consumos.



Pela relevância das atividades desenvolvidas pela INCM em matéria ambiental consideramos também importante evidenciar alguns indicadores relativos a 2020:

Certificada na norma ISO 14001	Utilizadas 2,495 toneladas de matérias-primas (2,602 ton em 2019) sendo o papel e cartão (41%) as matérias mais utilizadas	Produzidas 491 toneladas de resíduos (556 toneladas em 2019) sendo 96% resíduos não perigosos e os restantes 4% perigosos
Consumos totais de eletricidade (92%), gás natural (4%) e gasóleo (4%) ascenderam a 22,754 CJ (24,306 CJ em 2019)	Consumos anual de água ascendeu a 13,941 m ³ (20,232 m ³ em 2019)	Do total de resíduos produzidos, 97% foram encaminhados para operações de valorização (96% em 2019)
Emissões de GEE (âmbito 1) ascenderam a 128 ton CO ₂ e (179 ton CO ₂ em 2019)	Emissões de GEE (âmbito 2) ascenderam a 2,854 ton CO ₂ e (2,834ton CO ₂ em 2019)	Papel reciclado utilizado como matéria-prima nos processos de produção gráfica em 16,4 toneladas (2 toneladas em 2019)

Grupo SIMAB

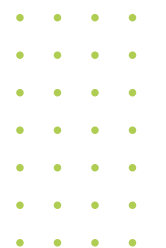
As empresas do Grupo SIMAB gerem os mercados abastecedores de Lisboa, Braga, Évora e Faro, Assim, o Grupo identifica os principais fatores que devem ser monitorizados numa abordagem de proatividade e avaliação constante dos riscos associados, nomeadamente, o risco e exposição dos mercados às alterações climáticas, a necessidade de racionalização dos consumos de energia e de um uso mais eficiente dos recursos hídricos, bem como, a proteção da biodiversidade, as emissões de gases de efeito de estufa e uma gestão eficaz dos resíduos.

Neste âmbito o Grupo tem responsabilidades ambientais de elevada importância, nomeadamente, as relativas às condições de gestão das operações dos mercados sob sua gestão, cuja melhoria é concretizada através da realização de investimentos de reabilitação e construção de infraestruturas, bem como através da adoção de boas práticas de racionalização e poupança na utilização de recursos, tais como, a energia, a água, o frio e o gás e a respetiva triagem dos resíduos, que contribuam para valorização dos mesmos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações da SIMAB e dos seus mercados:

- Depois de diversas ações de benchmarking em 2018 e 2019 junto de Mercados abastecedores estrangeiros com elevadas taxas de reciclagem e valorização dos resíduos, iniciou-se em 2020 a concretização do projeto “Eco Área”, com a construção da infraestrutura e com a aquisição de equipamentos próprios para a compactação de resíduos;

- Simultaneamente ao projeto “Eco Área”, o MARL implementou uma regra para os retalhistas que, ao entrarem neste mercado, são direcionados para esse local, sob a orientação dos colaboradores e colaboradoras desta sociedade, para que aí despejem eventuais resíduos que transportassem nas suas viaturas. Apesar de experimental e provisória, esta opção temporária revelou-se bastante eficiente quer para a atividade de recolha, quer para efeitos de imagem e limpeza do Mercado, minimizando os resíduos espalhados pelo recinto e contribuindo, decisivamente, para a comunicação de uma nova ‘aprendizagem’ procedimental de boas práticas de deposição de resíduos no Mercado;
- Em 2020, os dois pontos distintos de carregamento de baterias de veículos elétricos instalados nos parques de estacionamento do MARL entraram em pleno funcionamento;
- Os mercados do Grupo deram continuidade a medidas de eficiência energética tais como a manutenção dos *chillers* (equipamentos de grande porte responsáveis pela climatização/refrigeração dos pavilhões), a instalação de baterias de condensadores nos pavilhões, a manutenção corrente na limpeza regular dos balastros e luminárias, a regulação automática da iluminação pública (Horário Verão/Inverno) e monitorização desta através de níveis de iluminância, o planeamento de execução de atividades consumidoras de energia em horários de vazio e supervazio, e a instalação e manutenção de detetores de movimento nas instalações sanitárias de acesso público;
- Manutenção sistemática das claraboias existentes no interior dos Pavilhões, o que origina uma maior iluminação natural no interior destes e, conseqüentemente, um menor gasto energético para o Grupo;
- Monitorização através de software de monitorização e gestão de consumos hídricos e energéticos (telemetria) dos consumos de energia em todos os mercados e por tipologia de consumo;
- Intensificação das ações de sensibilização junto dos operadores e dos seus clientes com vista a uma mudança comportamental com a adoção de boas práticas que levem à redução do consumo de energia e de água, bem como, à redução das más práticas relacionados com os resíduos que resultam das operações nestes espaços;
- Racionalização ainda mais reforçada, em todos os Mercados, com consumo próximo do zero, da gestão da rega dos espaços verdes, face aos indicadores de seca extrema conhecidos;
- Desde 2017 o MARL conseguiu efetivar uma redução de 24% nas emissões totais de CO₂ (âmbitos 1 e 2) encontrando-se para 2020 o valor de 1.388 tCO₂eq (redução de 63 tCO₂eq face a 2019). Nota também para a efetiva redução da intensidade das emissões do MARL, de 0,0075 tCO₂eq. para as 0,0069 tCO₂eq., anuais por metro quadrado de STC;
- Os quatro mercados do Grupo colaboram com o Banco Alimentar contra a Fome, contribuindo para a redução do desperdício de alimentos ao longo das cadeias de abastecimento;



- No programa “5aoDia”, que é desenvolvido nos quatro mercados do Grupo e no MAC (Coimbra), são efetuadas ações pedagógicas focadas em aspetos ambientais e sociais, em especial com as comunidades escolares locais, incluindo a realização de visitas de estudo de crianças aos diversos mercados;
- Relativamente ao Projeto “Robust - Living Lab Área”, menção ao grupo de trabalho “Parque Agro-Alimentar da Dieta mediterrânea” que contribui para as relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional de desenvolvimento e para o desenvolvimento e monitorização dos impactos do desenvolvimento sustentável nos agro-negócios, no turismo sustentável, que cria emprego, promove a cultura e os produtos locais;

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade do Grupo SIMAB relativos a 2020:

Consumo eletricidade de 14,317 GJ em 2020 (14,970 GJ em 2019)	Consumo combustíveis de 7,675 litros em 2020 (11,238 litros em 2019)	Consumo água, excluindo redébitos de 57,252m ³ em 2020 (57,030m ³ em 2019)
7,977 toneladas de resíduos produzidos em 2020 (8,785 ton em 2019)	Taxa de recuperação de 15% dos resíduos através de valorização	Emissões diretas de gases com efeito de estufa de 1,615 ton CO ₂ eq/ano

COMPANHIA DAS LEZÍRIAS

A Companhia das Lezírias gere a maior exploração agropecuária e florestal existente em Portugal, pelo que é essencial a promoção de boas práticas de gestão de todos os ativos, de acordo com os mais elevados padrões ambientais, éticos e legais, de forma a minimizar o impacto da sua atividade no meio ambiente.

Um dos objetivos primordiais da CL é a valorização e a rentabilização dos recursos naturais onde é desenvolvida a sua atividade, apostando a empresa na intensificação sustentável dos recursos, que se apresenta como um dos maiores desafios para a agricultura nacional.

O património da CL é também local de estudo para a agropecuária e silvicultura nacionais, através das Universidades que a procuram pela diversidade de habitats, espécies, animais e vegetais, que nele habitam.

Após uma interrupção que se verificava desde 2011, o ano de 2020 marca o retorno da Companhia das Lezírias ao relato anual no âmbito da sustentabilidade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Implementação da utilização de luz natural através da abertura de claraboias;
- A conversão dos sistemas de iluminação para LED irá trazer mais um fator de poupança de recursos energéticos;
- Fornecimento elétrico através de painéis fotovoltaicos nos locais de abeberamento dos animais, junto aos furos (ex.: na Charneca, no Bexiga, no Barracão dos Porcos e no EVOA), permitindo uma substituição da captação de água com recurso a motobombas/eletricidade por energia renovável;



- Início da transição para uma frota automóvel eco-eficiente, com a substituição de 1 viatura ligeira de combustão (gasóleo) por 1 viatura híbrida;
- O edifício do EVOA é abastecido com energia solar com apoio de gerador e utiliza um veículo elétrico para transporte dos visitantes;
- A Companhia das Lezírias desenvolve ações de sensibilização no EVOA, que abordam a temática das alterações climáticas, impactos e medidas de mitigação que podem ser implementadas, contribuindo para a conscientização ambiental;
- Formação de sensibilização ambiental para todos os colaboradores e colaboradoras, incluindo temas como as alterações climáticas, a reciclagem e o consumo sustentável;



- A gestão florestal efetuada pela Companhia das Lezírias põe no mercado uma quantidade variável de biomassa, canalizada para a produção de energia para combustão direta (lenha, estilha) ou para fabrico de *pellets*;
- A sociedade promove o sequestro de carbono através do aumento da densidade florestal (30 ha de pinhal manso estabelecido como *pool* de carbono florestal) e também através da substituição da gradagem pelo corte com destroçador no controlo da vegetação espontânea;
- Na gama Tyto alba, desenvolveu-se a caixa ninho, uma embalagem de madeira que pode ser reutilizada como ninho para passeriformes. Ao criar esta solução, a embalagem passa a ter uma dupla utilização, tendo um impacto sobre a biodiversidade nas regiões onde o vinho é vendido;
- Através do projeto “Projeto SOS Coelho”, e em concreto pela construção de um parque de criação de coelhos, tenta-se a recuperação do coelho-bravo enquanto espécie presa mais importante dos sistemas terrestres mediterrânicos e modelador do ecossistema;
- Mantém-se a constante preocupação com a proteção e restauro das linhas de água, bem como, a utilização de sebe viva como corredores ecológicos;
- São promovidas práticas amigas do ambiente, através do modo de Produção Integrada e Biológica, sendo que a maior parte do montado e das pastagens encontra-se nestes regimes (7.768 ha de pastagem em agricultura biológica);
- Adoção do regime de produção integrada no que respeita à condução de culturas anuais como o milho e o arroz, culturas perenes como a vinha através do projeto ABC2020 (+Ambiente +Biodiversidade -Carbono em 2020) e o olival;
- É promovido o uso eficiente da água nas plantações do milho com planos de rega atualizados semanalmente com base em dados meteorológicos e necessidades da cultura;
- Realização de inspeções bianuais ao sistema de rega para deteção de fugas, proporcionado uma maior eficácia na utilização dos recursos hídricos;
- Utilização do recuperador de caldas como forma de encaminhamento de resíduos obtidos pelo método Heliosecc, bem como, o encaminhamento de resíduos (plástico/metais/óleos) para reciclagem;
- Realização diversos projetos e estudos de monitorização ambiental e reintrodução de espécies, em colaboração com unidades de investigação de universidades e institutos especializados, como por exemplo:
 - Instalado um parque de criação de coelhos, no âmbito do projeto Mais Coelho II, suportado pelo orçamento da ANPC e apoiado tecnicamente também pelo CIBIO e o INIAV;

- Teve início o projeto “LIFE LxAquila” de que a Companhia das Lezírias é entidade parceira e que pretende criar uma rede de custódia da Águia de Bonelli na área metropolitana de Lisboa;
 - Projeto de reintrodução da águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*) em Portugal (2ª fase);
 - Protocolos com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e com o LabOr/EU para monitorização de mamíferos, das áreas florestais, dos efetivos da coruja-das-torres, da recuperação da linha de água e das caixas-ninho para chapins;
 - O Projeto “TytoTagus” que consiste no estudo da biologia da dispersão das corujas que se concentram em grande número durante o verão na Lezíria Sul;
 - Estudo de análise das relações entre a disponibilidade de cavidades para a nidificação de aves insectívoras do pinhal bravo e do montado e a ocorrência das pragas florestais destes povoamentos;
 - Os 6.300 hectares de montado de sobro constituem-se como um espaço de estudos de longo prazo (mais de 30 anos) para questões de ecologia ligadas ao montado (plataforma *Long Term Site for Ecological Research*).
- Reforço das populações de coelhos como medida de conservação de predadores que se alimentam dos coelhos;
 - Respeito pelo calendário venatório e pelas espécies cinegéticas passíveis de serem caçadas no território, existindo 3 zonas de caça ordenada;
 - Participação em associações ou organizações nacionais tais como, a Gestão Cinegética e Biodiversidade, a APFC - Associação dos Produtores Florestais de Coruche e Concelhos Limítrofes, o Centro de Competências do Sobreiro e o Centro de Competências do pinheiro-bravo;
 - Certificação da Gestão Florestal Sustentável (8.907 ha), principal norma internacional de gestão florestal sustentável na área do sobreiro e da cortiça (*Forest Stewardship Council SA – FM/COC - 002659*);
 - A CL apresenta 2.325 hectares (11,21% do total) na Reserva Natural do Estuário do Tejo e 13.621 hectares (65,67% do total) na Zona de Proteção Especial e no Sítio de Interesse Comunitário do Estuário do Tejo.



Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da CL relativos a 2020:

Consumo eletricidade de 1,951,120 Kwh (2,623,097 Kwh em 2019)	Consumo água 2,7 milhões litros (4,29 milhões litros em 2019)	Água captada 854 mil m ³ (2,46 milhões m ³ em 2019)
A adega de Catapereiro produziu 3,800 Kw de energia em 2020	60% da energia provém de fontes renováveis (48% em 2019)	Consumo combustíveis de 160 mil litros em 2020 (177 mil litros em 2019)
Colocados 3,337 protetores de sobreiros em 2020 (33,337 desde 2007)	Emissões de GEE (âmbito 2) ascenderam a 2,854 ton CO ₂ e (2,834 ton CO ₂ em 2019)	Gerados resíduos de 37 toneladas, dos quais 6,9 ton são reencaminhados para reciclagem

FLORESTGAL



A FLORESTGAL assume-se como um instrumento de política pública para intervir no âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento florestal e do ordenamento do território.

Sendo a FLORESTGAL detentora ou arrendatária de cerca de 17.000 hectares, a vertente ambiental apresenta-se como fulcral para o desenvolvimento sustentável da missão da empresa, devendo promover esforços para aplicar, e disseminar, as melhores práticas florestais e agro-silvícolas, implementar programas de vigilância, prevenir e combater fogos florestais e preservar os ativos biológicos do património sob sua gestão.

A FLORESTGAL tem no seu envolvimento e apoio quanto à valorização e promoção do conhecimento, do desenvolvimento técnico-científico, da inovação e tecnologia do setor, das boas práticas para uma gestão florestal sustentável, bem como das atividades complementares à silvicultura, nomeadamente a apicultura e novos projetos de controlo e eliminação de vegetação arbustiva no âmbito do uso múltiplo da floresta e defesa da floresta contra incêndios.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- A FLORESTGAL foi reconhecida em setembro de 2019 como “Entidade de Gestão Florestal” junto do ICNF, estando neste momento a trabalhar num tipo de certificação própria (similar às certificações ISO/TUV/APCER);
- No final de 2020, a FLORESTGAL procedeu à aquisição de 4 novos veículos operacionais, tendo-se decidido por veículos híbridos em 3 casos em face da perspetiva de poupança económica e impacto ambiental mais reduzido que as mesmas aparentam oferecer;
- Em 2020 a FLORESTGAL abandonou por completo a aquisição de água engarrafada, por dispensadores de água fornecida pela rede publica;
- Foram encetadas várias parcerias e/ou protocolos com entidades que têm mostrado interesse e dado provas nas ações mencionadas, a saber: i) FENAPÍCOLA – colocação de apiários em propriedades da FlorestGal; ii) Centro Pinus – investigação, áreas de demonstração e instalação de pomares produtores de sementes em propriedades da Florestgal; iii) Projeto E-Forest – apoio do consorcio para o desenvolvimento de um veiculo florestal autónomo no âmbito da gestão de biomassa e prevenção/combate a incêndios florestais; iv) ICNF, I.P – conversão de áreas de eucalipto em sobreiro; v) Instituto Politécnico de Coimbra – investigação, transferência de conhecimento, prestação de serviços e consultoria, estágios e partilha de recurso; vi) LIFE NEW FOREST – apoio ao projeto que visa restaurar áreas florestais abandonadas no concelho de Vila Nova de Poiares e áreas limítrofes;
- Em termos de gestão de investimentos, a FLORESTGAL encontra-se a aguardar resultado de uma candidatura para um novo povoamento florestal seguindo o chamado método *Keylines* onde a utilização da orografia natural das paisagens e o tipo de solos determina o modelo de plantação para minimizar gastos com regas e aumentar as hipóteses de sobrevivência dos novos povoamentos;



- Em 2020 foi suspensa, temporariamente, uma operação de corte de eucaliptos em curso na propriedade “ Marcelina” por se encontrar na sua proximidade, fora do seu perímetro, mas numa extrema, um Ninho de” Águia Real” (*Aquila chrysaetos*) que é acompanhado desde 2014. O ICNF acompanhou todo o processo e veio mais tarde a autorizar a continuação dos trabalhos assegurando-se uma faixa de proteção do mesmo e para zona de alimentação da espécie;
- A FLORESTGAL encontra-se atualmente em discussões com uma entidade europeia sobre o estabelecimento de um protocolo para preservação do Lobo Ibérico, em parte de uma das suas propriedades.
- A FLORESTGAL apresenta áreas protegidas num total de aproximadamente 2.300 hectares (17% da área total das propriedades) nas seguintes localizações: Famalicão da Serra (PN S Estrela), Núcleo de Mós (Freixo de Espada à Cinta) e Quinta das Charas (PN Douro Internacional), Idanha-a-Nova (PN Tejo Internacional), Vale dos Reis (RN Est. Sado) e; Rede Natura 2000: Nisa (SIC São Mamede).

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da FLORESTGAL relativos a 2020:

Consumo Próprio de eletricidade de 12,077 Kwh	Consumo combustíveis de 10,270 litros (16,964 litros em 2019)	Água consumida de 46 m ³ (255 m ³ em 2019)
54% do consumo eletricidade proveniente de fontes renováveis (59% em 2019)		Estimados sequestros anuais de cerca de 3,7 milhões de toneladas de CO ₂ (não houve alteração significativa em 2020 desta estimativa)

FUNDIESTAMO

A atividade da FUNDIESTAMO consiste na gestão de Fundos de Investimento Imobiliário, sendo que é nesse âmbito, enquanto sociedade gestora, que gere e controla os riscos ambientais que sejam relevantes na sua atividade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Aplicação de um sistema de registo dos consumos de cada um dos imóveis geridos pelos Fundos, incindindo nas zonas comuns da sua responsabilidade, de forma a estabelecer um conjunto de metas de diminuição dos consumos de energia e de água;

- Na aquisição dos imóveis para os fundos geridos, determinar a sua situação ambiental concreta e adotar as medidas que assegurem a sua sustentabilidade ambiental;
- Implementação da certificação energética de todos os imóveis geridos pelos Fundos, e o estabelecimento de uma estratégia plurianual de intervenção de forma a melhorar todos os índices negativos identificados nas certificações energéticas;
- Implementação gradual da alteração da tipologia de iluminação para tecnologia LED e nos sistemas AVAC nos imóveis geridos pela Fundiestamo (nas zonas Comuns) e revisão de forma gradual das fachadas (janelas e afins) de forma a aumentar a eficiência térmica dos imóveis com consequências no consumo de energia (climatização);
- Identificação e substituição de todos os materiais com amianto (cobertura e revestimentos) nos imóveis geridos pelos Fundos, até 2030.

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da FUNDIESTAMO relativos a 2020:

Consumo Eletricidade
29,459 Kwh
(49,328 Kwh em 2019)

Consumo Combustíveis
2,634 litros
(3,535 litros em 2019)

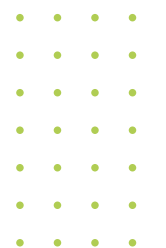
Consumo Água
68 m³
(110 m³ em 2019)

ESTAMO

A ESTAMO tem como objetivo a compra de imóveis para revenda e/ou arrendamento e nesse âmbito as suas preocupações centram-se na gestão e controlo dos riscos ambientais decorrentes da operação dos imóveis detidos.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Trabalhos relacionados com a Certificação Energética e Qualidade do Ar Interior de diversos edifícios, com vista à obtenção das respetivas certificações, e que decorrem do enquadramento legal em vigor;
- Limpezas periódicas de terrenos de forma a reduzir ou eliminar os riscos de incêndios e problemas de salubridade;
- Instalação no edifício sede da ESTAMO e noutros edifícios de rendimento da Sociedade de tomadas para carregamento de carros elétricos nas garagens;



- O edifício sede da ESTAMO está totalmente equipado com lâmpadas “LED”, tendo sido instalados sistemas de controlo automático das ativações das lâmpadas de forma a evitar desperdícios. Estão também instalados contadores de eletricidade por piso de forma a melhorar o controlo dos consumos;
- No edifício sede da ESTAMO foi também implementado um sistema de tratamento de águas cinzentas (a filtragem da água utilizada nos lavatórios e águas pluviais que possibilita o seu reaproveitamento para exclusiva utilização como águas residuais nas sanitas), estimando-se que este sistema permitirá poupar pelo menos 30% do consumo de água, dependendo do nível de pluviosidade ao longo do ano, entre outros fatores;
- O procedimento de instalação de lâmpadas “LED” e dos temporizadores de energia elétrica são aplicados em todas as obras de requalificação dos imóveis de rendimento;
- Tem sido política da ESTAMO reduzir paulatinamente a geração de resíduos por si produzidos, tendo desde há vários anos desincentivado a impressão de documentos e o arquivo em papel, principal fonte dos resíduos que produz;
- A ESTAMO apresenta terrenos localizados em áreas protegidas ou com elevada biodiversidade nas zonas de Lisboa (82.300 m²), Setúbal (50.700 m²) e Peniche (48.500 m²).

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da ESTAMO relativos a 2020:

Consumo Eletricidade 1,018 Kwh (1,021 Kwh em 2019)	Consumo Combustíveis 5,083 litros (5,836 litros em 2019)	Consumo Água 50 m ³ (54 m ³ em 2019)
54% do consumo eletricidade proveniente de fontes renováveis (29% em 2019)		

CONSEST

A atividade da CONSEST centra-se no desenvolvimento imobiliário de um único ativo, designado por “Posto Central de Avicultura”, sito na Falagueira, no Concelho da Amadora, composto por duas parcelas de terreno urbano para construção, uma com 545.213 m² (Parcela B) e a nova parcela A com 36.052 m². Assim, no âmbito ambiental, todos os seus recursos são utilizados nos riscos associados a esse ativo. Assim sendo, a CONSEST desenvolve a sua atividade velando pela poupança de recursos e pela adoção de práticas que permitam mitigar ou eliminar os custos ambientais que, do simples exercício da sua atividade, naturalmente decorrem.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientamos o desenvolvimento de estudos e projetos relativos ao seu único ativo em total observância dos instrumentos de planeamento vigentes e em estreita ligação com as entidades licenciadoras observando sempre os requisitos de preservação ambiental, de modo que o desenvolvimento imobiliário do terreno da Falagueira se faça num quadro de sustentabilidade urbana e ambiental.

BAÍA DO TEJO

A BdT tem tido como principal responsabilidade ambiental a requalificação dos territórios das antigas áreas industriais da Quimiparque, no Barreiro e da Siderurgia Nacional, no Seixal, em conjunto com as respetivas Autarquias, procurando eliminar os passivos históricos existentes e criando, desta forma, condições ambientais para a instalação de atividades económicas geradoras de emprego e desenvolvimento local destes concelhos.

As competências acrescidas no âmbito do projeto Arco Ribeirinho Sul no que concerne aos territórios localizados nos Concelhos do Barreiro e Seixal e Almada, atribui à empresa uma responsabilidade na requalificação urbanística e ambiental nestas áreas, que albergaram no passado grandes complexos industriais, que, por desativação quase total, originaram graves problemas estruturais, ambientais e sociais.

Após as recorrentes ações da remoção de passivos ambientais históricos da Baía do Tejo, verifica-se cada vez mais a disponibilização crescente dos terrenos limpos, após a eliminação dos problemas que os tornavam interditos e alvo de preocupação para as populações.

Salientam-se também os resultados muito positivos da ligação em alta dos efluentes de toda a zona do Parque Empresarial do Barreiro à ETAR Simarsul, que permitem perspetivar os enormes ganhos futuros, em termos ambientais, para o território gerido pela Baía do Tejo e para toda a região.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salienta-se as seguintes ações:

- Continuação dos trabalhos de remoção e descontaminação dos passivos ambientais, através dos dois A.C.E. constituídos entre a empresa Águas de Portugal Serviços e a BdT, tendo sido realizados investimentos ao abrigo de candidaturas a apoios comunitários do programa POSEUR para remoção de lamas de zinco, pirites verdes, lamas de aciaria e pós-de-goela, prevendo-se um investimento total futuro da parte da BdT no valor de 7,23 milhões de euros. Durante o ano de 2021 irão ser continuados os investimentos e lançados novos estudos de caracterização para a continuação da resolução dos passivos ambientais considerados prioritários pela Agência Portuguesa do Ambiente;

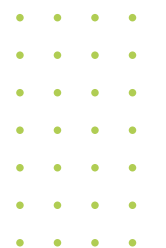


- Em alinhamento com a missão e objetivos estratégicos da BdT, a empresa realizou em 2020 diversos investimentos em infraestruturas e edifícios, no contexto de requalificação do território e dos seus ativos:
 - O arranjo da entrada nascente do Parque Empresarial do Barreiro foi iniciado com a arborização de uma rotunda que incluiu a sua total permeabilização com a modelação do terreno com a criação de pequenas elevações e depressões conjugadas com a plantação de algumas herbáceas, acompanhando maciços de espécies arbóreas autóctones, que proporcionarão zonas de sombra propícias ao desenvolvimento e manutenção de vegetação;



- No mesmo Parque Empresarial, foram colocadas 22 luminárias em tecnologia LED no Largo da Portaria e Rua 35, permitindo reduções de consumo elétrico e melhoria da iluminação.
- No decurso de 2020 foi dada continuidade à manutenção do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo a organização visto reconhecido o seu esforço com a manutenção da certificação, de acordo com os requisitos da Norma ISO 9001:2008;

- Com o objetivo de obter consumos mais sustentáveis foram efetuados estudos com vista à implementação de medidas, tais como:
 - A redução de utilização de produtos plásticos descartáveis, e em sua substituição, passarem a ser adotadas soluções que permitam a reutilização ou reenchimento;
 - A procura das soluções tecnológicas mais avançadas com a implementação de software de gestão para circulação digital de documentos e arquivo documental, dando continuidade à política da empresa de desmaterialização de processos internos e externos;
 - A imposição de uma meta para 2020 de redução em 25%, face ao ano anterior, dos consumos de papel e *toners*, quer através da redução de impressões quer através da desmaterialização de processos internos e externos, com a implementação de sistema de gestão documental eletrónica e soluções de arquivo digital;
 - O estudo de viabilidade para a instalação de um parque fotovoltaico nos territórios da BdT e;
 - A realização de ações de sensibilização interna que traduzam boas práticas para uma mais eficiente racionalização de recursos e para o cumprimento destas medidas.
- Quanto à frota automóvel, foram adquiridas, em 2020, seis viaturas híbridas, em regime AOV, estando em curso a previsão de instalação de postos de carregamento nos parques empresariais, para redução do consumo de combustíveis fósseis;
- A BdT tem em curso algumas medidas de proteção ambiental, tais como, a requalificação de redes de drenagem, o encaminhamento de resíduos indevidamente abandonados nos Parques e o incremento da área permeável através da criação de espaços verdes, que promovem a infiltração de águas pluviais, contribuindo assim para o ciclo da água;
- A BdT exige aos empreiteiros e prestadores de serviços que os fornecimentos sejam desenvolvidos conforme definido na legislação ambiental aplicável, encontrando-se estabelecidas cláusulas contratuais que definem/clarificam as responsabilidades ambientais, sendo o cumprimento das mesmas verificado no decorrer das atividades;
- O projeto “POSIDON”, no qual a BdT continua a integrar o consórcio como “observador”, e que conta com a cooperação dos Municípios de Trieste (Itália), Bilbao (Espanha) e *Area Science Park*, entre outros, e tem como objetivo a procura de um processo inovador de descontaminação de solos em áreas contaminadas com passivos ambientais históricos, no âmbito do programa Horizonte 2020;
- A BdT acompanha o desenvolvimento do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas a ser desenvolvido pela Área Metropolitana de Lisboa e fará refletir as suas conclusões no processo de planeamento futuro dos seus territórios;
- A BdT integra no seu património 125,5 hectares na Reserva Ecológica Nacional e 14,4 hectares na Reserva Agrícola Nacional e também 22,88 hectares de zonas inundáveis relativas a Domínio Público Hídrico.



Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da BdT relativos a 2020:

Consumo eletricidade de 1,976 GJ (2,034 GJ em 2019)	59% fontes renováveis com consumo de eletricidade (51% em 2019)	Produção de electricidade 29GJ
Consumo Água 795,991 m ² (746,534 m ² em 2019)	Água captada 934,711 m ³ (841,120 m ³ em 2019)	Consumo Combustíveis 25,042 litros (46,615 litros em 2018)
Emissões diretas GEE 778 ton CO2 eq (2,834 ton CO2 eq em 2019)	Certificada nas normas ISO 9001:2008	Reserva de 1.600,000 euros consignada à responsabilidade ambiental, para cobertura de eventuais danos ambientais

CIRCUITO ESTORIL

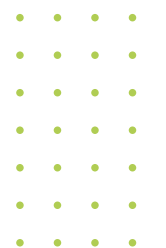
A CE tem a sua atividade centrada na valorização e exploração da capacidade instalada do Circuito Estoril, sendo que a gestão de um autódromo apresenta vários desafios em matéria ambiental. Assim sendo, a empresa está empenhada na atenuação dos impactos da sua atividade sobre o ambiente e na promoção da sustentabilidade.

No âmbito das atividades de melhoria e desenvolvimento de uma maior sustentabilidade ambiental salientam-se as seguintes ações:

- Eficiência na utilização de recursos, promovendo a melhoria de eficiência energética no consumo, com novos sistemas de iluminação através de aparelhos de baixo consumo;
- É efetuada captação de água em 7 furos de águas subterrâneas cuja água captada é armazenada em 5 reservatórios que por sua vez abastecem a rede interna de distribuição de água verificando-se que a maioria do consumo de água do autódromo provém dos furos existentes;
- As redes internas de distribuição de água foram renovadas em 2018 e 2019, otimizando o consumo de água, evitando desperdícios com fugas de água, que se vinham tornando significativos. Estas intervenções vieram permitir uma redução significativa nos gastos de água por perdas devido a ruturas na rede;

- O CE está definido pela Câmara Municipal de Cascais como uma “zona mista” de ruído, cumprindo, salvo exceções devidamente autorizadas pelas autoridades competentes, o horário de ruído definido pela Câmara Municipal de Cascais entre as 8h00 e as 20h00. Assim, e conjuntamente com um planeamento da ocupação do circuito ao longo do ano que distribui temporalmente as provas com maior nível de ruído, o tipo de funcionamento não regular ao longo das 24 horas e ao longo do ano, conduz a resultados médios menos graves do que as condições de incomodidade pontual verificadas durante a ocorrência dos eventos realizados, ou mesmo do que o ruído constante de infraestruturas circundantes. No entanto, e como testemunho do empenho do circuito em matéria ambiental, estão a ser efetuados trabalhos, primeiro topográficos, a que se seguem de distribuição de som, por forma a investir na redução efetiva do alcance do ruído em momentos de pico. Este trabalho é complexo, uma vez que poucos circuitos no mundo têm realizado investimentos nesta matéria;
- Durante o ano de 2020, o CE não solicitou qualquer serviço de recolha de pneus, uma vez que os pneus utilizados foram transportados de volta às suas origens pelas equipas, ou recolhidos pelos serviços da CMC após algumas provas, ou reutilizados pelo CE para a substituição de barreiras de pneus utilizados na pista;





- Outro tipo de resíduos produzidos durante os eventos, tais como madeiras, alcatifas e plásticos são transportados por empresas certificadas (ex. EGEO) que procede posteriormente à reciclagem dos mesmos;
- O Circuito do Estoril ocupa uma área de 52ha, toda ela inserida no contexto do Parque Natural Sintra Cascais, sendo uma das preocupações da CE a manutenção dos terrenos limpos de mato de modo a limitar o risco de incêndios florestais e minimizar possíveis danos.

Consideramos também importante evidenciar alguns indicadores mais relevantes da atividade da CE relativos a 2020:

Consumo Eletricidade 450,010 Kwh (577,663 Kwh em 2019)	Consumo Combustíveis 3,065 litros (3,387 litros em 2019)	Água captada* 7,530 m ³ (8,660 m ³ em 2019)
---	---	--

* Consumo de água na sua maioria relativo à captada pelos 7 furos de águas subterrâneas. O consumo da rede foi residual em 2020 (680 m³)

SAGESECUR

A SAGESECUR, enquanto sociedade instrumental da PARPÚBLICA, adquire, administra e aliena valores mobiliários e assegura a gestão dos contratos relativos ao seu principal ativo que são os comboios utilizados pela Fertagus. Não sendo a sociedade diretamente responsável pela condução dos procedimentos administrativos e operacionais, os quais são assegurados no quadro do modelo de recursos partilhados gerido pela *holding*, esta matéria encontra-se fora da sua esfera de intervenção, embora as recomendações em matéria de sustentabilidade não deixem de ser prioritárias, até pela relação estreita desta sociedade com a PARPÚBLICA.

7. Nota Final

O ano de 2020 ficou marcado pela crise sanitária, provocada pela pandemia de Sars Cov -2 que rapidamente se espalhou numa crise que envolve todas as vertentes da sustentabilidade, colocando em causa o atingir dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) inscritos na agenda 2030 das Nações Unidas.

No documento agora apresentado pela PARPÚBLICA é reafirmado o compromisso do Grupo para o aprofundamento da reflexão sobre os passos realistas e viáveis para a construção de um futuro sustentável, para além de constituir uma ferramenta importante para a assunção e manutenção de compromissos nessa construção, o que representa um verdadeiro desafio.

Assim sendo, com a elaboração deste Relatório, a PARPÚBLICA procura apresentar aos seus *stakeholders* o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável nas suas diversas vertentes: valorização dos seus negócios, entrega de valor para a Sociedade, valorização dos seus colaboradores e colaboradoras, e respeito pelos aspetos ambientais.

Enquanto *holding* de um Grupo com atividades muito diversificadas, e com empresas em diferentes estágios de sensibilização para o tratamento dos temas da sustentabilidade, a PARPÚBLICA procura tirar partido e potenciar os inúmeros bons exemplos que tem no Grupo, de modo a que possam ser replicados em outras empresas, procurando, de forma recorrente, incentivar e tornar parte da sua rotina essas boas práticas.

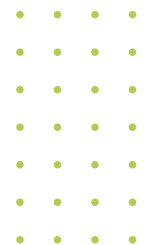
Neste âmbito, e como já se fez referência no presente Relatório, prevê-se a realização em 2021 do evento de *networking* com todas as empresas do Grupo, precisamente para aprofundar as melhores formas de tratar estes temas, tomando partido das melhores práticas, particularmente no campo da análise de materialidade.

Saliente-se ainda que fora do universo PARPÚBLICA – e, portanto, não reportado no contexto deste relatório – várias são as participações em que a PARPÚBLICA enquanto acionista tem sublinhado a importância de um aprofundamento da atuação em matéria de sustentabilidade.

Assim, o Grupo PARPÚBLICA, de acordo com as especificidades de cada um dos seus segmentos de negócio, tem procurado que as suas várias atividades sejam desenvolvidas de forma sustentável, e sempre em estreita ligação com os seus *stakeholders*, em particular naquelas onde presta serviços públicos de interesse geral, sempre com um objetivo de maximização dos seus resultados.

A visão da PARPÚBLICA é a de que muito tem de ser ainda feito neste domínio, e de maneira célere, acreditando ao mesmo tempo que, sem uma análise detalhada das ações e linhas estratégicas das várias empresas, não é possível definir um caminho de atuação futura que maximize sinergias, assegure empenho e obtenha resultados relevantes.

Neste Relatório de Sustentabilidade, a PARPÚBLICA procurou mais uma vez aprofundar e divulgar os principais aspetos considerados materiais, quer da *holding* quer das suas participadas, pretendendo-se dar continuidade no futuro a este propósito, de uma forma cada vez mais completa e respeitando as melhores práticas internacionais.



Nota ainda para os comentários do Senhor Secretário-Geral da ONU que aponta o ano de 2021 como um ano de oportunidades, apresentando dez áreas de ação essencial por parte dos Estados-membros, entre os quais relevamos a resposta à Pandemia, à desigualdade, aos direitos humanos e às mudanças climáticas.

O ano de 2021 é assim apontado como um ano de recuperação com a efetivação dos planos de vacinação mundial a ter um papel fundamental, perspectivando-se ainda assim que a recuperação não seja uniforme em todos os setores da economia.

Assim, este documento traduz-se num resultado de colaboração do Grupo PARPÚBLICA, onde é visível o avanço substancial na identificação dos diversos aspetos materialmente relevantes no âmbito da Sustentabilidade, bem como, no respetivo reporte dos mesmos, constituindo uma base de trabalho encorajadora e perspectivando um futuro motivador na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos no Grupo e na Agenda 2030.

Lisboa, 7 de maio de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Jaime Andrez

Presidente

João Pinhão

Vogal Executivo

Fernando Rocha Andrade

Vogal Não Executivo

Maria João Dias
Pessoa de Araújo

Vogal Não Executiva

Ana Santos Martins

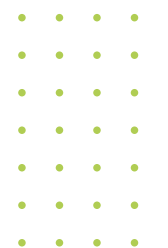
Vogal Executiva

José Miguel Morais
de Azevedo Rodrigues

Vogal Não Executivo

8. Tabela GRI

NORMA GRI	INDICADOR	LOCALIZAÇÃO Página
GRI 102: Conteúdos Gerais 2016	Perfil Organizacional	
	102-1 Nome da organização	8 a 20
	102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	12 a 20
	102-3 Localização da sede	8 a 11
	102-4 Localização das operações	8 a 11
	102-5 Tipo e natureza jurídica da propriedade	8 a 20
	102-6 Mercados servidos	8 a 20
	102-7 Dimensão da organização	8 a 20 / 45 a 91
	102-8 Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores	61 a 91
	102-9 Cadeia de fornecedores	8 a 20 / 45 a 60
	102-10 Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de fornecedores	8 a 20 / 45 a 60
	102-11 Abordagem ao princípio da precaução	21 a 36
	102-12 Iniciativas externas	37 a 134
	102-13 Participação em associações	37 a 134
	Estratégia	
	102-14 Declaração da administração	4 a 6
	102-15 Principais impactes, riscos e oportunidades	30 a 49
	Ética e Integridade	
	102-16 Valores, princípios, padrões e normas de conduta	30 a 36 / RGS 2020
	102-17 Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	30 a 36 / RGS 2020
	Governança	
	102-18 Estrutura de governança	21 a 36 / RGS 2020
	Envolvimento com <i>Stakeholders</i>	
	102-40 Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	45 a 49
	102-41 Acordos de contratação coletiva	61 a 91



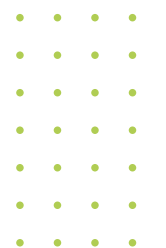
NORMA GRI (cont)	INDICADOR (cont)	LOCALIZAÇÃO Página (cont)
GRI 102: Conteúdos Gerais 2016 (cont)	102-42 Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	45 a 49
	102-43 Abordagem ao envolvimento de <i>stakeholders</i>	45 a 49
	102-44 Principais questões e preocupações identificadas	45 a 49
	Práticas de relato	
	102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	12 a 20 / RGS 2020
	102-46 Definição do conteúdo do relatório e Limites dos tópicos	8 a 11 / 37 a 44
	102-47 Lista de tópicos materiais	37 a 44
	102-48 Reformulação de informações	8 a 20
	102-49 Alterações no relato	8 a 20
	102-50 Período coberto pelo relatório	8 a 11
	102-51 Data do relatório anterior mais recente	8 a 11
	102-52 Ciclo de publicação	8 a 11
	102-53 Contactos para questões sobre o relatório	8 a 11
	102-54 Declaração de conformidade com as Normas GRI	8 a 11
	102-55 Índice GRI	137 a 143
	102-56 Verificação externa	8 a 11

INDICADOR		LOCALIZAÇÃO/ RESPOSTA
Desempenho Económico		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 60
GRI 201: Desempenho Económico 2016	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades suscitados pelas alterações climáticas	50 a 60
	201-3 Planos de benefícios na aposentação, oferecidos pela organização	50 a 60
	201-4 Apoios financeiros recebidos do governo	50 a 60
Impactes Económicos Indiretos		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 60
GRI 203: Impactes Económicos Indiretos 2016	203-1 Investimentos em infraestruturas e serviços assegurados	50 a 60
	203-2 Impactes económicos indiretos significativos	50 a 60
Práticas de Compras/Abastecimento		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 60
GRI 204: Práticas de Compras/ Abastecimento 2016	204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais	50 a 60
Anticorrupção		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 60
GRI 205: Anticorrupção 2016	205-1 Operações submetidas a avaliação de riscos de corrupção	50 a 60
	205-2 Comunicação e formação em procedimentos e política anticorrupção	50 a 60
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Nada a assinalar
Concorrência Desleal		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		50 a 60
GRI 206: Concorrência Desleal 2016	206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de antitrust e monopólio	Nada a assinalar



Desempenho Ambiental		
Materiais		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		109 a 134
GRI 301: Materiais	301-1 Consumo total de materiais usados por peso ou volume	109 a 134
2016	301-2 Utilização de materiais reciclados	109 a 134
Energia		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		109 a 134
GRI 302: Energia	302-1 Consumo de energia dentro da organização	109 a 134
2016	302-4 Redução do consumo de energia	109 a 134
Água		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		109 a 134
GRI 303: Água	303-1 Água captada	109 a 134
2016	303-3 Água reciclada e reutilizada	109 a 134
	303-5 Consumo de água	109 a 134
Biodiversidade		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		109 a 134
GRI 304: Biodiversidade	304-1 Áreas protegidas	109 a 134
2016	304-2 Impactos significativos na biodiversidade	109 a 134
Emissões		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		109 a 134
GRI 305: Emissões	305-1 Emissões diretas de GEE's (Scope 1)	109 a 134
2016	305-5 a 7 Medidas de proteção ambiental	109 a 134
Efluentes e Resíduos		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		109 a 134
GRI 306: Efluentes e Resíduos	306-2 Resíduos produzidos	109 a 134
2016	306-3 Derrames significativos	109 a 134
Conformidade Ambiental		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		109 a 134
GRI 307: Conformidade Ambiental	307-1 Não-conformidade com leis e regulamentos ambientais	109 a 134
2016		

Avaliação Ambiental de Fornecedores		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		109 a 134
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016	308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	109 a 134
	308-2 Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	109 a 134
Desempenho Social		
Emprego		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 91
GRI 401: Emprego 2016	401-1 Entradas e saídas	61 a 91
	401-2 Benefícios para os trabalhadores	61 a 91
	401-3 Licença parental	61 a 91
Segurança e Saúde no Trabalho		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 91
GRI 403: Segurança e Saúde no Trabalho 2016	403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho	61 a 91
	403-4 Temas de saúde e segurança cobertos em acordos formais com os sindicatos	61 a 91
Formação e Educação		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 91
GRI 404: Formação e Educação 2016	404-1 Média anual de horas de formação anual por colaborador	61 a 91
	404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira	61 a 91
Diversidade e Igualdade de Oportunidades		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 91
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016	405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores	61 a 91
	405-2 Rácio do salário e remuneração entre homens e mulheres	61 a 91



Não-Discriminação		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 91
GRI 406: Não-Discriminação 2016	406-1 Incidentes de discriminação e medidas corretivas tomadas	61 a 91
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 91
GRI 407: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016	407-1 Operações e fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco	61 a 91
Trabalho Infantil		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 91
GRI 408: Trabalho Infantil 2016	408-1 Operações e fornecedores em se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho infantil	61 a 91
Trabalho Forçado ou Escravo		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 91
GRI 409: Trabalho Forçado ou Escravo 2016	409-1 Operações e fornecedores em se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho escravo ou forçado	61 a 91
Práticas de Segurança		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 91
GRI 410: Práticas de Segurança 2016	410-1 Pessoal de segurança com formação nas políticas ou procedimentos de direitos humanos	61 a 91
Avaliação dos Direitos Humanos		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		61 a 91
GRI 412: Avaliação dos Direitos Humanos 201	412-1 Operações sujeitas a análise ou avaliação de impactes sobre os direitos humanos	61 a 91
	412-2 Formação dos colaboradores em políticas ou procedimentos sobre direitos humanos	61 a 91
	412-3 Acordos e contratos de investimento significativos que incluam cláusulas de direitos humanos, ou que tenham sido sujeitos a análise de direitos humanos	61 a 91

Comunidades Locais		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		92 a 108
GRI 413: Comunidades Locais 2016	413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacte e programas de desenvolvimento	92 a 108
	413-2 Operações com impactes negativos significativos potenciais ou reais nas comunidades locais	Nada a assinalar
Avaliação Social de Fornecedores		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		37 a 49
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	37 a 49
	414-2 Impactes sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	Nada a assinalar
Privacidade dos Clientes		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		92 a 108
GRI 418: Privacidade dos clientes 2016	418-1 Reclamações fundamentadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes	Nada a assinalar
Compliance Socio-económico		
GRI 103: Abordagem de Gestão 2016		92 a 108 / RGS 2020
GRI 419: Compliance socio-económico 2016	419-1 Não conformidades com leis e regulamentos nas áreas económico-social	Nada a assinalar